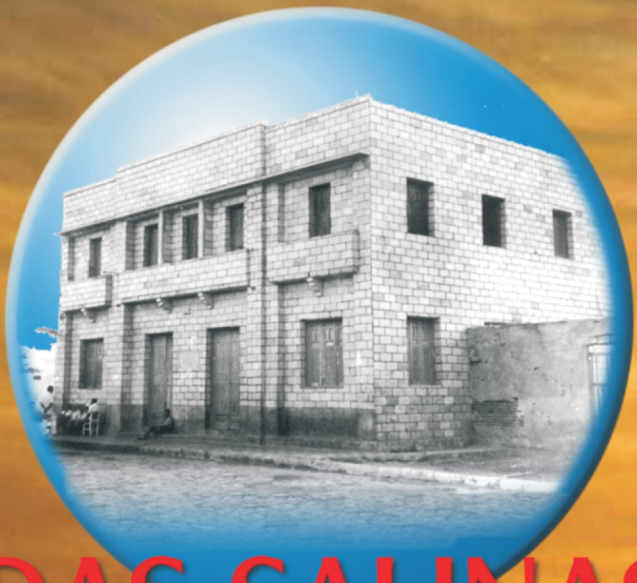
Francisco Carlos Oliveira de Sousa



DAS SALINAS AO SINDICATO

A Trajetória da Utopia Salineira

CEFET-RN Editora

Francisco Carlos Oliveira de Sousa

Das Salinas ao Sindicato

A trajetória da utopia salineira

CEFET-RN
Editora
2007

Das Salinas ao Sindicato: A trajetória da utopia salineira

Copyright 2007 da Editora do CEFET – RN
Todos os direitos reservados
Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do CEFET – RN.

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – CEFET/RN

Sousa, Francisco Carlos Oliveira.
Das Salinas ao Sindicato: a trajetória da utopia salineira./ Francisco Carlos Oliveira de Sousa. – Natal, 2002.
262 p.

ISBN

1.Salinas 2.Sindicalismo 3. Espaço Público 4. Cidadania 5 História 6. História do Rio Grande do Norte 7. Macau (RN)

CDD – 900

CEFET/RN/BSF

EDITORAÇÃO
Samir Cristino de Souza
DIAGRAMAÇÃO
Karoline Rachel Teodosio de Melo
CAPA
Getúlio Moura Xavier

CONTATOS
Editora do CEFET – RN
Av. Senador Salgado Filho, 1559, CEP: 59015-000
Natal-RN. Fone: (84)4005-2668/ 3215-2733
Email: dpeq@cefetrn.br

A Jeane, companheira de todas as lutas, a Victor Douglas e Paulo Victor, frutos dessa união, dedico este trabalho.

"O poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam".

Hannah Arendt.

AGRADECIMENTOS

À satisfação de concluir uma tarefa prazerosa une-se o risco de não contemplar a todos aqueles que conosco partilharam essa trajetória. Feita a defesa prévia ante as armadilhas da memória, agradeço as preciosas contribuições dos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, João Emanuel Evangelista, José Willington Germano, Geraldo de Margela Fernandes e Brasília Carlos Ferreira, orientadora deste trabalho, cuja origem foi a minha dissertação de Mestrado.

Ao meu pai, cuja renúncia ao enriquecimento ilícito legou aos filhos lições de honradez e honestidade, e à minha mãe, admirável figura humana, responsável pelo meu encaminhamento ao mundo das primeiras letras. Embora não tenha sequer concluído seus estudos iniciais, ela soube como ninguém me ensinar o valor da educação.

Aos amigos Francisco Ivo Cavalcanti Neto, Jailma Maria de Lima, Sérgio Luiz Bezerra Trindade e Walner Barros Spencer, por suas estimulantes discussões, dentro e fora das salas de aulas. Sou grato ainda à estima, ao companheirismo e à solidariedade construídos e que não se diluíram ao longo do nosso convívio.

Aos entrevistados Benito Barros, Bento Ventura de Moura, Eliane dos Santos Pereira, Evaristo Lopes da Silva, Francisco de Assis Miranda, Francisco das Chagas de Medeiros, Floriano Bezerra de Araújo, Hailton Marques de Araújo, Hermano de Paiva Oliveira, Ivo Ferreira dos

Santos, João de Aquino, José Alves de Oliveira, José Bezerra de Araújo, José Gomes de Souza, Laércio Medeiros Bezerra, Luís José de Lima, Mery Medeiros da Silva, Pedro Severiano Vital, Pretextato José da Cruz e Raimundo Fernandes Pereira Filho, aos quais devo a reconstituição histórico-sociológica de uma época que, sem suas contribuições, correria o risco de se perder no tempo.

Enfim, agradeço àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução deste trabalho. O fato de não citar a todos revela uma concreta impossibilidade. Jamais uma deliberada omissão.

Francisco Carlos Oliveira de Sousa
Natal, fevereiro de 2008

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 10

1 INTRODUÇÃO..... 16

2 O SINDICALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA..... 27

2.1 O Sindicalismo no Brasil..... 27
2.2 O Sindicalismo no Rio Grande do Norte..... 46
2.3 O Sindicalismo em Macau-RN..... 67

3 CONSTRUINDO A UTOPIA..... 79

3.1 O Trabalho nas Salinas..... 79
3.2 Os Homens das Salinas..... 91
3.3 A Evolução do Sindicalismo Salineiro em Macau..... 110

4 A DESTRUIÇÃO DA UTOPIA..... 164

4.1 Antecedentes: A Ampliação do Espaço Público no Brasil..... 164
4.2 Dissimulação e Intervenção: O Golpe de 1964..... 177
4.3 A Outra Face do Desmonte: A Modernização do Processo Produtivo Implicações:..... 204

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 234

REFERÊNCIAS 241

ANEXOS..... 248

PREFÁCIO

A história da sociedade brasileira exprime as particularidades e as contradições da implantação e do desenvolvimento das relações sociais de produção típicas do capitalismo moderno. Desde os seus primórdios a nossa formação social sofreu os efeitos do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista. Nos diferentes momentos da nossa história, desde o período colonial aos nossos dias, o avanço das relações sociais de produção capitalistas nunca foi acompanhado de um processo simétrico e homogêneo de expansão e afirmação da modernização capitalista sobre o conjunto das várias regiões e dos diversos grupos e classes sociais que compõem a sociedade brasileira.

A sociabilidade, a cultura e as instituições políticas próprias da modernidade capitalista aqui encontram formas de manifestações extremamente desiguais e excludentes, que estruturam a sociedade brasileira. A casa-grande X a senzala, o sobrado X o mocambo, os condomínios de luxo X as favelas, o milionário agronegócio de exportação X as ocupações e os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terras são exemplos paradigmáticos do padrão de desenvolvimento capitalista adotado por nossas classes dirigentes e proprietárias.

A lógica excludente do desenvolvimento capitalista brasileiro possui como sua necessária contraface uma tradição política autoritária e elitista praticada por nossas classes mandatárias e proprietárias. Há uma incapacidade crônica das classes dominantes brasileiras para protagonizar

um projeto civilizatório que contemple minimamente os interesses materiais e as aspirações espirituais das grandes massas populares. A dominação capitalista é assegurada com o uso preponderante da força e da coerção na relação com as classes subalternas, revelando uma dificuldade reiterada de se tornar dirigente e obter o consenso ativo e/ou passivo da maioria da população.

Diante dessa debilidade histórica para se conquistar a hegemonia na sociedade brasileira, as classes proprietárias resolvem seus conflitos internos e as contradições sociais representadas pelas classes subalternas enfrentando os momentos cruciais de crise ao longo da história brasileira através do mecanismo da "conciliação pelo alto". As transformações históricas nunca são resultantes de rupturas revolucionárias entre forças políticas e sociais que se enfrentam direta e radicalmente. O movimento histórico que ocorre na sociedade brasileira possui um caráter molecular, com a conservação relativa e a predominância de fortes traços de continuidade com o passado. O novo nunca se impõe totalmente diante do velho. As classes dominantes sempre procuram e encontram saídas políticas para os impasses históricos através da composição interna entre suas diferentes frações de classe e respectivas facções políticas e a constante exclusão política das classes trabalhadoras e das massas populares.

A "revolução passiva" brasileira vem encontrando, até hoje, formas inusitadas de reprodução de mecanismos que asseguram que as transformações sociais sejam sempre adiadas. A "revolução sem

revolução", como dizia Gramsci, é a chave explicativa para os impasses ainda vividos pela sociedade brasileira. Como são incapazes de assegurar a hegemonia, as classes dominantes usam e abusam do autoritarismo e do "transformismo" para cooptar, anular ou neutralizar as possibilidades de ação verdadeiramente transformadora das classes subalternas e suas organizações comunitárias, sindicais e partidárias. Disso resultou que o Estado moderno ganhou uma configuração assimétrica com uma sociedade política hipertrofiada - conjunto de aparatos institucionais de governo e aparelhos de repressão e manutenção da ordem social – e uma sociedade civil frágil e "gelatinosa" – conjunto de organizações e instituições responsáveis pela produção espiritual e ideológica e que constituem a arena de confrontação política e cultural entre os diferentes grupos e classes sociais que aspiram à hegemonia de sua concepção de mundo.

Essa lógica passiva no desenvolvimento e na difusão das relações sociais de produção capitalistas é reproduzida em escala quase exponencial no Rio Grande do Norte. A inserção da nossa sociedade nos circuitos de circulação e produção capitalista ocorreu através da produção da cana-de-açúcar, da pecuária, da produção algodoeira, da indústria salineira e da mineração. O processo de industrialização era rarefeito e estava circunscrito às pequenas indústrias de beneficiamento dessas matérias-primas. A indústria salineira despontava como exceção porque, apesar de ser composta por grandes, médias e pequenas salinas, era liderada por grandes empresas capitalistas, sediadas no sudeste do país.

No processo de produção, colheita e transporte do sal, as grandes empresas salineiras adotavam uma complexa divisão de trabalho, com a contratação temporária de milhares de trabalhadores assalariados, numa condição tipicamente operária.

No final dos anos 1950 e nos anos 1960, a sociedade brasileira, em suas diferentes regiões, experimenta um dos raros momentos históricos em que os trabalhadores urbanos e rurais se tornam efetivos sujeitos políticos e sociais, através de uma inusitada demonstração de capacidade de organização, mobilização e luta pelos seus direitos e interesses de classe. Numa crescente radicalização, às vésperas do Golpe Militar de 1964, começa a se delinear a possibilidade de uma efetiva ruptura política e o desencadear de um processo de transformação social, que poderia por fim à modorrenta lógica conservadora da "revolução passiva" no Brasil.

A política potiguar, até então comandada pelos interesses agrários e oligárquicos representados pelas duas facções dominantes do PSD e da UDN, que se revezavam no poder estadual, também começa a sofrer os efeitos nas mudanças políticas nacionais. O jovem deputado federal Aluízio Alves, integrante da UDN, liderada pelo governador Dinarte Mariz, insurge-se contra a indicação do candidato oficial ao governo do Estado, o deputado federal Djalma Marinho, e articula uma aliança que envolve desde o amplo leque de partidos políticos, obtendo, inclusive, o apoio do "adversário" PSD. Aluízio Alves é eleito governador e firma-se como a nova grande liderança política de massas, trazendo uma proposta

modernizante e um discurso desenvolvimentista, segundo a velha lógica passiva de fazer mudanças parciais que conservam parte do atraso pretérito. A face mais progressista deste processo de renovação da política potiguar, gestada na mesma trama passiva mas que rompe com o seu "transformismo" conservador, é encarnada pelo surgimento da liderança de Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal, inspirado por uma orientação nacionalista de esquerda e com forte inserção nos setores populares.

A cidade de Macau, principal produtora de sal, é um dos palcos privilegiados da luta e da organização das classes subalternas no Rio Grande do Norte nesse período. Surgem inúmeros sindicatos de trabalhadores, que representam as diversas categorias profissionais envolvidas na produção, extração, transporte e embarque do sal. Aos poucos, vão rompendo com o "transformismo" da tutela patronal e assumindo uma postura de independência política e sindical. Com o passar do tempo, em consonância com a radicalização nacional do movimento operário e sindical, são vários os sindicatos de trabalhadores que se destacam pela intensa atuação política e orientação política de esquerda. A força política dos trabalhadores macauenses não ficou limitada ao plano sindical. Foram capazes de aspirar ao poder político local e conseguiram eleger o líder sindical dos salineiros, Venâncio Zacarias de Araújo, como prefeito da cidade. Essa rica experiência de efervescência política e social das classes subalternas foi duramente interrompida com o Golpe Militar de 1964. Os trabalhadores

macauenses conheceram a crueza da força da repressão militar e sofreram, na companhia solidária dos seus familiares e amigos, com a prisão em massa dos seus líderes políticos e sindicais.

O livro "Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira" é uma contribuição imprescindível para quem quer conhecer esse inesquecível capítulo da história das nossas classes subalternas. O professor Francisco Carlos demonstra grande e promissora competência intelectual e sua vocação para a historiografia social, conjugando sua formação de historiador e seu conhecimento sociológico. O livro, que o público leitor agora tem a oportunidade de conhecer, é o resultado de uma investigação científica que combina, com equilíbrio, a serenidade e o distanciamento do pesquisador e a paixão e o arrebatamento do intelectual comprometido com a democracia e a justiça social. Representa, ainda, algo de importante significação: um justo e necessário resgate histórico das nossas próprias origens macauenses.

Natal, fevereiro de 2008.

João Emanuel Evangelista

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

1 INTRODUÇÃO

A observação das barreiras enfrentadas pelos trabalhadores nas lutas pela sobrevivência e construção de um espaço público, no qual pudessem intervir de forma efetiva na sociedade, nos levou a eleger as organizações sindicais operárias como objeto de estudo. De modo a delimitá-lo, focalizamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, com o objetivo de realizar uma reconstituição histórico-sociológica das lutas dos operários de salinas, em seus avanços e recuos, na busca da cidadania.

A escolha do espaço geográfico (a região salineira polarizada por Macau, no Rio Grande do Norte) é justificável em razão de, entre outros motivos, representar o então mais dinâmico centro produtor salineiro do estado, constituindo-se em ambiente favorável à emergência de significativo núcleo do sindicalismo operário potiguar. O elevado número de trabalhadores braçais necessários para a exploração do sal, aliado a fatores como a convivência destes com os trabalhadores do Sul-Sudeste do País, por ocasião do embarque do produto, e às influências da organização dos operários salineiros desencadeada em Mossoró, nos anos 30, reforçaram o papel da instituição sindical, possibilitando expressiva concentração – nas décadas de 50 e 60 do século XX – de trabalhadores sindicalizados na região de Macau.

Essa experiência organizacional ganha relevância quando refletimos sobre o fato de que a luta pela construção da cidadania foi, em todo o seu percurso histórico, permeada por obstáculos impostos aos trabalhadores. Fazendo frente a esses obstáculos, muitos atores sociais envolveram-se na luta por seus direitos. Vivenciando tal experiência, esses agentes históricos, ousando ocupar espaço – reiteradas vezes negado pelo autoritarismo – escreveram com *sangue, suor e lágrimas* considerável parcela de nossa história recente.

Definida a organização sindical dos operários salineiros, deparamos-nos com um problema: se de fato essa organização fortaleceu-se, quais os fatores fundamentais para a desarticulação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau?

Esse questionamento estabelece relação com nosso recorte cronológico. A pesquisa contempla o período compreendido entre 1964 e 1974, por entendermos que essa delimitação seria fundamental para a análise de questões aqui abordadas, como o descontínuo processo de ampliação e retração do espaço público no Brasil, e suas implicações para a organização sindical dos trabalhadores de salinas. No entanto, não nos prendemos de forma rígida a tal definição cronológica. A análise do alargamento do espaço público no Brasil requisitou a apreciação do período anterior a 1964. Sob nossa perspectiva, no período pré-64 ocorreu significativo avanço das lutas sociais, as quais respondem pelo alargamento do espaço público no País, com a inserção de novos atores

sociais, individuais e coletivos, dentre estes os sindicatos, com reflexos em Macau.

O primeiro recorte temporal, por conseguinte, toma como referência o Golpe de 1964 e suas implicações para a retração do espaço público no Brasil. E aí novos questionamentos (e seus desdobramentos) se impõem: como ocorreu esse processo em Macau, e de que forma vinculou-se ao início da desestruturação do Sindicato no município? Como esse processo relacionou-se ao contexto internacional? E quais os mecanismos ideológicos utilizados para a intervenção na entidade operária? O segundo e último recorte, focaliza, por sua vez, as vinculações do processo político-econômico que levaram à modernização tecnológica da produção e transporte do sal, cujo ápice foi a implantação, em 1974, do chamado Porto-Ilha de Areia Branca. Nesse segundo momento da análise, indaga-se de que forma esse processo representou um impacto para o Sindicato e desnudou seu caráter desmobilizador, quando o desemprego em massa atingiu sua plenitude em Macau. A apreciação do período posterior a esse fenômeno visa, por conseguinte, salientar as resultantes desse processo.

Muito embora essa delimitação cronológica aponte o golpe de 1964 e a operacionalização do Porto-Ilha de Areia Branca, em 1974, como balizas na desestruturação do Sindicato, isso não implica interpretá-los como razões essenciais e isoladas para a materialização de tal evento. A partir dessa perspectiva, o golpe de 1964, por si só, não explica a intervenção ocorrida no sindicato dos trabalhadores em salinas de

Macau. Da mesma forma, a modernização de natureza tecnológica no processo produtivo salineiro, cujo símbolo é o Porto-Ilha, não se explica apenas como imperiosa necessidade de ordem econômica. Nossa hipótese é que a desestruturação do Sindicato tem suas raízes, como fundamentação ideológica, na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Apesar de separados por dez anos, o golpe de 1964 e a operacionalização do Porto-Ilha foram duas faces de um mesmo processo articuladas na desmobilização dos trabalhadores.

O trabalho foi conduzido com base na conjugação de pesquisa documental, bibliográfica e no registro de fontes orais, recorrendo-se, assim, a entrevistas com os atores sociais – ou observadores – do cenário histórico então constituído, bem como a livros e revistas, além de consultas a jornais e documentos do Sindicato. Algumas dificuldades se verificaram no decurso da investigação. A bibliografia existente, embora de consulta indispensável, em geral difere da nossa proposta de trabalho. Essa relativa carência de estudos acerca da temática abordada, já se constitui justificativa pertinente para a consecução deste trabalho.

Em se tratando da revisão bibliográfica, particularmente, cabem algumas ressalvas esclarecedoras. Geraldo Sabino, em *História do sindicalismo no Rio Grande do Norte* nos dá uma visão ampla e cronológica das organizações operárias formadas no estado. Contudo, não focaliza a questão específica do sindicalismo salineiro, além de recorrer a um modo de organização textual essencialmente descritivo. Brasília Carlos Ferreira realizou trabalho de resgate histórico da organização sindical dos

trabalhadores em salinas de Mossoró, com ênfase no enfrentamento armado à repressão, no período entre 1931 e 1936, focalizado em o O *sindicato do garrancho*. Seu recorte temporal, no entanto, abrange apenas as lutas dos trabalhadores de salinas sob a égide da *Era Vargas*. Márcia Maria Lemos de Sousa estudou a política salineira e o Rio Grande do Norte, no período de 1965 a 1974, mas, embora sua delimitação cronológica apresente semelhança com a nossa, suas análises não contemplam, em essência, a questão sindical.

Além desses, merece referência o trabalho de Geraldo Margela Fernandes, O *sal: economia em questão*, que aborda as mudanças sócio-econômicas ocorridas no setor da indústria salineira, a partir do fenômeno da modernização, com ênfase na análise da exploração dos trabalhadores; e o de José Lacerda Alves Felipe, que faz uma apreciação da tecnologia capitalista nas salinas do Rio Grande do Norte e da organização de novos espaços para os trabalhadores desempregados. Ainda sob essa mesma perspectiva, Ademir Araújo da Costa analisou a modernização tecnológica versus os impactos sociais no parque salineiro de Macau. Já Francisco das Chagas Paiva Filho concentrou sua atenção na análise da dualidade do mercado produtor salineiro potiguar. Ou seja, revelou a surpreendente resistência da produção salineira artesanal diante do avanço da mecanização. Em trabalho voltado para o exame do sindicalismo rural, Dalcy Cruz abordou a histórica luta dos trabalhadores do campo pelo acesso à terra, discutindo as controversas propostas de reforma agrária em nosso país.

Além da justificativa apontada, explícita na revisão bibliográfica, procuramos na importância política e social das organizações dos trabalhadores na construção do espaço público – nos termos adiante propostos – e na relevância sócio-econômica da produção salineira para o estado, duas expressivas justificativas para a elaboração deste trabalho. Com isso, reiteramos nossa convicção de que os temas de pesquisas devem pressupor relevância não só no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, na esfera social.

No plano pessoal, este trabalho representa um projeto por longo tempo acalentado. Dessa forma, concretizá-lo constitui mais prazer em saldar uma dívida com a história dos trabalhadores da minha cidade do que uma obrigação imposta pelo Mestrado em Ciências Sociais.

As entrevistas, fundamentais para o trabalho, demonstraram um dado inquietante: algumas pessoas contactadas em Macau se recusaram a gravar depoimentos, revelando um temor ainda presente em seus cotidianos. As feridas, decerto para alguns, ainda não cicatrizaram, por isso preferem sepultar o passado. Justamente o risco que tínhamos a pretensão de querer evitar. Ao buscarmos a reconstituição desse período, por vários instrumentos, inclusive entrevistas, avaliamos que as lutas dos trabalhadores de salinas representaram, de forma emblemática em nosso estado, a trajetória de segmentos sociais historicamente rejeitados em busca da cidadania. Em Macau, milhares de operário salineiros, em grande parte migrantes sazonais do campo, construíram sólida organização sindical e, aliados a outras categorias, tentaram materializar

uma utopia bruscamente interrompida em 1964. Discutir quais foram os obstáculos interpostos à consecução dessa meta constitui nosso empreendimento.

O trabalho impôs contatos com categorias e conceitos polêmicos. Ainda assim, colocamo-nos o desafio: optamos por não nos esquivarmos e adotamos posições. Nesse sentido, nossa compreensão de espaço público encontra em Arendt (1995) sua fundamentação teórica. Para essa autora, é no espaço público que se desenvolvem o discurso e a ação humana. A preocupação da autora prende-se à construção daquilo que ela definiu como o espaço da aparência, espaço essencial para o convívio entre os homens e, a partir dos fatos ali engendrados, para a constituição da própria história. Sua reflexão está direcionada para a gênese da esfera política: "organização da comunidade que resulta do agir e do falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importando onde estejam" (ARENDT, 1995, p.211). Segundo sua concepção, o respeito à pluralidade dos atores sociais, típico do espaço público, lócus vital para a construção da cidadania, torna sua efetiva existência incompatível com os regimes autoritários. De modo que entendemos como pertinente tais reflexões na análise do alargamento e retração do espaço público entre nós.

Esse desafio teórico tem no *populismo* um conceito desafiador, por várias razões. Sua trajetória na historiografia nacional sedimentou uma vertente interpretativa que distinguiu no populismo uma

homogeneidade hoje pouco convincente. Sob essa concepção, figuras díspares da política brasileira no período que abrange, com algumas variáveis, desde 1930 a 1964, foram postas em um mesmo patamar. Assim, as ações de Ademar de Barros e João Goulart, por exemplo, foram rotuladas de *populistas* sem ressaltar as peculiaridades históricas que conferiam distintas nuances às suas atuações políticas. Além disso, essa concepção privilegiou, em geral, a manipulação dos trabalhadores e suas organizações como a característica central no *populismo*, reduzindo-os a marionetes sob o manejo do Estado. Por outro lado, novos estudos refutam tais posições e relativizam as relações dos trabalhadores com as estruturas estatais, destacando a dupla lógica ali existente; espécie de pacto que, de forma alguma é reduzido à manipulação unilateral do Estado (GOMES 2001). Tal argumentação fundamenta a nossa percepção do *populismo* presente no cenário político brasileiro até 1964.

A ideologia, por sua vez, é dos mais complexos conceitos discutidos nas Ciências Humanas. Ao analisar tal conceito na evolução do pensamento social e político, Thompson (1995) reconhece – não obstante restrições apontadas – a posição de destaque ocupada pelos estudos de Karl Marx. As formulações de Marx acerca da ideologia, reafirma Thompson, apresentam expressiva contribuição ao demonstrar que a produção das idéias não é autônoma. Pelo contrário, é um processo determinado pela atividade humana ao produzir os meios de subsistência. Contudo, segundo o autor, nos estudos de Marx encontramos três concepções de ideologia responsáveis por certa ausência de uniformidade

no conceito. Adotamos aqui a definição – presente em A *ideologia alemã* – sob a qual a força da ideologia consiste em representar a realidade de forma a ocultar o real processo que a produziu, nivelando-a às idéias de forma genérica (Marx, 1993). Além de Marx, Figueiredo (1980), Dreiffus (1987), e Almeida (1995), fundamentam nossa compreensão de ideologia.

A abordagem do movimento político-militar, deflagrado em março de 1964, nos coloca uma outra dificuldade. Seria tal movimento definível, de forma apropriada, como golpe ou revolução? Ciente de que, qualquer que seja, nossa posição gerará questionamentos, pertinentes ou não, optamos pela primeira alternativa. Nossa posição ampara-se em constatações históricas: a derrubada do Presidente João Goulart de suas prerrogativas constitucionais destruiu a pluralidade política e instaurou a ditadura – não apenas um governo autoritário – embora não totalitária, mas com elementos desta. Essa interpretação dos acontecimentos de 1964 encontra embasamento em diversos autores que extrapolam simplificações esquemáticas e respaldam nosso posicionamento. Entre estes, citamos Alves (1984), Andrade (1989), Dreiffus (1987), Germano (1993), Rouquié (1984), Toledo (1983) e Vieira (1995).

O trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro, **O Sindicalismo em Perspectiva histórica**, fazemos uma retrospectiva do sindicalismo no Brasil, destacando desde as primeiras lutas dos trabalhadores em prol da organização, à contextualizando de suas várias fases no relacionamento com o patronato, o Estado, e a sociedade o que não significa uma compreensão linear da história. Visamos tão-somente

sintetizar a periodização utilizada nos estudos relativos ao sindicalismo nacional. Nossa abordagem parte do geral para o específico. Em linhas gerais, discute o sindicalismo no País, no estado do Rio Grande do Norte e se fixa em Macau, nosso recorte espacial. No segundo capítulo, **Construindo a Utopia**, tentamos demonstrar o ambiente natural que proporcionou a exploração econômica do sal em larga escala; as difíceis condições de trabalho que motivaram as primeiras reivindicações dos trabalhadores; as origens dos operários salineiros, suas crenças e valores, aliadas às influências recebidas em Macau; o desenrolar das lutas e o processo de estruturação do Sindicato: suas correntes internas, as divergências e ambigüidades; a atuação do Sindicato e sua participação na política partidária local; enfim, a luta dos trabalhadores em busca da cidadania. No terceiro capítulo, **A Destruição da Utopia**, focalizamos os antecedentes históricos que marcaram, no início dos anos 60, o alargamento do espaço público no Brasil – nos termos definidos por Hannah Arendt – e a crescente inserção dos trabalhadores em tal cenário; a crise do enfrentamento ocorrido entre projetos políticos diferenciados; a intervenção militar na política nacional, com respaldo de setores civis da sociedade; a retração do espaço público no País e a desarticulação dos sindicatos com seus reflexos na região circunscrita nesta análise.

Não temos a pretensão de equacionar todas as questões que a pesquisa nos suscitou. Pretendemos, além do já explícito, dar voz e vez àqueles que, de outra forma, correriam o risco de perder o registro de suas experiências. Experiências que a vários dos atores aqui abordados

custou a própria liberdade. Não se trata apenas de um fragmento de história local; ela tem vínculos profundos com a história recente do nosso país, e não é inteligível sem tais imbricações. Tentar reconstituí-la não é tarefa que possamos classificar de fácil. Contudo, assim como Victor Hugo, em **Os miseráveis**, entendemos que: enquanto, em certas regiões, a asfixia social por variados fatores for possível e, além disso, enquanto houver sobre a Terra ignorância, miséria, exclusão e opressão, trabalhos como este "poderão não ser inúteis" (HUGO, [198-], p.5). Se assim for, daremos por cumprida nossa missão.

2 O SINDICALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 O Sindicalismo no Brasil

A emergência dos sindicatos no mundo ocidental ocorreu, em síntese, como uma reação dos trabalhadores aos níveis de exploração que revestiram o trabalho a partir do advento do capitalismo. Diante da magnitude de tal desafio, os trabalhadores engendraram o que denominamos de sindicatos para defenderem os seus interesses de melhoria das condições de trabalho e remuneração. No Brasil – assim como na Europa – a ascendência dos sindicatos foi precedida pela criação das sociedades de socorro e auxílio mútuo, cuja principal finalidade era amparar o proletariado em momentos de dificuldades. Suas sucedâneas foram as uniões operárias cujas transformações, paralelas ao advento da indústria no país, resultaram na organização dos sindicatos em solo nacional. (TELLES, 1981).

Envolvidos nessa tarefa encontravam-se, em fins do século XIX, nos principais centros urbanos do país, considerável contingente de imigrantes responsáveis pelo lançamento dos alicerces sindicais entre nós. Em São Paulo, por exemplo, em uma população composta por aproximadamente 55% de estrangeiros, os imigrantes constituíam 71% da força de trabalho urbana. As especificidades da formação social brasileira conferiram, entretanto, aspectos dramáticos à gênese do nosso operariado e de suas organizações de classe. Em um contexto histórico

marcado pela recém-abolição do trabalho compulsório, informa Lopes (1986, p.9), "nascia uma classe operária em condições mais do que precárias [...] desabrigada de qualquer legislação social, o que exigia que os trabalhadores se organizassem para sobreviverem".

Mesclados aos ex-escravos, dois contingentes foram fundamentais para a formação do proletariado industrial no Brasil, especialmente em São Paulo. A composição do primeiro, como já aludido, foi caracterizada pelos imigrantes europeus, com relativa experiência industrial, até 1930, quando começou seu paulatino decréscimo. O segundo originou-se, de forma significativa, a partir do início da década de 30, do êxodo rural procedente de várias regiões do País e da descendência dos operários urbanos (PINHEIRO, 1977). As razões dessas migrações rurais são múltiplas: abrangem desde o crônico desemprego nas regiões periféricas da economia nacional até à exacerbada crença depositada nas possibilidades da vida urbana e no trabalho fabril, impulsionada pela expansão industrial paulista; ultrapassam a mera esperança em dias melhores nas grandes cidades e atingem níveis utópicos. Com a crescente urbanização do Sudeste, a migração interna atingiu particular intensidade e contribuiu para definir os contornos do proletariado essencialmente nacional. Tamanha oferta humana atraiu para a região empresas de variados portes, em busca dessa massa subempregada e ávida por trabalho (PINHEIRO, 1977).

Para os trabalhadores imersos em uma sociedade com secular passado de menosprezo aos seus direitos, a questão do acesso à cidadania

era tão dotada de realismo quanto uma miragem no deserto. Ainda padeciam do preconceito que, no Brasil, vinculava o trabalho braçal à imagem do escravo. Nesses termos, estavam lançados os fundamentos para a formação da classe operária nacional cujo perfil já estava, desde então, profundamente modificado. Concentrada em um núcleo regional – São Paulo – e difusa nas demais áreas do Brasil, a classe trabalhadora enfrentou ao longo de sua formação histórica obstáculos de larga envergadura. Para vencê-los, muitas foram as batalhas; entre as quais, a luta pela organização em entidades representativas foi das mais significativas.

Os estudiosos da história do movimento sindical Brasileiro costumam trabalhar em suas análises com determinados cortes cronológicos. Rodrigues (1968), por exemplo, propôs uma sumária periodização para o sindicalismo nacional. O autor identificou cinco grandes períodos que, sob sua percepção, foram marcantes. Segundo sua análise, o primeiro período, antes de 1888, denominado de mutualista, ainda não é especificamente sindical. Contudo, já organiza o trabalho livre, contém sua gênese, inicia sua gestação. Nessa fase inicial, algumas categorias urbanas, ainda inseridas em uma sociedade patriarcal, predominantemente rural, se estruturam em busca da mútua defesa entre seus membros. No segundo período, de 1888 a 1919, definido como de resistência, prevalece a significativa agitação social, típica da oposição ao emergente capitalismo no Brasil. Tal resistência, em parte, pode ser creditada ao trabalho doutrinário desenvolvido no seio do operariado

pelos anarquistas imigrantes e foi marcada pela primeira greve geral no País, em 1917. O terceiro, de 1919 a 1934, abrange do final da Primeira Guerra Mundial até à ampliação das investidas do Estado sobre os sindicatos, embora a reação destes não seja desprezível. O quarto período, de 1934 a 1945, correspondeu à tutela estatal e à burocratização impostas aos sindicatos pelo governo Vargas. O quinto período, identificado como competitivo, abrange desde a redemocratização do país, com o final da ditadura Vargas, em 1945, até o golpe militar de 1964, período dos mais expressivos na história do movimento sindical brasileiro (RODRIGUES, 1968, p.6).

Diversas estratégias organizativas foram utilizadas pelos trabalhadores. Entre elas, as de natureza mutualista. Apesar de características do início do processo histórico, que também entre nós, originou os sindicatos, as organizações mutualistas conviveram nos maiores centros urbanos com entidades propriamente sindicais até os anos trinta do século XX. Em outras regiões do Brasil, essa convivência foi até mais ampla. De modo que, por esse e outros motivos, periodizar a história do sindicalismo brasileiro implica certo grau de generalização. Em termos gerais, até 1964 observamos três períodos marcantes na história do sindicalismo nacional; a fase inicial, das origens dos sindicatos brasileiros até 1930, com o denominado sindicalismo livre; a fase de controle estatal ocorrida de 1930 a 1945 e a fase caracterizada pela conciliação *populista*, de 1945 a 1964.

DO SINDICALISMO LIVRE ATÉ 1930

O movimento operário-sindical denominado de livre compreende desde os anos finais do século XIX até 1930. Nesse período, o traço característico do sindicalismo nacional foi a luta pela autonomia perante o Estado, como se depreende da afirmação: "embora perseguido [...], o movimento sindical brasileiro organizava-se [...] com absoluta independência econômica e financeira. Zelavam os sindicatos, antes de tudo, pela sua autonomia frente ao Estado" (CÂNDIDO FILHO, 1982, p.182). Essa mesma posição era defendida pelo anarco-sindicalismo, corrente ideológica predominante no sindicalismo brasileiro até o início da década de 1920. Nessa fase, mesmo acossados por reações de natureza conservadora, seja de origem estatal, seja de origem patronal, ambas ainda impregnadas da nossa histórica herança patrimonialista na qual o poder público é subordinado ao privado[1] (HOLANDA, 1995), os trabalhadores não recuaram. Suas organizações ultrapassaram paulatinamente o caráter mutualista e passaram a exibir características reivindicatórias. "Daí que os sindicatos fossem tão visados policialmente, porque representavam os órgãos de organização, de disciplinamento, de esclarecimento, desenvolvendo nos trabalhadores o reconhecimento de sua real condição na sociedade" (DIAS, 1977, p.217).

---

[1] Para maiores informações a respeito da formação patrimonialista do Estado brasileiro, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1995. Obra fundamental da moderna historiografia brasileira.

Já a partir do Primeiro Congresso Operário, organizado em 1906, a corrente mais combativa do movimento sindical repudiou o assistencialismo e "buscando diferenciar-se do mutualismo, cooperativismo ou beneficência, recomendou que as ligas de resistência adotassem o nome de sindicato" (ARAÚJO, 1993, p.19). Montava-se, então, não sem pressões de toda ordem, o arcabouço do sindicalismo nacional reivindicativo. Nas palavras de um veterano da militância operária, essa combatividade tivera antecedente: "podemos fincar a estaca zero da organização sindical no ano de 1903, pois foi desse ano em diante que se iniciaram no Brasil as primeiras greves com caráter reivindicatório" (DIAS, 1977, p.219). Desde então, os protagonistas de tais movimentos foram nivelados pela polícia a perigosos malfeitores e difusores da desagregação social; sendo assim passíveis de prisão, uma vez que atentavam contra a ordem estabelecida. Em outras palavras, como ousavam adentrar ao espaço público[2] sem prévia autorização e ainda mais reivindicar direitos?

Nas duas primeiras décadas do século XX, a emergência dessas reivindicações esteve sob a liderança dos anarquistas – reflexos da influência dos trabalhadores imigrantes – e, em segundo plano, dos socialistas. Essa realidade estava presente, salvo raras exceções, nos

[2] Cf. o espaço público concebido por Hannah Arendt em *A condição humana*, 1995. Sob tal concepção, o espaço público é dotado de amplo significado político. Espaço no qual o homem se distingue dos semelhantes através do discurso e da ação. Atividades só plenamente exercitáveis sob a liberdade e, portanto, incompatíveis com os regimes autoritários.

grandes centros urbanos brasileiros, em especial os do eixo Rio-São Paulo. Em largos traços, essas foram algumas das características marcantes do chamado sindicalismo livre no Brasil, fase do movimento sindical refratário à interferência do Estado em seus domínios, especialmente nos assuntos de natureza circunscrita ao interior dos sindicatos. A combatividade e a persistência na busca de seus propósitos foram as marcas registradas do período. Assim, o sindicalismo brasileiro: "enfrentando regimes políticos verdadeiramente policiais, opôs uma resistência heróica, para a qual contribuiu decisivamente seu caráter independente e autônomo" (ARAÚJO, 1993, p.15-6).

Sob a tutela estatal. O sindicalismo de 1930 a 1945

A fase posterior ao sindicalismo livre tem, para muitos, 1930 como marco definidor, uma vez que a partir daí a intervenção estatal sobre os sindicatos foi a tônica e impôs novos rumos às entidades representativas dos trabalhadores. Além disso, os argumentos mais alegados dizem respeito aos impactos causados pela denominada Revolução de 1930[3], liderada por Getúlio Vargas, sobre as estruturas conservadoras da sociedade brasileira. Sob tal perspectiva, os

[3] Movimento político-militar decisivo para a deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central no Brasil. Existe extensa bibliografia publicada a respeito. Para maiores informações, sugerimos ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*, 1972.

trabalhadores tiveram finalmente acesso a uma considerável legislação social, apesar de sua natureza paternalista, com o escopo de refrear as lutas sociais. Esta posição transparece em afirmações do tipo: "as leis anteriores a 1930 permaneceram quase todas no papel e a miséria do operariado brasileiro não ficava atrás da dos trabalhadores europeus do século XIX" (FUCHTNER, 1980, p.37). Não obstante, o mesmo autor reconhece não ser lícito defender a idéia da não existência de uma legislação social antes de 1930 ao declarar que "esta tese é uma herança da posterior propaganda de Vargas. O próprio Vargas deu prosseguimento às leis anteriormente deliberadas [...]" (FUCHTNER, 1980, p.38).

Ainda que assimilada por muitos, a referida tese não constitui consenso. Diversos estudiosos contestaram essa formulação eivada de conteúdo ideológico. Nesse sentido, esclarecem que "constitui exagero [...] a [...] afirmativa de que nada existiu antes de 1930, que toda legislação a favor dos operários lhes fora graciosamente outorgada, sem nenhuma luta, nem manifestação expressa dos mesmos de que a desejavam" (MORAIS FILHO, 1952, p.141). Esses autores geralmente relativizam a importância da *Revolução de 1930* como marco na trajetória do movimento sindical no Brasil. Embora reconheçam sua importância, especialmente na área das relações trabalhistas, questionam aqueles que atribuem ênfase à data por dois motivos: "de um lado, por um subjetivismo outubrista e, por outro lado, por um simplismo ou mesmo falta de conhecimento da realidade social da Primeira República. Na

maioria das vezes, aliás, as duas falhas andam juntas" (RODRIGUES, 1968, p.4). Era essa, por exemplo, a interpretação predominante, à época, entre os comunistas.

Contudo, em um ponto existe razoável concordância de idéias: as relações entre o Estado e os sindicatos sofreram drásticas transformações desde então. Isso não implica afirmar que o Estado deixasse de refletir a mentalidade dos empregadores e com eles não mais colaborasse, defendendo unilateralmente os interesses dos trabalhadores sob a auréola da legislação trabalhista. Traços da tradicional conduta estatal frente aos empregadores persistiram. Porém, as transformações da economia urbana impuseram a entidade sindical como elemento inevitável nas discussões com o patronato (SIMÃO, 1966). Era preciso então – sob a ótica dos novos detentores do poder – submeter os sindicatos à alçada estatal e, de certa forma, conduzir seus desígnios. Para tanto, desde 1930, e em especial "com o Estado Novo[4], em 1937, o Estado chamou a si [...] a tarefa de organizar e legitimar as associações operárias. [...] sindicatos [...] sob tutela e organizados segundo modelo inspirado no fascismo italiano" (RODRIGUES, 1968, p.348).

Decorre daí que com a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, pelo governo recém-instalado, uma série de limitações foram impostas à classe trabalhadora e suas entidades representativas. O direito à greve foi proibido e declarado de natureza anti-social; implantou-se um

[4] Expressão que designa na historiografia brasileira o período do governo Vargas, que vai de 1937 a 1945, cuja característica central foi seu caráter ditatorial.

atestado ideológico, que impedia os militantes hostis ao governo de concorrerem às direções sindicais, e os diretores eleitos necessitavam do beneplácito do Ministério do Trabalho a cuja alçada estavam subordinados os sindicatos e seus assuntos internos. Ademais, a assistência médica aos associados foi imposta como uma das mais importantes atribuições dos sindicatos. A pluralidade sindical foi eliminada e o reconhecimento das entidades dependia do aval ministerial. Criou-se, ainda, como fonte de sustentação da estrutura erigida, o imposto sindical obrigatório para todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, em prol de suas respectivas organizações e do Ministério do Trabalho. Diante disso, formou-se no Brasil uma burocracia sindical umbilicalmente atrelada e, não raras vezes, subserviente ao Estado (SOUZA MARTINS, 1979).

A estrutura do projeto sindical varguista continha, além das características acima citadas, o princípio da unicidade sindical classificada verticalmente. Só permitia a formação de federações e confederações de uma mesma categoria, excetuando qualquer tentativa de vinculação entre sindicatos de categorias diversas. Assim, a proibição das ligações horizontais tornava ilegal qualquer articulação dos trabalhadores em prol de uma intersindical. O veto à formação de centrais sindicais estava previsto desde 1939. Sua regulamentação, assim como demais determinações do governo Vargas no âmbito das relações trabalhistas, foi efetivada pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, ampla codificação da legislação social e trabalhista que, a partir de 1º de maio de

1943, sistematizou o controle sobre os sindicatos. A CLT definiu o papel da organização sindical na sociedade, impediu qualquer vinculação com a política partidária, detalhou direitos e deveres, impôs limites à sua autonomia e feriu seus interesses reduzindo sua capacidade de reivindicar. (FUCHTNER, 1980).

Essa fase foi caracterizada como o ocaso do outrora sindicalismo de minorias combativas. Daí teria origem a vinculação de expressiva parcela do sindicalismo nacional ao aparelho estatal, assentada na violência frente aos trabalhadores mais organizados e na concessão paternalista da legislação social, estratégia que rendeu a Getúlio Vargas o epíteto de *Pai dos Pobres*. (RODRIGUES, 1968). A realidade na qual estavam imersos os sindicatos dos trabalhadores não pode, entretanto, ser compreendida como algo homogêneo. Ela é complexa e revestida de especificidades, muitas vezes historicamente negligenciadas. Tendemos a esquecer, por exemplo, "que a resistência à política de sindicalização foi uma constante, [...], no entanto, sob formas diversas [...]. Essa reinterpretação conseguiu ver ação, reação e até rebelião onde até então somente se tinha conseguido ver uma quase submissão" (FERREIRA, 1997, p.31). Em sentido amplo estava em jogo, para além da luta sindical, uma árdua etapa na luta pela construção do espaço público no Brasil e pelo acesso dos trabalhadores à cidadania.

Da conciliação populista à luta pela autonomia. O sindicalismo de 1945 a 1964.

A partir de 1945, os efeitos provocados pela derrota do Nazi-fascismo[5] na Segunda Guerra Mundial atingiram em cheio os regimes autoritários. No Brasil, o resultado mais visível foi a deposição de Vargas. Após um longevo governo de características ditatoriais, a sociedade brasileira enveredou em uma nova etapa de sua longa trajetória em busca da democracia. Com o reingresso do País no Estado de direito, os sindicatos conquistaram, paulatinamente, certa liberdade de atuação. Reconquistaram o direito à greve e libertaram-se do *atestado ideológico* a eles imputado. Contudo, curiosamente, "[...] tanto do lado das lideranças operárias quanto do lado dos diferentes governos que se sucederam após 1945, não partiu nenhuma tentativa de rompimento dos laços que uniam o sindicalismo ao Estado" (RODRIGUES,1968, p.348-349). Em relação aos sindicatos, essa situação é em parte explicável. Isto é, sem o resguardo estatal garantido pelo imposto sindical, os sindicatos brasileiros teriam sérias dificuldades para sobreviver. Decorre daí a fragilização da classe operária, refém de uma ambígua situação: a luta pela autonomia e a necessidade do amparo governamental.

---

[5] A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) colocou frente a frente dois blocos militares antagônicos. Os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, com ideais nazi-fascistas – e os países Aliados – Inglaterra, França, EUA e URSS. A derrota dos países do Eixo é considerada fundamental para o declínio dos regimes até então com características nazi-fascistas em todo o mundo.

Mas, então, quais fatores efetivamente dificultaram ou contribuíram para a ação dos sindicatos no período pós-45? A redemocratização do país ocorreu simultânea a uma nova etapa do nosso processo de industrialização. Tal processo, a partir daí, caracterizou-se pela inclusão de elevado número de migrantes internos – tomando-se São Paulo como referência – oriundos do campo ou das pequenas cidades. Esse quadro social se repetiu em variadas proporções nos centros regionais. Na perspectiva de Rodrigues (1968), os novos atores sociais valorizavam, em especial, o salário que o trabalho fabril proporcionava. Em termos comparativos, a remuneração auferida na indústria representava relativa melhoria social. Constituía, pois, o salário, uma temática com potencial capaz de aglutinar os novos setores incorporados à indústria em torno das propostas de reivindicação capitaneadas pelos sindicatos.

Um conjunto de fatores contribuiu para restringir as ações dos sindicatos no campo da reivindicação salarial. Todavia, em diversos segmentos da indústria brasileira, na chamada fase desenvolvimentista, os salários cresceram independentes de pressões significativas dos sindicatos. Como tal fenômeno tornou-se possível? Segundo Rodrigues (1968), a acelerada expansão econômica da segunda metade dos anos 50 do século XX, com novos setores industriais no Brasil – o automobilístico, por exemplo – proporcionou a elevação salarial do operário com maior qualificação profissional. "Neste caso, não houve pressão operária alguma. Os salários subiram pela própria iniciativa empresarial, ante a

carência de trabalhadores especializados e qualificados" (RODRIGUES,1968, p.352). Ainda de acordo com esse autor, no plano dos fatores políticos, os salários subiram – em atividades como a petrolífera e a portuária – por intervenção estatal, sob o patrocínio de governantes hábeis em canalizar os anseios das classes populares urbanas. Fenômeno latino-americano denominado de *populismo*[6], cujas profundas raízes entre nós foram lançadas por Vargas (WEFORTT, 1978).

Utilizada de forma sistemática nas análises do período 1930-1945, a construção teórica a respeito do *populismo* enfrenta atualmente consideráveis críticas. Trabalhos recentes questionam o reducionismo nele contido que coloca no mesmo plano figuras díspares da política brasileira: de Ademar de Barros a Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros a João Goulart. Esses trabalhos refazem a trajetória do conceito, rejeitam generalizações, apontam especificidades e discutem a sua dúbia formulação que, antes do espaço acadêmico, foi trabalhado "primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico" (FERREIRA, 2001, p.9). Resulta daí renovada percepção do *populismo* em relação ao sindicalismo pré-64 e suas vinculações com os trabalhadores.

Essa situação é particularmente semelhante nas atividades econômicas com gerenciamento direto do Estado. Some-se a esses fatores

[6] No Brasil, o período da história republicana que abrange desde a queda do Estado Novo, em 1945, ao golpe político-militar de 1964 é tradicionalmente caracterizado como *populista*. Contudo, as suas raízes estariam lançadas em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central.

o excedente de mão-de-obra e a capacidade de pressão dos trabalhadores que cai perante as empresas. Em tal contexto, os sindicatos têm sua importância reduzida diante dos trabalhadores profissionalmente qualificados. Em conjunto, esses fatores reduziram de forma considerável o potencial reivindicatório dos sindicatos e conduziram os trabalhadores a ter maior confiança na proteção de natureza estatal. Como resultante disso, ponderáveis expectativas dos trabalhadores foram transferidas para o âmbito da política – em seu sentido mais usual –, privilegiaram as ações do governo e reforçaram a vinculação do sindicalismo nacional ao Estado (RODRIGUES, 1968).

Entretanto, o emergente proletariado brasileiro, com nova configuração, ampliou sua presença na arena político-eleitoral. Como se deu esse processo em um país historicamente avesso às camadas subalternas da sociedade? Weffort nos oferece uma pista significativa: "A aceleração do processo de urbanização [...] ocasionou [...] novas forças sociais na vida nacional. [...] Cresceu a importância de uma ampla camada urbana inferior, formada [...] de grupos heterogêneos [...] que se convencionou denominar de 'classes populares'" (WEFFORT,1968). A redemocratização do País transformou, em certo sentido, essas classes em novas forças políticas disponíveis com latente poder de pressão, porém difuso e assistemático. Suas limitações, contudo, não extinguiam o risco de, em contexto favorável, ocorrer uma intervenção dessas massas em escala significativa na cena pública, com profundas repercussões políticas.

A emergência desses novos atores sociais pressionou de forma múltipla o Estado. No âmbito da participação popular, por meio da ampliação do voto. Na esfera social, pelo acesso à educação e aos direitos previdenciários. Mas representou, sobretudo, determinada incorporação das classes populares e suas organizações ao cenário político-institucional em vigência no País. Portanto, o chamado sistema *populista*, classificado como típico do período da redemocratização-desenvolvimentista, já não poderia negligenciar a nova composição da sociedade brasileira. Essa é a interpretação de Rodrigues (1968), para quem a gradual inserção das classes populares criou potencial ameaça para a ordem estabelecida, uma vez que suas vinculações com lideranças definidas como populistas são tecidas com fios tênues. Em razão disso, entre outros fatores, conclui que "mesmo suas mobilizações parciais – algumas estimuladas 'de cima' – representam um imponderável, uma possível avalancha que, para a estabilidade do sistema, convém não deixar expandir-se" (RODRIGUES, 1968, p.35).

Como se explicam, então, as ligações dessas classes populares e suas organizações com o esquema populista? Em um país como o Brasil, com sérias dificuldades em constituir um espaço público, herança de um passado escravocrata, patrimonialista e de natureza patriarcal, a formação da mentalidade daí resultante não pode ser negligenciada. Esse espólio lança luzes sobre as complexas relações entre privilegiados e desfavorecidos da nossa sociedade, em cujo campo germina a reciprocidade de favores (HOLANDA, 1995). De certa forma, essa

herança, em um dado contexto histórico, vai permear as aspirações das classes populares em busca da inclusão na sociedade industrial. Além disso, a fragilidade da organização dos trabalhadores e suas vicissitudes em implementar uma atuação autônoma induziram parcela do sindicalismo nacional a referendar a política populista. De fato, esses elementos não são desprezíveis na análise dessas relações. Entretanto, "sob o populismo, a participação estruturada nas instituições corporativas assegurava aos líderes sindicais a influência de que necessitavam para aumentar seus poderes no processo político" (ERICKSON, 1979, p.229). Acrescenta, ainda, esse mesmo autor que "muitos observadores contemporâneos, testemunhando o crescimento do impacto político dos dirigentes sindicais, concluíram que o populismo dava margem a uma verdadeira mudança política e social" (ERICKSON, 1979, p.229-230). Mas, sob certa perspectiva mais limitada, o que estava em jogo era simplesmente o atendimento às necessidades básicas do proletariado por meio da ampliação do consumo.

A rigor, por esse prisma, os trabalhadores não buscavam a efetiva intervenção nas esferas do poder e das decisões políticas. Seria a herança de um secular passado de submissão das camadas sociais desfavorecidas no Brasil, ou essa postura adotada pelos trabalhadores denota certa compreensão das limitações impostas por fatores conjunturais? Ocorre que, de certa forma, "o populismo sob suas múltiplas feições, [...] expressa esses sentimentos, preenche, de algum modo, expectativas que se situam na área do consumo e da assistência

social e que não impõem uma problemática de controle das decisões políticas na área da produção e do poder" (RODRIGUES, 1968, 356-357). Por outro lado, dissimulou as lutas e diferenças sociais advindas das estruturas historicamente construídas no País e maquiou o papel desempenhado pelo Estado.

Em tal contexto histórico, de limitadas condições para implementar uma ação política marcada pela autonomia de classe, os trabalhadores recém incorporados – em especial os de baixa qualificação profissional – foram compelidos a canalizar suas expectativas para providências vindas das camadas dirigentes da sociedade. Os sindicatos tiveram, assim, em grande parte, o mesmo destino. Essas condições fornecem pistas para compreendermos a considerável simpatia dispensada pelo movimento sindical aos líderes populistas, relativamente interessados na modernização do Brasil. Emblemático do contexto aludido foi o retorno de Getúlio Vargas, em fins de 1951, ao Poder Executivo brasileiro. Agora pelo voto livre. Eleito com amplo apoio popular, nas ondas do rádio, por todo o País, a figura de Vargas era exaltada como *o pai dos pobres*.

Não obstante, a propaganda de natureza personalista não tinha força suficiente para dirimir as contradições inerentes ao *populismo*. Como alerta Vieira (1995), queiram ou não as elites dirigentes – isso independe de suas vontades – o Estado expressa e reflete as lutas sociais, embora possa repassar outra percepção. De modo que muitas das mudanças ansiadas pela sociedade e implementadas com o aval estatal,

não constituem meras dádivas. Na maioria das vezes, tais mudanças atendem a incontroláveis reivindicações populares. Diversas delas, via sindicatos. Assim, ao possibilitar uma maior presença dos trabalhadores e suas entidades sindicais no cenário público, o *populismo* teria desnudado toda sua ambigüidade e gerado repulsa em significativa parcela das elites. Ainda que a manipulação dos anseios populares seja apontada como traço característico do *populismo*, os grupos conservadores da sociedade brasileira foram, "frontalmente contrários ao nacionalismo econômico e à participação das massas populares no jogo político, mesmo segundo o estilo getulista" (VIEIRA, 1995, p.41).

O sistema populista, sob a perspectiva de considerável corrente historiográfica, perdurou na política nacional, mesmo após a morte de Getúlio Vargas[7]. Seu principal herdeiro político teria sido João Goulart, que assumiu a Presidência no efervescente cenário do início da década de 1960. No plano externo, o mundo vivenciava a divisão bipolar entre os EUA e a URSS pelo controle político e econômico global, cujo ápice nas Américas fora a crise dos mísseis em Cuba[8], já então no rumo do socialismo (HOBSBAWM, 1995). No Brasil, enquanto a classe média exaltava a ampliação do consumo de bens industrializados e se deleitava

---

[7] Em agosto de 1954, Vargas desferiu um tiro contra o próprio peito, deixando uma carta-testamento, cujo conteúdo reforçou sua imagem perante as classes populares. O seu legado trabalhista foi assimilado por João Goulart, encarado por setores conservadores como simpático ao socialismo.

[8] Crise internacional desencadeada em 1962 pela instalação de mísseis nucleares soviéticos em território cubano. A chamada *crise dos mísseis* colocou em clima de considerável belicosidade as relações entre os EUA e a URSS. Para maiores informações, ver: HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*, 1995.

ao som dos acordes inovadores de João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Morais[9], imortalizados em canções como *Garota de Ipanema*, novos atores sociais buscavam consolidar suas incorporações ao cenário político nacional. Em tal cenário, o movimento sindical desempenhou, entre outros, significativo papel (HAGUETTE, 1994).

2. 2 - O Sindicalismo no Rio Grande do Norte.

Os primeiros registros acerca da história do sindicalismo no estado indicam a existência da primeira associação de trabalhadores em território potiguar na então Vila de Canguaretama. A Sociedade União Beneficente dos Artistas, fundada em 02 de fevereiro de 1873, por Euthério Ribeiro Guimarães, sobreviveu por aproximadamente duas décadas e chegou a eleger um representante para a Câmara Municipal, o pedreiro Geraldino Gomes da Trindade. (SOUZA, 1989). Nas palavras de Cascudo (1955, p.68), essa foi a entidade pioneira, "a mais antiga organização de classe do estado". A exemplo do ocorrido em outras unidades da federação, no Rio Grande do Norte, observou-se na gênese das organizações proletárias, característica mutualistas. Tais organizações tinham como princípios básicos proteger os trabalhadores e seus familiares em momentos de dificuldades, prestando auxílios em situações

[9] Expoentes do movimento musical brasileiro denominado *Bossa-Nova,* de expressiva repercussão interna e externa.

de enfermidades, privações financeiras ou em casos mais drásticos, como na ocorrência de óbitos entre os associados. (FERREIRA, 2000).

A formação dessas entidades refletia a lenta evolução do setor industrial brasileiro. Os baixos níveis tecnológicos e de especialização – típicos do trabalho de então – conferiam à composição interna e natureza dessas organizações um caráter de associações-livres destituídas de especificação por áreas de ocupação profissional. Predominava certo propósito de união entre diversas categorias. Daí encontrarmos entre seus membros, desde operários até artistas e intelectuais, reflexo do ínfimo grau de evolução das forças produtivas em nosso país (FERREIRA, 2000). Essa realidade estava presente em todo o território nacional, especialmente nos estados de menor desenvolvimento industrial.

Na capital do estado, uma das primeiras organizações assentadas nos referidos propósitos foi o Centro Operário Luiz de França, fundado a 17 de agosto de 1890, que tinha entre seus dirigentes Augusto Wanderley e Manoel do Nascimento Ferreira. Entretanto, a mais representativa dessas entidades foi criada no início do século XX, no dia 28 de fevereiro de 1904, com a denominação de Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense. A seu ato de fundação compareceram, entre artistas e operários, 106 associados. A formação de sua diretoria ficou constituída por alguns dos seus principais idealizadores, entre eles, Augusto César Leite, na condição de presidente, e Aristóteles Costa, como 1º secretário (SOUZA, 1989). Verdadeiro símbolo da fase mutualista das organizações operárias, no território potiguar, essa entidade disseminou suas atividades

assistenciais entre os trabalhadores e granjeou considerável simpatia, traduzida em sua longeva existência. No plano político, sua atuação foi marcantemente conservadora e refletiu a rejeição aos ideais pregados por anarquistas e socialistas, duas das principais correntes políticas nas entidades associativas de trabalhadores. Ilustra essa posição a matéria veiculada pelo jornal *A República*, de 28 de fevereiro de 1926, por ocasião do 22º aniversário da Liga, com o seguinte pronunciamento: "Longe de abraçar idéias rubras, cuida da educação dos seus aliados" (Apud SOUZA, 1989, p.81), uma clara alusão à sua orientação anticomunista.

Uma dissidência da Liga proporcionou a fundação do Centro Operário Natalense, em 2 de abril de 1911, presidido por Eduardo dos Anjos, e abriu espaço para relativa influência de outras posições políticas. Mais afeito ao debate das idéias, em 1926, o Centro chegou a manter sintonia com setores da *esquerda* do Rio de Janeiro, quando das homenagens prestadas a Lênin, no segundo aniversário de sua morte (SOUZA, 1989). Vivíamos então sob o governo estadual de José Augusto de Medeiros que, segundo Souza (1989, p.248), foi "sensível às aspirações do proletariado [...] reconhecendo como de utilidade pública as suas associações [...]. O ponto alto deste apoio foi [...] a eleição para a Assembléia Legislativa do gráfico João Estevão da Silva, em 6 de junho de 1926". Como se explica tal apoio à organização dos trabalhadores? O predomínio da cultura política paternalista entre nós pode ser um indício significativo?

O que o governo definiu como de utilidade pública nas referidas entidades e quais seriam as características apresentadas pelas beneficiadas, são questões importantes para compreendermos o apoio referido. A eleição de um trabalhador para a Assembléia Legislativa não era algo comum no contexto histórico da chamada República Velha[10]. Podemos, no entanto, questionar sob quais condições ocorreu essa eleição e esse apoio. Teria representado um real avanço da classe trabalhadora no estado, ou refletiu apenas a ascensão individual de um cidadão ungido com o beneplácito do executivo estadual? É instigante lembrarmos que em pleno 1926, quando da passagem da Coluna Prestes[11] em solo norte-rio-grandense, José Augusto a rechaçou violentamente em conjunto com o Deputado Juvenal Lamartine e o coronel João Pessoa (SOUZA, 1989).

Combateram justamente aqueles que, através da Coluna, propunham esclarecer os trabalhadores sobre as suas precárias condições de sobrevivência e denunciar os desmandos perpetrados pelos detentores do poder no Brasil. A repressão aos trabalhadores e suas organizações, entretanto, atingiria maior extensão a partir de 1928, com a ascensão de Juvenal Lamartine ao governo do estado. No seu governo, trabalhadores foram espancados e humilhados. Além disso, sedes sindicais foram

---

[10] Período que, na historiografia nacional, geralmente abrange desde 1889 a 1930, cujos marcos cronológicos são definidos pela Proclamação da República e a Revolução de 1930.

[11] Movimento armado que percorreu considerável extensão do território nacional combatendo aquilo que julgava as mazelas do País, sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

invadidas e destruídas sob a acusação de infiltração comunista (FERREIRA, 2000). Negligenciar esses fatos implica idealizar as relações estabelecidas entre o grupo político que dominava o governo estadual e as nossas pioneiras organizações sindicais.

A análise do Censo de 1920 demonstra a incipiente formação da classe operária no estado durante a República Velha. Até então, seus estabelecimentos industriais não ultrapassavam 197 unidades, congregando 2.146 trabalhadores, "nas salinas de Macau, Areia Branca e Canguaretama; nas ferrovias [...], nos portos de Natal e de outras cidades marítimas; na indústria de alimentos e de bebidas, [...] como no setor gráfico [...]. É destes setores que emergiram as principais organizações operárias" (Apud SOUZA, 1989, p.78). Apesar da rarefeita classe operária, a década de 1920 a 1930 foi marcada pela organização das associações profissionais que originaram alguns dos primeiros sindicatos no Rio Grande do Norte.

Em 1920, por exemplo, foi fundada a *União de Operários Estivadores de Natal*, além de entidades ligadas aos carpinteiros, lavadeiras, padeiros, engraxates e pintores. No ano seguinte, foram organizadas várias entidades no interior do estado: em Mossoró, Macaíba, Touros e em Caicó, como a Liga *Artístico-Operária Caicoense*. Imersas na proposta mutualista de atuação apresentavam frágil caráter reivindicatório com débil questionamento à exploração embutida nas relações de trabalho (FERREIRA, 2000). Destituídos, em sua maioria, de formação política e sem referenciais definidos – características de um proletariado ainda em

formação – os trabalhadores potiguares foram conduzidos por lideranças cujos projetos políticos se revelariam mais tarde, de ordem pessoal, em detrimento dos sindicatos.

A esse respeito, nos apresenta como sintomático o depoimento do advogado e jornalista Café Filho, uma das principais lideranças do movimento sindical no estado: "[...] No ano de 1923, coloquei-me à frente das primeiras greves havidas no Rio Grande do Norte. [...] Foi-me fácil, [...] liderar-lhes a reivindicação. Bastou-me na reunião de portuários, insistir no tema aumento salarial, explorando o seu poder mágico" (FERREIRA, 2000, p.24). Como atesta a citação, nas décadas iniciais do século XX, a organização dos primeiros sindicatos no estado contou com a participação de João Café Filho. Sua atuação, tanto na advocacia quanto na imprensa, contribuiu para organizar diversos sindicatos e liderar alguns dos pioneiros movimentos grevistas registrados na capital. A reação do executivo estadual foi violenta e refletiu a ojeriza patronal diante do esboço organizativo dos trabalhadores. O governo Juvenal Lamartine determinou o fechamento de vários sindicatos em vias de organização – entre eles o dos ferroviários e sapateiros de Natal – e pôs o aparato policial no encalço de Café Filho que, além de ter o seu jornal empastelado, foi expulso do estado (COSTA, 1995, p.56). Em outras palavras, Café Filho era aliado dos sindicalistas. Liderou parcela do movimento sindical norte-rio-grandense e atraiu para si considerável apoio das massas da capital potiguar.

Fundamental para a organização dos trabalhadores, a difusão das estratégias de lutas – daí suas origens nas cidades portuárias, com maior contato com as propostas difundidas no sudeste do País – foi incrementada no estado com a estruturação do PCB, Partido Comunista do Brasil. A partir de 1926, com a criação de suas primeiras *células* no interior, na região de Mossoró, a luta pela organização sindical ganhou novo impulso. Embora enfrentando as limitações impostas pela fragilidade do setor secundário no Rio Grande do Norte e sob a repressão governamental às tentativas de organização dos trabalhadores, o partido influiu de forma significativa na constituição de sindicatos com orientação política definida (COSTA, 1995, p.55-56).

Além disso, o empenho pela organização sindical no Rio Grande do Norte atingiu seu momento de maior expressão a partir do ambiente político favorável, proporcionado pela Revolução de 1930. A plataforma de governo da Aliança Liberal – coligação liderada por Getúlio Vargas, ambígua em variados aspectos – foi interpretada como sendo simpática aos pleitos dos trabalhadores (SABINO, 1985). Com o triunfo do movimento de outubro de 1930, veio a institucionalização dos sindicatos, como em todo o País, sob condições marcadas pela tutela estatal. Nos anos seguintes, surgiram diversos sindicatos e ocorreram numerosas greves. Eufóricos com o clima de aparente apoio às organizações operárias, em razão do discurso preconizado pela Aliança Liberal alçada ao poder central, a mobilização dos trabalhadores alcançou níveis significativos, principalmente na região salineira potiguar. Ali, o

numeroso contingente de trabalhadores das salinas passou a questionar as duras condições de trabalho às quais estavam expostos e entrou em choque com a dúbia posição adotada pelo governo liberal (FERREIRA, 2000).

Do antagonismo aí surgido germinou a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal de Mossoró, fundada em 1931. Essa associação foi a semente para a criação do primeiro sindicato de toda a região. Decorreu daí que sua organização atraiu a repulsa das elites locais. A repressão patronal e policial tornou-se uma constante e resultou na posterior organização do chamado *Sindicato do Garrancho*[12] na Zona Oeste do estado. A denominação alude ao fato de seus integrantes terem de se reunir clandestinamente no meio das matas, para fugirem da ação repressora. (FERREIRA, 2000). A organização dos trabalhadores das salinas da região não pode ser adequadamente compreendida sem levarmos em conta a participação do PCB. Ao nos debruçarmos sobre suas origens, verificaremos que "sob a orientação direta [...] do Partido [...] é criada em 1931 a 'Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal' [...] com Manoel Torquato na Presidência" (FERREIRA, 2000, p.88-89). Esse esforço de organização extrapolou os limites da cidade, disseminou-se nas áreas circunvizinhas e, como um vendaval incontrolável, atingiu toda a região salineira.

[12] Para maiores informações sobre a saga dos trabalhadores nas salinas de Mossoró, ver: FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho,* 2000.

A constituição do sindicato dos trabalhadores das salinas em Mossoró, assim como a dos sindicatos de outras categorias, foram resultantes da estratégia elaborada pelo PCB na luta contra a tutela exercida pelo Estado sobre tais entidades. Em depoimento prestado a Ferreira (2000, p.93), Francisco Guilherme externou a tática adotada pelo Partido: "[...] entrei para o Partido em 1931, aí em reunião disseram: todos os comunistas têm que fazer parte do Sindicato, porque a força do Sindicato é o Partido. Então, obedecendo à palavra de ordem do Partido, entrei para o Sindicato, não fiz nem uma objeção". A tática obedecia às determinações da direção nacional do PCB. A priori, consistiu em criar o maior número possível de sindicatos sob sua orientação com o intuito de firmar posição nas organizações e, a partir daí, rechaçar a legislação imposta pelo recém-criado Ministério do Trabalho do governo Vargas.

A criação do Ministério e a nova legislação trabalhista eram parte das transformações que o País conheceu com o triunfo do Movimento de Outubro de 1930. Em decorrência disso, o cenário político no Rio Grande do Norte, como em todo o Brasil, sofreu consideráveis alterações. Entre outras, a nova posição ocupada por João Café Filho. Identificado com os liberais vitoriosos, embora fosse encarado com reticências por alguns, Café filho foi incorporado ao aparelho burocrático do governo estadual sob a condição de chefe de polícia. Não sonhara exatamente com isso, mas fora o quinhão recebido. Muda, a partir de então, sua postura perante os sindicatos, como podemos aferir em citações do seguinte teor: "nos anos 20 ele fora instrumento de [...]

protesto contra uma ordem liberal [...] que marginalizava [...] a classe operária [...], agora nos anos 30, ele se convertera em mera [...] imposição do projeto de sindicalização [...], apoiado no aparato repressivo [...]" (SPINELLI, 1989, p.170).

Estavam em jogo no período dois projetos distintos de atuação sindical. Um atrelado ao Ministério do Trabalho, assentado no arquétipo corporativista implementado pelo governo Vargas, e outro que relutava em defender a autonomia das organizações dos trabalhadores perante o Estado. Café Filho, outrora defensor da liberdade sindical, agora assumira uma postura inversa. Diante da nova conjuntura, o Partido Comunista passou a denunciar o *cafeísmo*[13] como aliado das oligarquias e a combater os sindicatos sob sua influência, identificados com a manutenção da ordem em detrimento da organização dos trabalhadores (COSTA, 1995).

Na avaliação de Costa (1995), é sob a interventoria de Hercolino Cascardo, de 31 de julho de 1932 a 10 de junho de 1933, que os trabalhadores potiguares terão um período mais propício à organização sindical, sem a característica repressão anterior. Tido como progressista – Cascardo chegou a ocupar a presidência da ANL, Aliança Nacional Libertadora[14] – incentivou a sindicalização, garantindo a liberdade de organização. Encorajados, os sindicalistas se mobilizaram em 1932 para

[13] Corrente política, liderada no estado do Rio Grande do Norte por João Café Filho.

[14] Organização criada em março de 1935. Pretendia congregar as forças políticas progressistas da nação e combater o integralismo. Com larga influência comunista em seus quadros, acabou atraindo a oposição ferrenha dos setores sociais conservadores. Para maiores informações, ver: COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935*, 1995.

criar a União Geral dos Trabalhadores, organização liderada pelo PCB, cuja pretensão era realizar uma atuação conjunta, contrária às imposições da legislação sindical veiculadas pelo Ministério do Trabalho, combater a liderança cafeísta no sindicalismo da capital e impedir suas possíveis influências no interior. Entre as entidades defensoras de tais propostas, estavam o expressivo Sindicato dos Estivadores em Natal, organizado a partir de 1934, e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal, em Mossoró. "Ao contrário dos sindicatos formados por Café Filho, que se submetiam à burocracia estatal, e outros que foram formados sem sua influência direta" (COSTA, 1995, p.57).

O Sindicato dos Estivadores, por exemplo, à época, era identificado como o sindicato da *estiva livre* graças à sua não submissão ao arcabouço burocrático formulado pelo Ministério do Trabalho. Até então, os sindicatos oficiais passavam pelo crivo ministerial. Caso contrário, não eram reconhecidos (COSTA, 1995). Expressa essa realidade o fato de até fins de 1933 existirem somente três organizações sindicais dos trabalhadores, legalmente reconhecidas em todo o estado do Rio Grande do Norte: o Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, a União dos Operários estivadores de Natal e o Sindicato dos Estivadores de Areia Branca (FERREIRA, 2000). Apesar da tutela imposta aos sindicatos pelo projeto varguista, a resistência foi, durante os anos 30, uma constante em todo o Nordeste brasileiro. Estava em jogo algo mais amplo: a luta pelo acesso à cidadania, muito embora se possa argumentar que essa resistência não fosse para muitos perceptível. Para percebê-la, "é

necessário percorrer os lugares em que os trabalhadores estavam, [...] seja na luta por seus direitos sociais, [...] seja atuando no espaço público [...] formando a matéria [...] com que se intenta construir a cidadania" (FERREIRA, 1997, 270-271). Por certo, algo não facilmente compreensível aos sentidos dos que estavam imersos em tal conjuntura.

No rumo da resistência, a tentativa de aglutinar as entidades sindicais em torno de um projeto de luta unificado resultou, em agosto de 1935, no I Congresso da Unidade Sindical realizado na sede da União dos Estivadores em Natal. Esse congresso apresentou como meta mais ampla a aglutinação de um expressivo número de sindicatos em todo o Nordeste. Orientado pelo PCB, teve em João Francisco Gregório, presidente do Sindicato da União dos Estivadores, uma das principais lideranças. Seus organizadores visavam à formação da União Geral dos Trabalhadores. A primeira iniciativa frustrada ocorrera em 1932. Em 1935, o malogro ocorreu mais uma vez: "a [...] União Geral dos Trabalhadores não foi efetivada, [...] porque três meses depois ocorreu o Levante em Natal e a repressão [...] vai inviabilizar, por vários anos, a organização dos trabalhadores não apenas no estado do Rio Grande do Norte, como no Brasil"(COSTA,1995, p.60). O levante aludido diz respeito à Insurreição Comunista[15] de 1935, cujo desfecho trouxera danosas conseqüências para o movimento sindical.

---

[15] Mobilização desencadeada pelos comunistas com o propósito de instalar um regime socialista no Brasil. Em Natal, os insurretos chegaram a instalar um efêmero governo de apenas três dias. Para maiores informações, ver COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935*: Natal, o primeiro ato da tragédia.

Com a repressão, as entidades comprometidas com as propostas de mobilização das massas foram duramente atingidas. De forma especial, na região salineira de Mossoró e no Vale do Assu, onde se desenrolou a *guerrilha*, luta armada que de início teve caráter defensivo. Clandestinos, vários ativistas egressos do *Sindicato do Garrancho* foram impelidos pela repressão a pegarem em armas. Em decisão contrária às determinações do PCB, optaram pela formação do movimento armado. Resolutos, às vésperas do Levante de 35, acreditavam em uma iminente revolução socialista no País, a qual os conduziria à liberdade. Com a eclosão da Insurreição, aguardaram ansiosos, inicialmente nas cercanias de Mossoró, o triunfo no plano nacional, que jamais ocorreu. Acuados nas matas, passaram de trabalhadores das salinas a bandoleiros perigosos, caçados dia e noite por todo o Vale do Assu para o massacre final (FERREIRA, p.2000).

Estávamos sob marcante polarização política que, no Brasil, colocou em posições antagônicas os defensores do socialismo e os do integralismo[16]. Em solo potiguar, o movimento integralista atraiu considerável simpatia entre os intelectuais da capital. Imbuídos de ideais nacionalistas, os integralistas propunham rechaçar o comunismo internacional encarado como nocivo ao Brasil. Sua frágil expressividade na região salineira e na Várzea do Assu é atribuída, entre outros fatores, à *guerrilha* comunista. Ao se propagar em uma região repleta de injustiças sociais, a *guerrilha* teria contribuído para "o recuo dos camisas verdes da

[16] Cf. CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do Integralismo no RN*.

Várzea do Assu" (CORTEZ, 1986, p.50). Camisas Verdes era a designação atribuída aos adeptos do Integralismo. No outro extremo, a liderança do movimento *guerrilheiro* estava sob o controle de Miguel Moreira e Manoel Torquato. O segundo, curiosamente, era ex-adepto do protestantismo. Pesava sobre ele a acusação de que renegara os ideais de Martinho Lutero para abraçar os de Marx e Lênin[17]. Sensível aos sofrimentos dos trabalhadores das salinas, combateu os desmandos patronais e as injustiças sociais. Pegou em armas e, como um Quixote[18] dos trópicos, enfrentou aqueles que julgava os algozes dos trabalhadores. Pagou caro a ousadia. De 1934 até meados de 1936, foi perseguido até a sua morte, fruto da traição de um ex-companheiro, Manoel Feliciano, que o alvejou pelas costas (FERREIRA, 2000).

É creditada à sua luta a concretização dos primeiros empregos com carteiras assinadas, em Mossoró. Manoel Torquato teria sido o responsável pela distribuição de 12 carteiras de trabalho entre os operários salineiros, caso que provocou grande repercussão na região. Não se sabe ao certo como ele as adquiriu. Os contemplados foram inicialmente discriminados pelo patronato e ficaram sem trabalhar.

---

[17] Martinho Lutero, em 1517, rompeu com a Igreja Católica, desencadeando o processo denominado de Reforma Protestante. Daí a designação de *protestantes* para os seguidores de suas idéias. Marx, por sua vez, juntamente com Engels, lançou os fundamentos teóricos do socialismo científico que iriam exercer sólidas influências sobre o pensamento de Lênin, comandante da Revolução Russa de 1917.

[18] Em *D. Quixote de la Mancha*, obra clássica da literatura universal, Miguel de Cervantes satiriza a Cavalaria medieval. Porém, exalta as qualidades humanas da lealdade, generosidade e honestidade, além do senso de justiça, presentes em Quixote, o sonhador protagonista, que buscava vingar os fracos e oprimidos.

Tempos depois, uma exuberante colheita de sal exigiu um elevado número de trabalhadores e praticamente obrigou os produtores a convocarem os portadores das carteiras. Foi o suficiente para concretizar "os primeiros empregos com vinculação trabalhista e previdenciária na indústria de extração do sal do Rio Grande do Norte. [...] como resultado, ensejou a primeira aposentadoria pela Previdência Social a um trabalhador de salina conhecido por Luiz de Beta". (MELO, 1999, p.106). Aquilo que para muitos fora mero devaneio, um ato tresloucado; para outros representou uma resistência apreciável, típica de uma fase do movimento operário-sindical ainda envolto em nuances heróicas, mas de conquistas efetivas para os trabalhadores.

Com a derrota da Insurreição Comunista de 1935, o governo Vargas incrementou o controle sobre os trabalhadores e a sociedade em geral, culminando com a implantação do Estado Novo, em 1937. O quadro das restrições às liberdades democráticas se refletiu no estado, e suas organizações sindicais sofreram sério revés. De modo que somente a partir de 1941, ocorreu uma lenta retomada do processo organizatório, de acordo com os registros expedidos pela Delegacia Regional do Trabalho (Apud SABINO, 1985). Essa retomada seria a resposta dos trabalhadores ao Decreto-Lei de 29 de junho de 1940, interpretado como uma tentativa de reaproximação do governo Vargas, uma vez que permitia adaptar as associações de classe existentes à nova organização da estrutura sindical. A partir de agosto de 1941 a dezembro de 1945, são registradas no estado dez associações profissionais urbanas na categoria

trabalhadores na indústria, restando às mesmas cumprirem as exigências burocráticas para atingirem status sindical, meta não raras vezes frustrada. De 1946 a 1964, são registradas mais 26, totalizando 36 associações de trabalhadores na indústria, categoria cuja liderança esteve, até o início dos anos 60, com os trabalhadores ligados à indústria de extração do sal. (SABINO, 1985).

Apesar de assentada em brutal sistema de exploração, a colheita da produção salineira, por ser uma atividade sazonal, "absorvia não somente os seus inúmeros profissionais propriamente ditos, mas também milhares de camponeses que emigravam para as salinas de Mossoró, Areia Branca e Macau à procura de trabalho nesse setor" (SABINO, 1985, p.30). Como resultado mais visível disso, verifica-se que a acentuada movimentação de trabalhadores na região salineira forjou as condições necessárias para a constituição de expressivos sindicatos. Na categoria profissional "trabalhadores no comércio", foi registrada, no período de1939 a 1962, a formação de dez entidades, sendo a mais antiga o Sindicato dos Empregados no Comércio do RN.

Figura 1 ***- Pretextato Cruz, representante dos trabalhadores potiguares, discursa no II Congresso Nacional da categoria dos estivadores. Santos/SP – 1962. Fonte: Arquivo Pretextato Cruz.***

Na categoria "trabalhadores em transportes", ocorreu a formação de seis associações, no período de 1942 a 1962, enquanto que as associações catalogadas como de "autônomos e outros" somaram 18 entidades, destacando-se pela combatividade as organizações dos estivadores e marítimos de Areia Branca, Macau e Natal, conforme sublinha Sabino (1985, p.45): "os trabalhadores do setor portuário [...] de Areia Branca, Macau e Natal, [....] realizavam assembléias movimentadíssimas e greves por reivindicação de salários e por solidariedade a outras classes". Ainda segundo esse autor, na área financeira, em 25 de maio de 1944, dá-se a formação da Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RN. Na área dos profissionais liberais, registra a organização de quatro entidades, no período de 1948 a 1961, entre elas a dos professores de Natal, em 07 de julho de1961. Portanto, tivemos em um período de 23 anos – de 1941 a 1964 – segundo os dados coletados por Sabino (1985), a organização de 74 associações de trabalhadores urbanos no estado. Destas, apesar da fragilidade do setor secundário entre nós, praticamente 50% surgiram a partir das lutas desenroladas na área da indústria.

Após 1945, com a queda de Getúlio Vargas e a redemocratização do País, o movimento sindical ganhou novo fôlego; no ano seguinte, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal do Rio Grande do Norte, sediado em Mossoró e com jurisdição sobre Grossos e Areia Branca, foi oficialmente reconhecido (FERREIRA, 2000). Como reflexo do ânimo pós-Estado Novo no meio sindical, temos a organização, em julho de 1946, de um congresso de trabalhadores do

estado, cuja principal meta era a fundação da CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Divulgado com certa intensidade pela imprensa do sul, esse congresso acabou encampado pelo Ministério do Trabalho, que patrocinou a sua realização no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em setembro de 1946. Entre as principais teses discutidas, destacaram-se as da Liberdade e Autonomia Sindicais e Atividades Políticas e Partidárias no seio do Sindicato[19]. De efêmera duração, a CTB, já no ano seguinte, foi considerada ilegal. As reações à declaração de sua ilegalidade, aliadas à cassação do registro do Partido Comunista, em 1948, provocaram "intervenções em sindicatos e nova estagnação no entusiasmo dos trabalhadores por suas lutas reivindicatórias, iniciadas em 45 com a redemocratização do País" (SABINO, 1985, p.56).

A crise daí resultante, entremeada pelo suicídio de Vargas, em agosto de 1954, e sua repercussão na política nacional, só foi devidamente contornada pelo sindicalismo, no final dos anos 50 e início dos anos 60 (RODRIGUES, 1986). Nesse contexto, temos uma intensa mobilização organizativa dos trabalhadores, com expressiva repercussão no campo. No Rio Grande do Norte, essa mobilização recebeu influência das Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião em Pernambuco, com posterior difusão por todo o interior do Nordeste. Além disso, a ação desenvolvida pelo SAR – Serviço de Assistência Rural – organizado por uma ala da Igreja, impulsionou a organização dos primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais em uma conjuntura histórica

[19] *A República*, 21 de setembro de 1946, p. 3.

caracterizada pelo avanço dos trabalhadores e pela marcante radicalização política. Assim, em 15 de janeiro de 1960, foi organizado o primeiro sindicato rural do Rio Grande do Norte, o sindicato dos trabalhadores rurais de Serra Caiada, abrangendo os municípios de Januário Cicco, Lages Pintada e São Bento do Trairi, cujo reconhecimento ministerial data de 11 de maio de 1962 (Sabino, 1985).

Segue-se depois, no espaço de três anos, a organização de dezenove sindicatos no interior do estado. Ainda em 1962, foi organizada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte, cujo reconhecimento ministerial ocorreu em 11 de agosto de 1963, sob a presidência de José Rodrigues Sobrinho, responsável pela organização da Primeira Convenção Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizada em Natal de 15 a 20 de julho de 1963. Não deixa de ser curiosa a celeridade com a qual os trabalhadores rurais conseguiam a investidura sindical. Diferente dos trabalhadores urbanos, "já conseguiram organizar os seus sindicatos de forma direta [...], enquanto os trabalhadores urbanos ainda se organizam em associações para depois chegarem a sindicatos" (SABINO,1985, 54-55). Sinais dos tempos então vivenciados pelo País?

A organização dos trabalhadores rurais chamou novamente à baila um tema explosivo para as elites brasileiras: a reforma agrária."Para o Movimento Sindical Rural, a questão da terra tem sido a principal mola de suas reivindicações. Toda a sua luta, desde a década de 50, sempre esteve voltada para a questão da terra" (CRUZ, 1992, p.14). No acirramento dessas lutas, no início dos anos 60, foi organizada a

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – que passou a liderar as reivindicações relativas à reforma agrária no Brasil. A questão era, que tipo de reforma agrária se propunha no País? No curto espaço de tempo entre 1958 e 1964, foram elaborados cerca de 120 projetos de Reforma Agrária no Brasil. Foi no clima dessas discussões que o governo Goulart propôs ao Congresso Nacional, em 1962, um anteprojeto de lei versando sobre a Reforma Agrária, ampliando, assim, a polêmica no campo. O movimento sindical rural radicalizou suas críticas à concentração fundiária no Brasil e recebeu variadas influências, desde as ingerências estatais, com vistas ao arrefecimento dos ânimos e a conquista de apoio político, às intervenções do PCB e da Igreja na luta pelo controle dos sindicatos rurais (CRUZ, 1992). Esboçava-se, na visão das elites, uma ameaçadora aliança operário-camponesa em várias unidades da Federação.

No âmbito estadual, essa situação adquiriu maior visibilidade quando da fundação da Liga Camponesa do estado do Rio Grande do Norte, em 26 de setembro de 1963[20], resultado das articulações realizadas por Mery Medeiros da Silva, Pedro Simão Pereira e Floriano Bezerra de Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau e presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do RN. O próprio Francisco Julião confiou –

[20] Cf. Certidão do Primeiro Oficio de Notas de Natal-RN, os estatutos da Liga Camponesa no estado se acham inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, sob o número de ordem 695, fl.1, no Livro A Nº 5, datado de 16 de outubro de 1963.

em viagem a Macau – a liderança da Liga no estado a Floriano Bezerra; inclusive o indicou para o Conselho Nacional das Ligas Camponesas[21]. Materializava-se uma acalentada aliança operário-camponesa. Paralelo a isso, construía-se no Brasil um cenário político no qual se abriram novas possibilidades para os sindicatos norte-rio-grandenses comungarem o ideal da união nacional dos trabalhadores. O programa do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores – acenava com tal perspectiva. Diversos sindicatos e associações se incorporaram ao CGT e ampliaram a mobilização dos trabalhadores potiguares, em especial nos tradicionais centros operários.

O golpe de 1964 representou a ruptura: "vieram as prisões de dirigentes e intervenção em vários sindicatos, associações e federações de trabalhadores em todo o País e no Rio Grande do Norte" (SABINO,1985, p.57). Assim como toda a sociedade brasileira, o sindicalismo mergulhou em uma fase obscura da sua história, na qual os trabalhadores foram banidos do cenário político. A obediência acrítica aos novos detentores do poder era a regra imposta a ser seguida, e a retração do espaço público tornara-se evidente.

[21] Conforme Depoimento prestado em 25 de abril de 2002, por Mery Medeiros da Silva, um dos organizadores das Ligas Camponesas no RN.

2.3 – O Sindicalismo em Macau.

A análise da organização dos trabalhadores no estado permite inferir que as lutas sociais desenroladas na região de Macau tornaram-na palco privilegiado para a emergência de algumas das nossas mais antigas entidades de classe. Já em 1880, quando o Brasil ainda não tinha oficialmente abolido a escravidão, postergando a erradicação dos males do trabalho compulsório, temos informações de uma pioneira *Associação Operária de Macau*. A sua fundação é atribuída aos esforços conjuntos de Francisco Honório Canuto da Silveira – pai do Monsenhor Honório[22] – Fagundes de Menezes e Pedro Felipe de Menezes. A criação da entidade seria uma reação às irregularidades na remuneração aos marítimos do Município. (SOUZA, 1989). As idéias de organização que floresceram na Europa atravessaram o Atlântico, atingiram a América e chegaram a um minúsculo reduto do Brasil. Deixaram o estado de latência e começaram a se concretizar em uma terra, cuja extração da principal riqueza exigia consideráveis esforços físicos e provocava crescente exploração dos operários.

Por conseguinte, a organização dos trabalhadores de Macau não pode ser compreendida sem levarmos em consideração a atividade salineira, base da sustentação econômica do município e região

[22] Monsenhor Honório teve destacada atuação sacerdotal durante várias décadas em Macau. Sua relevância para o Município é, em certo sentido, proporcional à do Padre João Maria para a capital do estado.

circunvizinha. É em torno dela que girará a utopia proletária. A mobilização dos trabalhadores atrelados a essa atividade resultou, anos mais tarde, em torno de 1891/1892 – se desconhece registros precisos a respeito – na fundação de uma organização intitulada *Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal*. A reação patronal não tardou: "Por causa da repressão existente naquela época, a referida organização não podia chamar-se sociedade operária. O nome operário era proibido. Em fevereiro de 1892, esta Sociedade realizou uma greve para combater arbitrariedades dos patrões" (SOUZA, 1989, p. 80). Essa foi a primeira greve de que se tem notícia no estado. Durante três dias os trabalhadores salineiros da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu paralisaram suas atividades e realizaram piquetes para evitar os possíveis fura-greves[23]. Chama a atenção o caráter reivindicatório desse movimento, haja vista que à época tais organizações ainda estavam, em todo o País, imersas na fase mutualista de atuação. A referida salina, cuja fundação ocorrera em 1890, tinha sede administrativa no Rio de Janeiro. Era dotada de considerável capital e tinha como principal finalidade "explorar as [...] salinas de Macau [...]. Passados anos, foi ela sucedida pelas companhias seguintes: Empresa Indústria Brasileira, Gustavo Elysio & Cia., Empresa

[23] Denominação de caráter pejorativo atribuída aos trabalhadores que não atendem às convocações paredistas de suas categorias. Em geral, são acusados de conivência com os patrões e responsabilizados pelo enfraquecimento das greves deflagradas pelos sindicatos.

de Sal e Navegação, Companhia Comércio e Navegação"[24] (ARAÚJO apud BARROS, 2001, p.131). Posteriormente, a empresa denominou-se Pereira Carneiro & Cia Limitada.

As estruturas econômica, política e social da região polarizada por Macau foram dinamizadas com a chegada de grandes empresas das regiões Sul e Sudeste do País. As salinas implantadas pela *Conde Pereira Carneiro e Companhia Comércio e Navegação*, por exemplo, provocaram um expressivo aumento da produção. Em conseqüência, todo o processo envolvendo a extração e transporte do sal requisitou um considerável afluxo de trabalhadores para o município-pólo. Além disso, ampliou a presença de grandes embarcações na costa macauense.

A estrutura montada a partir de então dinamizou de tal forma a economia e sociedade locais, a ponto de surgirem novas categorias profissionais atreladas à produção salineira. Depois dos trabalhadores das salinas, comumente chamados de salineiros[25] categoria-base de todo o processo – estavam criadas as condições para o advento, entre outros, dos barcaceiros, estivadores e conferentes. Os primeiros tripulavam as embarcações do tipo barcaças em direção aos navios ancorados em alto-mar, no denominado Lamarão.[26] Os segundos eram os responsáveis pela

---

[24] Cf. artigo de F.F. Araújo, publicado na revista *Centenário – Polyanthea*. Macau, 7 de setembro de 1922, p. 1-3, citado por Barros, p. 131.

[25] A rigor, o termo designa os proprietários de salinas; mas é de domínio público a sua atribuição aos trabalhadores nas atividades salineiras.

[26] Ancoradouro situado em alto-mar no qual os navios oriundos do Sul do País aguardavam o embarque do sal. O processo de produção, embarque e transporte do produto envolvia todas as categorias acima citadas.

movimentação da carga em direção aos porões dos navios. Quanto aos conferentes, respondiam pelo controle e fiscalização desse processo. Além dessas categorias existiam mais duas: a dos marítimos, que trabalhavam embarcados e exerciam a navegação de cabotagem[27], e a dos práticos de Barras, os Mestres-arrais. A principal tarefa destes últimos consistia na condução dos navios ao ancoradouro, situado a aproximadamente 15 milhas da costa do município de Macau (MARIZ, 1985) . A convivência dessas categorias, em maior ou menor escala, com os trabalhadores de navios oriundos do Sul promoveu um natural intercâmbio de idéias políticas, que favoreceram o despertar da consciência de seus direitos. "Com efeito, desse intercâmbio natural surgiram os sindicatos de classe" (MARIZ, 1985, p.18). As sementes daí lançadas encontraram um terreno fértil para a propagação da organização sindical.

A partir da terceira década do século XX, já na condição de principal parque produtor do sal marinho em todo o território nacional, Macau começou a atrair, no período da colheita, trabalhadores dos municípios circunvizinhos tornando-se palco de inevitáveis conflitos trabalhistas. As dificuldades inerentes ao sistema de trabalho ao qual estavam atrelados os estivadores, barcaceiros e principalmente os salineiros, aliadas às idéias vindas do Sul do Brasil, forjaram as necessidades de *organização* dessas categorias em órgãos representativos (SABINO, 1985). Decorre daí que, já na Era Vargas, temos a fundação do Sindicato dos Estivadores de Macau, cuja denominação inicial era

[27]Navegação costeira.

Sindicato dos Operários Estivadores. O seu reconhecimento oficial ocorreria em torno de uma década, em 12 de fevereiro de 1944[28], quando o Estado Novo Varguista já apresentava desgaste perante a sociedade brasileira. A constituição e formalização do Sindicato dos Estivadores apontam para a crescente mobilização do movimento sindical em Macau.

Tomando como base as informações registradas por Costa (1995), podemos compreender as tentativas de se estabelecer vínculos entre o movimento sindical de Macau e a chamada *guerrilha* da Várzea do Assu. Às vésperas da Insurreição Comunista, de novembro de 1935, a então liderança dos estivadores de Macau, João Anastácio – popularmente conhecido por *João Bolacha* – hospedou em sua residência Miguel Moreira. Na clandestinidade, Miguel Moreira liderava, juntamente com Manoel Torquato, a referida *guerrilha*. "Pouco depois, sintomaticamente [...], aparecem no mercado público e em algumas residências [...] panfletos qualificados pela polícia como de 'caráter nitidamente comunista'" (COSTA, 1995, p.157). A hipotética articulação para um levante é facilmente debelada e os envolvidos, presos no Município, alegam desconhecer os acontecimentos desenrolados na capital do estado. O episódio, no entanto, apresenta indícios da crescente mobilização dos trabalhadores macauenses, ali representados pelos estivadores. É razoável supor que Miguel Moreira, experiente ativista, acossado pela repressão, teria se deslocado para Macau acreditando nas

[28] Conforme dados do Arquivo do Sindicato dos Estivadores de Macau (Apud BARROS, 2001, p.77).

possibilidades de sua pregação política em um terreno que julgava permeável às suas idéias, o que indica o potencial político ali concentrado.

Mas vale ressaltar o fato de que há controvérsias quanto às origens do Sindicato dos Estivadores. Teria existido mais de uma entidade dos estivadores em Macau? A ata da sessão extraordinária da entidade, datada de 29 de novembro de 1935, portanto dias após a derrubada do efêmero governo comunista instalado na capital, reforça esse questionamento.O documento trata da expulsão do presidente da entidade, identificado como sendo o Sr. Pedro Romero de Barros, em virtude da sua prisão na Cadeia Pública do município sob a acusação de "ser o mesmo suspeito por idéias extremistas e achar-se envolvido em um processo dentro da Lei de Segurança Nacional" (Apud BARROS, 2001, p.123).

A citação, que apresenta indícios de ligações com os eventos transcorridos por ocasião da Insurreição Comunista de 35, apresenta divergência em relação aos dados apresentados por Costa (1995), quanto à presidência do Sindicato no período[29].

Até meados dos anos 40, existiam apenas dois sindicatos em Macau, oficialmente reconhecidos: – o que equivale a dizer em sintonia

[29] Os dados apresentam divergências quanto à fundação do Sindicato dos Estivadores de Macau. Há quem indique 11 de janeiro de 1932, sob a presidência de Manoel Amâncio dos Passos, como a data da sua emergência (XAVIER, Getúlio. *Um Rio Grande e Macau*: cronologia da história geral, no prelo). Em outra obra indica-se vagamente meados de 1935, sob a presidência de João Anastácio (COSTA, 1995, p.157). Já em Sabino (1985, p.64), é citado 12 de março de 1937.

com a Lei de Sindicalização do governo Vargas – os sindicatos dos barcaceiros e o dos estivadores. Em processo de reconhecimento encontravam-se os sindicatos dos calafates e carpinteiros navais, empregados do comércio, pedreiros, açougueiros, carregadores e operários salineiros (BARROS, 2001). A organização dos trabalhadores da região arrastava-se lentamente em meio ao rígido controle estatal. Entre as categorias que lutavam por se organizar estava a dos salineiros. Justamente aquela que congregava os trabalhadores da atividade econômica fundamental em todo o processo produtivo da região.

Em *Mundos do Trabalho* Eric Hobsbawm nos ensina que a "história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis sócio-econômico, político, cultural ideológico e histórico" (HOBSBAWM,1987, p.29-30). Nesse sentido, entendemos como esclarecedor o trabalho de Paiva (1985), cuja abordagem da história de vida de um personagem da classe trabalhadora macauense – Chico Mariano – lança luzes sobre alguns aspectos da trajetória coletiva na organização dos trabalhadores da cidade. Em 1937, aos treze anos de idade, Mariano ingressou precocemente no mercado de trabalho, assim como centenas de outros jovens. Era ajudante de calafate[30]. Um ano depois, interrompeu seus estudos com apenas o 3º ano primário, cursado no Grupo Escolar Duque de Caxias, então referência no ensino público

[30] Trabalhador cuja responsabilidade é realizar pequenos reparos nas embarcações. Como, por exemplo, vedar fendas.

do município, e ingressou como operário na Salina João Câmara Irmãos, vendida, em 1938, ao grupo Matarazzo de São Paulo.

Com a entrada do capital do Sul-Sudeste do País na produção salineira, as relações de trabalho foram transformadas. Algo, no entanto, continuava persistindo: "as grandes empresas infringiam a lei, sem o menor resquício de punição" (PAIVA, 1985, p. 28). Já nos anos 40, Chico Mariano consegue trabalho *embarcado*[31] como tripulante, desenvolvendo suas atividades na área até 1959. A partir daí, a emergência das lutas populares no Brasil irá repercutir com maior intensidade no município e os trabalhadores macauenses ampliarão suas mobilizações. Em suas declarações, esse fato é patente: "em 1959, [...] houve uma greve, na qual o navio Jacuí passou oito dias paralisado [...]. Eu já vivia misturado com sindicato. [...] A greve foi por falta de pagamento. [...] a decisão da assembléia foi a seguinte: só ir trabalhar quando o último marítimo recebesse o dinheiro" (PAIVA, 1985, p.28).

A greve atingiu seu objetivo e os trabalhadores receberam o pagamento ao qual tinham direito. Chico Mariano, contudo, amargou a perda de seu emprego. A empresa de pequeno porte, proprietária da barcaça na qual trabalhava, perdeu a confiança e os fretes das grandes companhias, em razão de sua presença entre os tripulantes. Apontado como o principal mobilizador da categoria, Mariano foi estigmatizado pela classe patronal. A partir disso, resolveu tomar uma atitude que não

[31] Expressão comumente utilizada em referência aos trabalhadores em plena atividade marítima, os chamados "embarcadiços".

prejudicasse seus companheiros de trabalho: “Eu vim, pedi meus papéis ao Sr. Newton Paulino e disse: a dor de oito é maior do que a dor de um. Eu vou desembarcar” (PAIVA, 1985, p.28). Acabou perdendo o emprego e os direitos relativos às férias por falta de recursos do proprietário da barcaça.

Sua postura diante dos eventos descritos credenciou-o perante a categoria; pouco depois, um grupo de trabalhadores formulou o convite para, juntos, fundarem o Sindicato de Práticos, Arrais e Mestres de Cabotagem e Transporte Marítimo de Macau. A proposta sofreu oposição do Sindicato dos Marinheiros, uma vez que redundaria na divisão da categoria e conseqüente perda de afiliados. Vencida a resistência, foi criada, em 29 de abril de 1959, a Associação dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem e Transporte Marítimo de Macau. A Carta Sindical foi pleiteada e, em 17 de junho de 1960, aprovada. Entre o pleito e a aprovação, Mariano assumiu a gerência do Bar Rochedo[32], estabelecimento que marcou época na sociedade macauense. Cumpridas as exigências burocráticas, o Sindicato foi fundado e Chico Mariano assumiu a presidência (PAIVA,1985).

[32] O Bar Rochedo atraía expressiva e diversificada clientela. Seus salões abrigaram antológicos bailes carnavalescos e em suas mesas travaram-se acaloradas discussões que traduziam o clima reinante no meio sindical do município. Chico Mariano foi ali uma constante presença. Seja como gerente do estabelecimento ou como boêmio inveterado.

Figura 2 –Chico Mariano (último à direita), em cerimônia com a presença de Djalma Maranhão e Dinarte Mariz. Arquivo – Pretextato Cruz.

Contraditoriamente, alerta a autora, em 1960, já na condição de presidente do Sindicato, Mariano passou a representar os interesses de várias empresas de navegação do município perante a Comissão de Marinha Mercante na capital do País. Na época, tal Comissão financiava as embarcações de capital privado. A partir disso, segundo seu testemunho, passou a ter aceitação entre os armadores da cidade e as elites passaram a encará-lo com mais respeito. "Antes a sociedade de Macau me tinha como um espinho na garganta, porque eu era um camarada que tomava as decisões, que ia ao Sindicato [...] e dizia: nós estamos sendo prejudicados [...]" (Apud PAIVA, 1985, p.29).

Embora chame a atenção para a contradição existente nas múltiplas atividades de Chico Mariano, de Presidente do Sindicato a

procurador dos armadores locais, a autora ressalta, entretanto, a articulação e a força dos sindicatos, à época, em Macau. "Além de trabalharem conjuntamente, existia uma independência que os levava a reivindicar até ao Presidente da República. Imagine, pequenos sindicatos de uma pequena cidade com tal poder de reivindicação" (PAIVA, 1985, p.29). Assim sendo, as atividades portuárias em Macau, dinamizadas pela exploração do sal marinho, proporcionaram a criação de várias entidades que congregavam os profissionais envolvidos no processo produtivo, como indica a trajetória pessoal de Chico Mariano.

Essas organizações dos trabalhadores também atuaram no campo social como atesta o depoimento do Padre Penha, figura de relevo na sociedade macauense da época, cuja abnegação concretizou o primeiro colégio secundarista da cidade, em 1956. De acordo com esse sacerdote, atuantes e solidários, sindicalistas e trabalhadores participaram ativamente de uma campanha para aquisição do laboratório e ampliação do ginásio Nossa Senhora da Conceição[33]. De suas mobilizações surgiram os recursos necessários para os empreendimentos no colégio. Salineiros, barcaceiros, estivadores e marítimos, entre outras categorias "se rivalizavam para saber quem contribuía mais em uma urna colocada na praça. Era tanto dinheiro que me inclinei por cima da urna e disse que bastava. [...] Nesse tempo, sindicato em Macau era realmente uma força" (PENHA,1983, p.32). A declaração de um representante da Igreja, com larga penetração na sociedade macauense, ilustra a pujança da economia

[33] Primeiro colégio secundário fundado em Macau.

salineira e a relevância atingida pelo sindicalismo no município. Nesse contexto, o Sindicato dos trabalhadores na Indústria da Extração do Sal desempenhou considerável papel, a ponto de ser identificado por alguns sindicalistas de outras regiões como o *Gigante do Nordeste*[34]. Expressão desmedida? Deixemos que os fatos expostos nos capítulos adiante nos esclareçam e ofereçam-lhe possível inteligibilidade.

[34] Segundo depoimento prestado por Floriano Bezerra, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

3 CONSTRUINDO A UTOPIA

3.1 O Trabalho nas Salinas

O ambiente natural

O Brasil possui duas grandes áreas propícias à exploração do sal marinho. A primeira, que abrange o litoral nordestino, compreendido desde o Rio Grande do Norte até o Maranhão, apresenta excepcionais condições naturais para a instalação de salinas. A segunda, localizada na região Sudeste, engloba Araruama e Cabo Frio, no Rio de Janeiro, com nítidas desvantagens naturais em relação à primeira (ANDRADE, 1995).

A região nordestina, segundo Andrade, oferece vantagens de cunho morfológico, climático e geográfico. Suas marés oceânicas caracterizadas por altas amplitudes, atingindo níveis além dos 3 metros, permitem a ocorrência de significativa área recoberta pelas marés altas. O recuo de tais marés descobre, por sua vez, as referidas áreas. Esse natural movimento pendular deixa, nas depressões existentes nas várzeas ao longo de vários quilômetros de largura, água marinha com alto teor de sal, cuja exposição às elevadas temperaturas possibilitam a evaporação sob o efeito conjugado dos intensos ventos da região. A ocorrência desse fenômeno, reiteradas vezes durante as grandes marés, origina a produção natural do sal e a conseqüente formação das salinas. Tais condições favoráveis, de acordo Andrade (1995), não encontram paralelo na região Sudeste do País.

Inserido nesse quadro propício, o Rio Grande do Norte, com sua privilegiada localização geográfica, possui particularidades naturais que o tornaram dotado para a produção do sal marinho. Sua costa conjuga fatores climáticos imprescindíveis para a obtenção do cloreto de sódio. Paradoxalmente, as periódicas secas nordestinas, tão devastadoras em outras áreas da região, favorecem aqui a produção do sal, num período de 6 a 7 meses ao ano. De setembro a março, a elevação da temperatura atinge de 35 a 40º C., constituindo relevante ambiente favorável. "Como o processo de obtenção do sal [...] tem na temperatura um elemento importante, pois a cristalização da água é feita pelo mecanismo de evaporação, fica evidente que a elevada temperatura se constitui em agente vital na produção" (FERNANDES, 1995, p.49-50). Ao fator temperatura alia-se a ação dos ventos oriundos do sudeste, fundamentais no processo de evaporação, característica observada positivamente na técnica da produção do sal "como num processo coordenado da natureza em função desse tipo de indústria" (FERNANDES, 1995, p.50).

O relevo da região salineira norte-rio-grandense situado desde as margens do Rio Assu às do Rio Mossoró tem uma consistência de tal forma a torná-lo impermeável, condição essencial à instalação proveitosa de uma salina. Em tal terreno, a obtenção do produto ocorre pela exposição da água do mar à ação do sol e do vento em tanques rasos, cuja concentração crescente da solução provoca a solidificação e formação dos cristais do sal. Dessa forma, a combinação de diversos fatores naturais como relevo, clima, solo, ventos e água marinha

proporciona a obtenção do processo produtivo do sal via evaporação solar (PAIVA FILHO, 1987).

Assim, os recursos naturais propícios à atividade presentes na região salineira potiguar englobam desde as planícies com grande impermeabilidade do solo, ventos secos, reduzidos índices pluviométricos anuais, geralmente abaixo dos 400mm, e evaporação útil de 2000mm. Os recursos utilizados como água, ventos, solo e luz solar existem em profusão e a um custo estimado em torno de zero nas salinas artesanais. A possibilidade das salinas captarem água do mar por meio da força da gravidade ou da energia eólica[35], reforça esse perfil favorável. Por outro lado, o alto grau de adequação da terra para a produção salineira impõe barreiras naturais à sua utilização para outros fins, a exemplo da agricultura (PAIVA FILHO, 1987).

O início da exploração do sal no Rio Grande do Norte remonta à colonização portuguesa em nosso País (SOUSA, 1988). De acordo com Cascudo (1955), no início de 1630, o emissário holandês, Adriano Verdonck já descrevia a existência de imponentes depósitos naturais de sal, de qualidade superior ao similar espanhol, transportados em barcos com capacidades estimadas entre 45 e 50 toneladas. A localização dos referidos depósitos ficava a 60 milhas ao norte e tais salinas teriam

[35] Energia captada pela ação dos ventos, intensamente utilizada durante longo período na produção salífera. Daí a marcante presença dos moinhos no cenário das salinas potiguares.

volume suficiente para suprirem uma capacidade superior aos depósitos de mil navios. Acrescenta ainda o autor que durante a ocupação holandesa na Capitania do Rio Grande, de 1633 a 1654, foi intensificada a exploração do sal potiguar, cujo principal destino era Pernambuco, centro administrativo do domínio batavo na região. Durante esse período, as salinas norte-rio-grandenses foram exploradas sob as ordens de Gedeon Morris de Jonge, provável descobridor das marinhas potiguares.

Nesse contexto, as salinas da região de Macau adquiriram crescente importância, uma vez que as aludidas condições naturais para a exploração do sal no estado encontram no município o seu ponto alto. Ali, uma convergência de fatores dotou essa terra de singulares condições para a produção do sal marinho. Apesar de conhecidas desde o século XVII, 1802 é o marco inicial da exploração ordenada das salinas de Macau. Ou seja, pouco após a Régia autorização de 1801 que aboliu o monopólio lusitano sobre o sal brasileiro (CASCUDO, 1955). Decisão fundamental para o incremento da produção salineira, outrora sujeita ao exclusivismo metropolitano, como afirma Sousa: "com a liberação da [...] exploração das salinas [...], Capitanias dotadas de jazidas naturais de sal marinho, dispuseram de alternativa para sair da estagnação [...] e dedicaram-se à produção e distribuição desse produto" (SOUSA,1988, p.45). Começava aí a organização exploratória do sal na região de Macau, cuja população ainda se concentrava na Ilha de Manoel Gonçalves que

posteriormente seria submersa pelas águas do Oceano Atlântico[36] (CASCUDO, 1968).

Novo impulso para a exploração comercial do sal macauense viria em 1886, nas proximidades da queda do Império, com a tributação do sal estrangeiro. O protecionismo alfandegário deu renovado ânimo à incipiente indústria salineira contribuindo para a sua expansão, "estendendo-se as salinas de Macau sobre vinte quilômetros de comprimento por quatro de largura" (A'RBOCZ, 1986, p.6). Já no início do século XX, com a eclosão da Primeira Guerra mundial, as salinas do estado atingiram expressivos níveis de produção. Contudo, a consolidação da indústria salineira potiguar só ocorreu no intervalo que

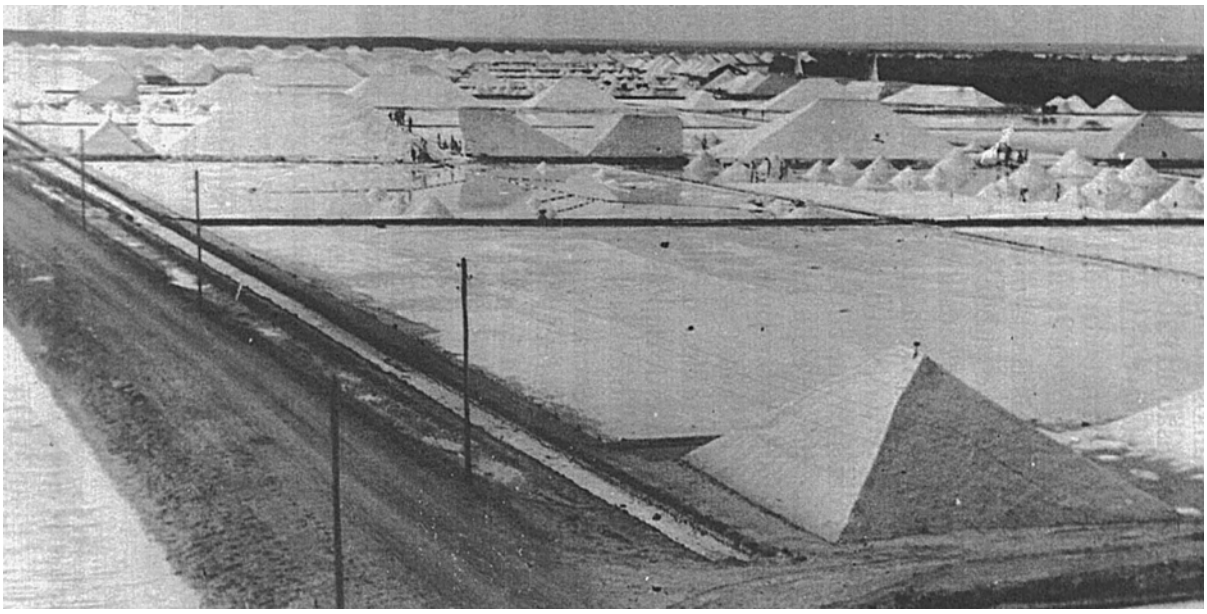


Figura 3 – Antiga Salina Conde Pereira Carneiro, na entrada de Macau, mais conhecida entre os operários como Salina Julião. Fonte: Arquivo Getúlio Moura.

[36] Há controvérsias quanto à precisa transferência dos moradores da Ilha para o atual centro urbano de Macau. Cascudo (1968), contudo, situa a intensificação do povoamento na década de 1820-1830, e a submersão da Ilha em torno de 1845.

vai de 1930 ao final dos anos 50. A partir de então, o Rio Grande do Norte apresentou produção sempre superior a 50% da nacional (ANDRADE, 1995).

Essa liderança ficou evidente no início de 1960, quando o IBS – Instituto Brasileiro do Sal – destacou a classificação do estado no ranking dos dez maiores produtores de sal do País. De acordo com os dados publicados pelo IBS, a produção do Rio Grande do Norte atingiu em torno de 423.920 toneladas, enquanto o 2º colocado, o Rio de Janeiro, atingiu 100.52 t e o 3º, o Ceará, produziu cerca de 86.380t, o que atesta a expressiva posição ocupada pela indústria salineira potiguar no cenário nacional[37]. Convém destacar que a produção macauense era a principal responsável por esse desempenho. Essa realidade já vinha sendo enfatizada por publicações especializadas, que passaram a divulgar o potencial da indústria salineira na região polarizada por Macau: "Quando o Brasil aproveitar a faixa litorânea entre Macau e Areia Branca – [...] região mais seca do mundo, de melhores condições [...] do que as águas do Mar Morto – ainda mais crescerá a importância da indústria do sal no País" [38]. Nesse cenário, Macau tornou-se o verdadeiro coração da indústria salineira brasileira (ANDRADE, 1995,13-16). Junto à

[37] Jornal *A República*, 26 de março de 1960, p.2.
[38] Conforme reportagem publicada no jornal *A República*, de 23 de janeiro de 1960, p.30.

exploração desse potencial econômico milhares de homens lutariam pela sobrevivência, organização política e conquista da cidadania.

As condições de trabalho

O processo de produção, colheita e transporte do sal para as barcaças[39] e posteriormente para os navios cargueiros requisita um elevado número de trabalhadores dispostos a enfrentarem um trabalho insalubre e mal remunerado. Esse trabalho sem horário definido, em face da subordinação às marés, sujeitava a pesados sacrifícios os homens que o executavam. Antes da modernização tecnológica no setor salineiro, era comum uma cena na qual, usando um balaio de cipó com suporte de madeira apoiado nos ombros, uma dupla de operários transportava o sal em ritmo sincronizado, sob roupas velhas, chapéu de palha e calçados com alpercatas de rabicho[40] (SABINO,1985). Daí resultavam as características calosidades nos ombros dos operários, por vezes observadas pela polícia como sinal de identidade profissional, e o irremediável comprometimento da coluna vertebral (FERREIRA, 2000).

[39] Embarcações de madeira geralmente utilizadas no processo de carga e descarga de navios no porto. Em Macau, à época, era intenso o tráfego dessas embarcações no rio que banha a cidade.
[40] Tipo de sandália comum entre os salineiros.

Figura 4 – Trabalhadores enchendo os balaios com sal.
Fonte: Arquivo Getúlio Moura.

Figura 5 – Operários transportam o sal em balaios para as embarcações – 1936.
Fonte: Arquivo Getúlio Moura.

A cena assume característica *dantesca*[41] se lembrarmos que, não raras vezes, era exaustivamente repetida na escuridão das noites para se fugir da intensa luminosidade solar refletida na brancura do sal. Ao anoitecer não tinha iluminação e em toda a região salineira trabalhavam às cegas, "orientando-se pelo brilho dos montes de sal" (FERREIRA, 2000, p.99). Muitos anos depois essa situação pouco se modificou e o trabalho noturno era realizado, nas salinas tradicionais, sob a luz de uma *piraca*[42] (FERNANDES, 1995), muito embora a energia elétrica já estivesse em franca utilização nas empresas de maior porte. O descaso

---

[41] Na *Divina comédia*, Dante Alighieri realiza uma viagem imaginária entre o Céu, o Purgatório e o Inferno. O termo faz referência às chocantes cenas descritas no *Inferno*. A difusão do trabalho popularizou o termo, tornando-o sinônimo de algo grotesco.
[42] Espécie de candeeiro cuja chama é mantida com óleo ou querosene.

patronal para com a segurança dos trabalhadores era, via de regra, acentuado.

Sob tais condições de trabalho, o advento do carro-de-mão no transporte do sal, em substituição ao balaio, foi encarado como uma conquista entre os trabalhadores. Contudo, para cumprir as metas estabelecidas e conseguir o mínimo para a sua sobrevivência – a remuneração era por produção – cada salineiro tinha que transportar algo em torno de 80 a 100 kg de sal de cada vez, durante uma jornada de trabalho, que oscilava entre 10 a 12 horas, chegando a atingir entre os trabalhadores mais idosos a marca das 18 horas diárias (FERNANDES, 1995). Ao se referirem a essas duras condições, os ex-trabalhadores das salinas demonstram certa amargura e são taxativos: "nois trabalhemo qui nem bicho batizado [...]. O operário de salina foi um jumento incansável"[43] (Informação verbal).

As severas condições de trabalho impunham aos salineiros uma série de problemas. As extenuantes jornadas diárias os debilitavam de tal forma que a velhice precoce os atingia com facilidade. Os operários eram cientes disso. Porém, muitos não tinham alternativas viáveis; uma questão social que perdura por longo tempo. É o que transparece desse depoimento de um operário: "A gente trabalha 5 dias na semana e se torna 10 [...]. Quando for com 15 ou 20 anos, tá o homem arrasado. Quando chega em casa, após uma semana de trabalho, não tem

[43]Conforme entrevista realizada em Macau com o Sr. Luís José de Lima, popularmente conhecido por *Luís Cachimbo,* em 13/11/2001.

condições de assoprar nem um fogo, porque não tem mais fôlego" (Apud FERNANDES,1995, p.67).

Além do desgaste físico, problemas de visão, inclusive a cegueira, eram comuns entre os trabalhadores em decorrência da excessiva exposição à luminosidade do sol refletida na alvura do sal. As quedas, fraturas e cortes foram outras das mazelas às quais estavam submetidos; seja ao transitarem nas rampas inseguras, ou na tarefa de descascar o sal, que consistia na quebra do produto endurecido após o período da *cura* – tempo no qual o sal expurga suas impurezas – e que envolvia sérios riscos. Nessa etapa do trabalho, as lascas de sal que se desprendem das pirâmides compactas adquirem poderes cortantes e provocavam constantes acidentes (FERREIRA, 2000). Sobre os acidentes, as vezes fatais, assim se pronunciou um veterano trabalhador das salinas macauenses: "Existia muitos acidente, mais muitos nem indentificava quanto dava não. Inrolava o véio e ia trabaiá" [44]. (Informação verbal).

Quanto ao horário de trabalho, o mesmo operário acrescenta que nem o intervalo de descanso do almoço era respeitado pelos encarregados de salinas. Por diversas vezes, afirma: *"Eles cabaram de butá um caroço de feijão na barriga agora e já vai, antes de sentar na barriga, carregá barcaça cum balaio na cabeça. Era assim*[45]*"* (Informação verbal). Os interesses do capital se sobrepunham, assim, aos interesses básicos do

---

[44] Idem.

[45] Conforme depoimento prestado pelo Sr. Luís José de Lima, conhecido popularmente por Luís Cachimbo, em 13/11/2001 na cidade de Macau.

homem simples das salinas. Em nome da produção, a alimentação e a própria vida dos operários eram secundarizadas.

Esses homens, explorados e desrespeitados nos seus mais elementares direitos, tinham em geral modesta alimentação: "eram alimentados à base de café, bolacha, farinha, feijão e carne de charque, fornecidos pelo *Barracão*[46] da própria salina que lhes cobrava preços duas ou três vezes mais caros que os preços normais do comércio" (SABINO, 1985, 30-31). Centenas deles ingeriam uma dosagem calórica abaixo da necessária para suportar as adversas condições de trabalho. Não raras vezes a subnutrição, aliada às condições de trabalho, traduzia-se em tuberculose entre os salineiros destituídos das mínimas condições de sobrevivência. Em parte, "porque esses aglomerados humanos estão condenados a empilhar nos aterros o sal que salga o Brasil. Que é pago a 1.500 cruzeiros a tonelada. E chega a São Paulo por 10.500" [47]. (Apud BARROS, 2001, p.144).

A exploração se estendia para além das condições de trabalho e subtraía do bolso do operário, de formas variadas, o minguado salário a que faria jus. De modo que constantemente o trabalhador estava endividado com o fornecimento de alimentos provenientes do Barracão da empresa. Isso de certa forma o submetia cada vez mais aos desmandos

---

[46] Estabelecimento mercantil ligado à empresa no qual o trabalhador era impelido a adquirir gêneros de primeira necessidade.

[47] Cf. *Folha de São Paulo* de 18 de abril de 1963, p.20 (Apud BARROS, 2000, p.144).

perpetrados pelos *feitores*[48], na vã tentativa de saldar suas dívidas e honrar seus compromissos.

Na divisão do trabalho existente nas salinas, os feitores ocupavam lugar privilegiado. Eram os representantes dos proprietários e tinham, ao contrário dos operários, vínculos trabalhistas efetivos com as empresas salineiras. Logo abaixo do feitor vinha, na hierarquia, o chefe de turma, chamado pelos trabalhadores de *ponta-cabeça*. Esses arregimentavam trabalhadores para as salinas nas comunidades vizinhas a Macau e, uma vez no ambiente de trabalho, eram os responsáveis por tais grupos de operários. Costumavam ser cooptados pelas empresas para desmobilizarem os salineiros e evitarem qualquer movimento reivindicatório. A exemplo dos feitores, tinham vínculos trabalhistas efetivos com os empregadores. Por outro lado, existiam as chefias de *batalhões,* lideranças indicadas pelo Sindicato que comandavam grupos de 11 a 25 trabalhadores. Além desses, trabalhavam nas salinas os conferentes da produção e os diaristas, responsáveis por tarefas de manutenção. A base era composta por trabalhadores avulsos ou eventuais, sobre os quais recaíam as piores condições de trabalho. Em geral, não eram empregados da empresa; situação que via de regra dificultava o pleito de aposentadoria[49].

---

[48] Representantes da empresa responsáveis diretos pela fiscalização do trabalho dos operários nas salinas.
[49] Conforme depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 07/09/2002.

As condições de trabalho às quais estavam expostos os operários de salinas eram notórias, como se pode deduzir da seguinte afirmação divulgada pela imprensa da capital: "as salinas só nos vêm à mente com o rosário de misérias a que está sujeito o seu operário, para o qual até agora as leis trabalhistas parece que muito pouco têm servido"[50]. Ou em matéria com o mesmo teor, divulgada na imprensa do Sudeste: "O salineiro é o pária. Seu trabalho é feito apenas alguns meses do ano. Ganha pela quantidade de sal que amontoa e tem um limite para amontoar [...]. O tipo de vida do salineiro é sub-humano"[51] (Apud BARROS, 2001, p.146). Essas condições de trabalho se por um lado funcionavam como obstáculos para a organização e conscientização dos trabalhadores, por outro lado fomentaram as reivindicações operárias.

3.2 Os Homens das Salinas

Origens dos trabalhadores

Uma das características marcantes da produção salineira é a sua sazonalidade. O verão é a época favorável para esse tipo de atividade, uma vez que as altas temperaturas são condição indispensável na produção e colheita do sal. Essa característica é peculiar e distingue Macau e outras

[50] *A República*, 23 de janeiro de 1960, p.2.
[51] *Folha de São Paulo*, 18 de abril de 1963, p.20 (Apud BARROS, 2001, p.146).

cidades salineiras da economia agrária então dominante no Nordeste brasileiro da segunda metade do século XX. Tal peculiaridade tem influência direta na força de trabalho utilizada nas salinas, sendo uma das responsáveis pela atração de milhares de camponeses das cidades circunvizinhas para a atividade salineira em Macau. Assim, a sazonalidade da produção salineira e a entressafra agrícola se harmonizavam permitindo a migração temporária (SABINO,1985). Em 1963 essa realidade já era debatida pelas autoridades municipais, preocupadas com os efeitos da intensa migração para a cidade. Em palestra realizada na Câmara Municipal de Macau, o Juiz de Direito ressaltou que "como cidade localizada em região subdesenvolvida e vizinha ao campo, deste vem grande parte de sua população. O número de forasteiros é elevadíssimo. [...] Macau cresceu desordenadamente"[52] (Apud BARROS, 2001, p.141).

A natureza do trabalho realizado nas salinas permite a absorção do operário sem prévia qualificação, independente da atividade anteriormente exercida (PAIVA FILHO, 1987). Assim, considerável parcela dos trabalhadores que formavam batalhões de salineiros, eram migrantes oriundos de Pendências, Afonso Bezerra, Guamaré, Assu, Alto do Rodrigues e adjacências que, empurrados por períodos de estiagens – ou outros motivos –, buscavam meios de sobrevivência nas salinas de Macau. Em conjunto com os trabalhadores da própria cidade formavam a base da

[52] Conforme palestra realizada no dia 11 de agosto de 1963, pelo então Juiz de Direito, Dr. Elias Borges da Costa, na Câmara Municipal de Macau (Apud BARROS, 2001: 141).

força de trabalho utilizada na atividade salineira do município[53]. Eram esses homens que por meses a fio trocavam a enxada pelo *ferro-de-cova*[54], instrumento assim definido por um trabalhador: "O ferro-de-cova é um pedaço de ferro parecido com um dente largo, com uma abertura, onde se coloca um cabo de madeira. Ele media um metro, [...] uns gostavam maior outros menor.[...] pesava 1kg ou 1,5kg" (Apud FERNANDES, 1995, p.55). Os egressos das regiões mais próximas às salinas tinham o privilégio de visitar a família aos domingos e os menos afortunados, no máximo duas vezes ao mês. Muitos destes, acostumados ao trabalho no campo, rogavam aos céus o retorno às suas lavouras. Enquanto isso não era possível, resistiam bravamente nos baldes de sal[55].

A saga desses migrantes temporários foi retratada por Fagundes de Menezes em *O Vale dos Cataventos*, obra na qual narra o dilema dos homens que foram impelidos a deixar suas lavouras para se aventurarem nas salinas de Macau como solução temporária para as mazelas climáticas que assolavam suas terras de origens. A relutância em deixar o torrão natal e se submeter às condições de trabalho das salinas está registrada em passagens do tipo: "Mais antes a gente morrer esgravatando a terra aqui do que ir penar nos baldes de sal" (MENEZES, 1960, p. 29), na qual um pai admoesta o filho para que resista à tentação de fugir da seca e ingressar na atividade salineira, algo que para o genitor correspondia a tornar-se

---

[53] Segundo dados do sindicato da categoria.
[54] Instrumento utilizado no afofamento da laje de sal.
[55] Compartimento das salinas; tanques onde se armazena salmoura com densidade elevada, visando à formação do NaCl (Apud BARROS, 2001, p.241).

verdadeiro escravo dos proprietários de salinas. O trabalho assalariado era visto com reservas e enfrentava certa resistência. Era encarado por muitos como algo "indigno", espécie de afronta para os que viviam do cultivo de sua própria terra, mesmo que em condições precárias. A falta de opções, entretanto, empurrava milhares de trabalhadores rurais para Macau.

Ali se defrontariam com um outro tipo de mundo, no qual reinava a exploração do sal em detrimento do cultivo da terra. Curiosamente, um bairro periférico de Macau era conhecido como Porto do Roçado, ironiza em *Barro Blanco* José Mauro de Vasconcelos, alusão a um passado no qual "fora feito um grande plantio naquelas redondezas. [...] apesar da estranha aversão que os homens de Macau têm pelo cultivo da terra, aquilo ainda é chamado o Porto do Roçado" [56] (VASCONCELOS, 1976, p.34). Longe de expressarem mera ficção, literatos como Fagundes de Menezes e José Mauro de Vasconcelos, descreveram em suas obras a realidade concreta na qual estava inserido o trabalhador recém-chegado a Macau. Desse modo reforçavam a tese de Slaughter, para quem "a literatura reflete o mundo real da história, da criação pelo homem de seu próprio mundo [...] através de sua relação produtiva com a natureza" (SLAUGHTER, 1983, p.184). A partir dessa perspectiva, a diferença entre o mundo daqueles que eram egressos do campo e o mundo com o qual se deparavam em Macau era considerável, como se depreende do comentário a seguir:

---

[56] Atualmente a comunidade do antigo Porto do Roçado corresponde ao bairro do Porto de São Pedro, conforme Projeto de Lei aprovado em 01/06/66 (Apud BARROS, 2001, p.68).

A diferença do seu e daquele mundo em que se encontrava. A terra fértil, a vegetação que era uma beleza, lá no seu vale. E ali sal, somente sal. Tanto sal que ninguém da cidade comprava, as salinas distribuíam gratuitamente aos habitantes do lugar. Mas não se via um pé de fruta, um roçado bonito, nada. Terra madrasta. E o povo parecia feliz. Tinha razão, não dependia de chuva, a água para beber vinha de longe, mas o dinheiro de todos saía era dos baldes, dos montes de sal enfileirados no aterro. Havia até dono de salina que fazia promessa para não chover, quando os baldes estavam cheios de água salgada, preparando-se para a cristalização (MENEZES, 1960, p.30).

Em depoimentos de antigos trabalhadores é patente a observação do estranhamento sofrido pelos colegas de trabalho de outras paragens, ao se depararem com o serviço nas salinas. A começar pela recepção do encarregado responsável pelos batalhões de trabalhadores. Muitos dos que chegavam das cidades circunvizinhas, sem terem consumido qualquer refeição, eram às vezes tratados com desdém pelos feitores. Esses trabalhadores, afirma um ex-operário de salina: "Do jeito que entrava saía. Se quisesse fosse beber água; mais outra coisa não tinha não"[57] (Informação verbal).

A outra parcela que compunha os trabalhadores das salinas era oriunda dos subúrbios de Macau. Centenas de homens dos bairros do

[57] Conforme depoimento prestado em Macau pelo Sr. Luís José de Lima, o Luís cachimbo, em 13/11/2001.

Valadão, do Porto do Roçado – posteriormente denominado de Porto de São Pedro – e de outras áreas carentes da cidade, além dos povoados subordinados à sede municipal, como Alagamar, Amargoso, Barreiras, Diogo Lopes, Pedrinhas, Porto do Carão, Quixaba, Salinópolis e Umburanas, deixavam seus afazeres tradicionais, juntavam-se aos desempregados e acorriam às salinas na época da colheita. Era uma fonte considerável de trabalho em um município cujas possibilidades giravam em torno dessa atividade extrativa que até então requisitava milhares de braços. Isso nos permite compreender afirmações do tipo: "A vida econômica de sua população repousa na indústria da extração do sal das águas marítimas. Todo mundo vive direta ou indiretamente da renda produzida pelo sal"[58] (Apud BARROS, 2001, p.141). A afirmação traduz a relevância do sal para a economia municipal.

O trabalho dos sonhos dos varões da cidade não era, evidentemente, o das salinas. Até mesmo entre os trabalhadores da periferia a ocupação era vista com reticência. Para estes, ainda que a maioria não possuísse qualificação profissional, a atividade salineira era encarada com certas reservas. Por outro lado, tinham altas cotações os empregos de estivador ou marítimo *embarcado,* cujas remunerações faziam inveja às outras categorias. Inclusive aos funcionários públicos federais, que gozavam de inequívoco prestígio em outras cidades do

[58] Conforme palestra realizada no dia 11 de agosto de 1963, pelo então Juiz de Direito, Dr. Elias Borges da Costa, na Câmara de Vereadores de Macau (Apud BARROS, 2001, p.141).

interior do País. Em artigo publicado na imprensa de São Paulo, Ewaldo Dantas Ferreira analisou essa realidade presente no mundo do trabalho da Macau dos anos 60 do século XX, caracterizando dois tipos de homem existentes no município: "o que tira e amontoa o sal nos aterros – e ganha miseravelmente alguns meses [...] por ano – e o que retira o sal do aterro em barcaças à vela rumo aos navios, ou ainda, que exercem funções na estiva. Estes últimos ganham muitas vezes grandes somas" [59] (Apud BARROS, 2001, p.147). Muito embora acrescente que, por não saberem aplicar adequadamente os salários acabavam, por vezes, nivelados aos proletários da cidade.

A partir desse contraste nas remunerações é razoável supor que o trabalho nas salinas era rejeitado por quantos tivessem o *privilégio* de conseguir uma outra ocupação. Os humildes habitantes da periferia, que engrossavam juntos com os migrantes os batalhões de trabalhadores das salinas, não o assim faziam por livre e espontânea vontade. Impelia-os à atividade salineira uma única força: o instinto de sobrevivência em uma cidade dependente da extração e exportação do sal. Assim como os companheiros de infortúnios oriundos das cidades e vilas circunvizinhas a Macau, inicialmente relutavam em aceitar aquele emprego para só após perceberem uma cruel realidade: eles não tinham opções. O trabalho nas salinas seria o caminho a seguir. Muitos eram netos e filhos de salineiros e cresceram ouvido as agruras dos ancestrais nos baldes de sal. Quando

---

[59] *Folha de São Paulo*, 18 de abril de 1963, 1º caderno, p.20. (Apud BARROS, 2001, p.147).

partiam para as salinas a periferia assistia à romaria dos seus mais espoliados trabalhadores. Foram inicialmente esses homens que alavancaram a economia de Macau nos tempos áureos. A partir do trabalho da categoria salineira é que surgiram as demais atreladas ao extrativismo mineral em Macau, e não o contrário. Durante longo período a categoria operária salineira foi composta por trabalhadores privados dos mínimos direitos de cidadania. Sejam os de *fora ou os de dentro da Cidade do Sal.*

Crenças e valores, aspectos sócio-econômicos e lazer

O trabalho nas salinas, ao atrair expressivo contingente de trabalhadores agrícolas nos períodos de estiagens para Macau, proporcionou a fusão de valores típicos do mundo rural com o estilo de vida mais urbano que se esboçava no município. Assim, valores como a solidariedade, o companheirismo, a fé e a religiosidade, o senso de justiça e a sinceridade no relacionamento mesclaram-se a outros, forjados no convívio entre trabalhadores de dois mundos distintos.

Nesse sentido, questionado a respeito da convivência entre os trabalhadores, o senhor Bento Ventura, veterano operário egresso do trabalho agrícola com atuação nas salinas, de 1944 a 1953, e trabalho de mobilização política entre os salineiros, foi enfático ao destacar a solidariedade entre eles. Em seu depoimento, rechaçou a visão

preconceituosa que atribuía caráter violento aos trabalhadores das salinas. De acordo com suas observações sobre a sociedade macauense da época, os atos de violência eram mais comuns entre outras categorias. Segundo Bento Ventura, diante das injustiças presenciadas no ambiente de trabalho, por demais diferente daquele a que estava habituado no campo[60], resolveu assumir uma postura de rejeição à passividade. O Sr. Bento aprendera, na prática, a lição de que em determinados casos a servidão contém componentes de aquiescência (LA BOÉTIE, 1985). E resolveu reagir: "Entendi que [...] poderia ajudar às lideranças operárias [...], tomando uma posição contra as injustiças sociais, diferenças de salários e exploração do patrão [...] contra os trabalhadores de salinas" 61 (Informação verbal).

Começava aí uma militância que inicialmente fora impulsionada por sentimentos de solidariedade para com aqueles que partilhavam as mesmas adversidades. Só tempos depois ingressaria no Partido Comunista do Brasil a convite de Luís Maranhão Filho, uma das principais lideranças do Partido no estado. Em decorrência dessa militância, por diversas vezes, foi preso nas dependências da Cadeia Pública de Macau. Em tais ocasiões, sempre contou com a solidariedade dos companheiros de salinas. De acordo com suas declarações, em uma

---

[60] O que de forma nenhuma equivale a dizer que não existisse injustiça no campo. Muito pelo contrário. Ao longo da nossa história ela tem sido ali uma incômoda realidade. Aludimos aqui às evidentes diferenças existentes entre o trabalho no campo e o trabalho nas salinas.

[61] Conforme depoimento prestado por Bento Ventura em Natal, no dia 26 de janeiro de 2002.

dessas detenções cerca de 70 trabalhadores exigiram diante da delegacia, e com êxito, a sua libertação: "E eu fui solto ao mesmo tempo, porque o tenente de polícia, nessa época, temeu não considerar a união dos trabalhadores que estavam ali na porta do quartel para me soltar [...]. Daí então eu fui solto e entrei na clandestinidade"[62] (Informação verbal). Os dirigentes de salinas não o admitiam entre os salineiros. A partir de então passou por severas dificuldades, conseguindo sobreviver graças à solidariedade dos companheiros de salinas, entre outros.

Na condição de perseguido político, Bento Ventura entrou na clandestinidade e, em 1953, fugiu de Macau como auxiliar de serviços gerais do *Mundial Circus que partira daquela cidade em direção à capital. Só tempos depois retornaria ao município na condição de vendedor de livros e, posteriormente, atuou na construção civil com destacado papel na fundação do sindicato dos trabalhadores da categoria*[63]*. Mas as atitudes começavam a mudar. O sentimento de solidariedade mesclava-se com posturas reivindicatórias entre os salineiros. O episódio em frente à delegacia relatado por Bento Ventura fora um exemplo, o que torna-se inteligível quando atentamos para as reflexões elaboradas por Hobsbawm.* Em Mundos do Trabalho, o historiador inglês esclarece que a história de uma classe social não pode ser compreendida, caso seja desvinculada "de outras classes [...], instituições e idéias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica [...], das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado [...] e que, portanto,

---

[62] Conforme depoimento prestado por Bento Ventura, em entrevista citada.
[63] Idem

criaram e transformaram as classes que o executam" (HOBSBAWM, 1987, p.13).

À solidariedade forjada nos conflitos sociais, o homem das salinas aliava o sentimento religioso. Em Macau depararam-se com a figura do Monsenhor Honório, reverendo de amplo prestígio na cidade, e doravante o trataram com reverência: "Eram mais de três mil salineiros. Do Bamburral, de Amargoso, de Afonso Bezerra, de Tabatinga, de Alto do Rodrigues. Todos eles direta ou indiretamente haviam recebido de Monsenhor Honório rasgos de solicitude pastoral" (SILVA, [197-], p.19). Muitos dos salineiros vinham de Mulungú, povoado de Pendências, que atualmente tem o seu nome. Monsenhor Honório, escreveu o ex-padre José Luiz, que com ele conviveu, gostava do contato direto com os trabalhadores de salinas por quem tinha especial predileção. De modo que estes ficaram consternados, quando do seu falecimento, como esclareceu em entrevista o Sr. João de Aquino, espécie de solitário guardião honorário da memória macauense[64]. Em alguns momentos, esses homens acorriam às capelas e igrejas em busca de um lenitivo para os males que os afligiam. Os de fora clamavam aos céus por um retorno à

[64] O Sr. João de Aquino é proprietário de um museu em Macau. Dotado de prodigiosa memória, é fonte obrigatória de informações para quantos pesquisem a história do município. Possui íntimo relacionamento com a Igreja de sua cidade e especial predileção para com a biografia do Monsenhor Honório. Entrevista realizada em 15/11/2001.

lavoura. Os da própria terra rogavam, entre outras coisas, por melhores condições de trabalho nas salinas[65].

Além de se apresentarem como trabalhadores destituídos das mínimas condições sociais para uma digna sobrevivência, eram, em sua maioria, analfabetos. Isso porque desde cedo tinham que enveredar pelo mundo do trabalho, interrompendo precocemente a infância e o encaminhamento aos bancos escolares, a exemplo do que afirmou o Sr. Bento Ventura, um dos raros que conseguiu suplantar o analfabetismo: *"O livro que o meu pai me deu foi a terra e a caneta foi a enxada, a pá e o martelo"* [66]. Milhares de trabalhadores das salinas tinham esse mesmo perfil e, ao contrário do companheiro citado, não lograram modificá-lo. Na visão de Bento Ventura, o convívio nos baldes das salinas tornava isso facilmente perceptível. Não havia escapatória para os garotos oriundos da roça. Entre a escola e o trabalho, o segundo prevalecia: seja pela inexistência de escolas no meio rural, seja pela necessidade de braços para a lavoura, ou os dois fatores concomitantes. Era preciso contribuir com o parco orçamento familiar, o que tornava a escolaridade, portanto, secundária frente às urgentes necessidades das famílias pobres.

O dinheiro que circulou em profusão nos áureos tempos da cidade criou um mito: o de que o homem das salinas era um trabalhador

---

[65] João de Aquino, em entrevista citada.
[66] Conforme depoimento do Sr.Bento Ventura, prestado em Natal, no dia 26 de janeiro de 2002.

bem remunerado. A análise superficial da realidade reinante na Macau dos anos 50 até meados da década de 1960 conduz a essa conclusão. Geralmente se toma como aplicável aos salineiros a mesma situação financeira observada entre os marítimos, estivadores e conferentes, ou ao volume de dinheiro circulante na cidade, como se percebe na seguinte declaração: "Era dinheiro que você não podia sair nas ruas pra não achar uma nota no chão. Barcaceiros, estivadores, conferentes, operários de salinas, todos eles ganhavam e gastavam muito dinheiro" (Apud BEZERRA, 2000, p.4, grifo nosso). Questionado a esse respeito, sobre a visão que se tinha do salineiro, como um trabalhador bem remunerado, um ex-operário das salinas não deixou dúvidas:"Nunca existia isso não. Quem percurou um salariozinho mais ou menos pra gente foi Floriano Bezerra de Araújo (...). A vantage era que tinha muito trabalho. Mais o dinheiro era pouco. Num era essas vantagens não" [67] (Informação verbal). A referência ao nome de Floriano Bezerra é uma alusão ao trabalho desenvolvido pelo ex-líder sindical em defesa dos interesses dos operários salineiros.

O maior contingente de trabalhadores de salinas não tinha salário fixo. A remuneração tinha como base a produção, que em geral era paga por alqueire de sal. Mas, como existiam variáveis formas de mensurar a produção, a discriminação de preços pagos ao trabalhador

[67] Conforme entrevista prestada em Macau pelo trabalhador de salinas aposentado, Luís José de Lima, popularmente conhecido como Luís Cachimbo, em 13 de novembro de 2001.

era estabelecida no Contrato Coletivo de Trabalho, de acordo com as atividades desenvolvidas. Por exemplo: por alqueire de sal de 36 cuias de 5 litros levantado, transportado, depois de lavado, do cristalizador[68] para o aterro até a máxima distância, o valor pago era de Cr$ 21,06, já incluso a taxa de penosidade[69]. Esse valor multiplicado por 300 alqueires – quantidade limite atingida pelos trabalhadores em uma semana – corresponde ao valor de Cr$ 6.318,00, pago por uma semana de trabalho. Aqueles trabalhadores que mantinham esse desempenho em um mês de trabalho, o que não era comum, totalizavam a remuneração de Cr$ 25.272,00, o equivalente, em fevereiro de 1964, a pouco mais que o salário mínimo então pago no Rio Grande do Norte: Cr$ 25.200,00, conforme dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística[70]. Só em casos excepcionais algum operário alcançava remuneração próxima a dois salários mínimos da época[71]. Entretanto, essa condição salarial representava avanços conquistados a partir dos anos 50, em contraposição às décadas anteriores, quando a miséria do operário e o desrespeito aos seus direitos eram a regra.

---

[68] "Tanque que varia de 50 a 400 m^2 de área, com uma profundidade de 30 a 50 cm, onde a densidade atinge a graduação de 28,5º B. [...] É no cristalizador que o operário de salina vive a maior parte de sua vida" (FERNANDES, 1995, p. 51). Nesses tanques ocorre o processo de cristalização do sal.

[69] Cf. Contrato Coletivo de Trabalho assinado entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal, com vigência entre 1º de setembro de 1963 e 1º de setembro de 1964, p. 4-6.

[70] Cf. Anuário Estatístico do Brasil – IBGE, 1964, p. 275.

[71] Conforme depoimentos de vários entrevistados, entre eles Pedro Severiano vital, José Gomes de Souza e Floriano Bezerra de Araújo.

Apesar de não constituir remuneração que possamos classificar de razoável – especialmente se comparada com a dos marítimos, estivadores e conferentes – o pagamento auferido pelo salineiro tinha, para o trabalhador oriundo do campo, significativo valor. Representava uma fonte de sobrevivência muitas vezes inexistente em suas paragens de origem. Daí o elevado número de trabalhadores sazonais que acorriam a Macau no período da colheita do sal. Lá conheceriam uma árdua realidade. Mas, paralelamente a todas as mazelas do trabalho nas salinas encontrariam o sustento da família. Isso tornava plausível a migração daqueles homens, que sonhavam com o verde do campo para o mundo das brancas e reluzentes pirâmides de sal.

Não obstante a parca remuneração individual, os operários salineiros eram, graças aos elevados contingentes, responsáveis por significativa circulação de dinheiro na cidade-pólo e circunvizinhas. Até 1964, o montante era pago no balcão da empresa ao representante do Sindicato ou aos Chefes de Batalhões, que repassavam para os trabalhadores, às vezes, debaixo dos próprios barracões das salinas. Todavia, em geral, os operários recebiam o pagamento semanal às sextas-feiras ou aos sábados, na sede do Sindicato[72]. Daí em diante, os salários eram canalizados para as mais variadas necessidades, inclusive o lazer, estimulando a economia local e arrabaldes. O imaginário popular, em especial fora do município, ao recordar o auge da atividade salineira em

[72] Conforme depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 22/09/2002.

Macau nivelou rendimentos de operários de salinas, marítimos e estivadores. Algo que de fato nunca ocorreu.

Com efeito, os marítimos formavam uma categoria bem remunerada em Macau. Isso é patente quando tomamos como parâmetro os salários do Promotor de Justiça e do Juiz de Direito da cidade, em fevereiro de 1964. O primeiro, à época, percebia a importância de Cr$ 95.000,00 enquanto o segundo, a maior autoridade do judiciário no município, tinha um salário mensal de Cr$ 100.000,00. No mesmo período, o moço de convés, marítimo em início de carreira, recebia cerca de Cr$ 300.000,00. O mestre Arrais[73], principal posto da categoria, por sua vez, ganhava em torno de Cr$ 600.000,00 mensais[74]. Essa realidade causou em Macau, situações pouco comuns nos municípios do interior brasileiro. Às vezes, nas festas da cidade, os funcionários do Banco do Brasil sofriam situações vexatórias. Eram definidos por filhos de marítimos como "mendigos de gravata" (PENHA FILHO, 1983, p.31), em alusão à discrepância salarial entre os bancários e seus pais.

Quanto aos trabalhadores de salinas, apesar das precárias remunerações, procuravam viver de forma intensa a dimensão lúdica do ser humano, dispensando ao lazer considerável importância. Um dos

[73] Marítimo responsável pela condução do navio.
[74] Conforme depoimento do Dr. Laércio Medeiros Bezerra, à época Promotor de Justiça de Macau, em 6/6/2002.

lazeres mais apreciados era dançar o *Coco-de-Roda*[75] na antiga sede do Sindicato, desativada quando da inauguração de outro prédio, em 1953, também localizado na antiga Praça do Cruzeiro, atual Praça Café Filho (BARROS, 2001). Ali costumava participar um trabalhador conhecido por Carnaúba. Junto com outros companheiros, Carnaúba conduzia o batuque sentado em um engradado de cerveja ou refrigerante que, naquela época, era comumente de madeira. Os salineiros apoiavam-se nos caixotes e batucavam nas laterais produzindo um som característico que embalava os cantadores e ecoava pelos arredores do quarteirão no qual estava localizada a outrora imponente sede do sindicato da categoria[76]. Seguiam à risca a máxima popular *quem canta seus males espanta*, e esqueciam o trabalho nas salinas.

O futebol, como o esporte nacional, atraía seus adeptos nas horas de folga. Por vezes, assistiam a uma *pelada*[77] no campo do Cruzeiro, então existente nas proximidades do Sindicato. "Os jogos eram disputados no campo que existia no antigo Quadro do Cruzeiro [...]. Jogar no Campo do Cruzeiro era coisa de macho. Para começar, não havia grama. O campo era de barro misturado com sal, o que tornava a terra dura como cimento" (FERNANDES, 1984, p.21). A outra opção para os aficionados do futebol era assistir às pelejas no Campo da Salina, que costumava

---

[75] Dança folclórica, em geral acompanhada de instrumentos de percussão e cantigas, cujo refrão é repetido pelos dançarinos.
[76] Conforme depoimentos de ex-salineiros: Luís "Cachimbo", em 13/11/2001, e Bento Ventura, em 26/01/2002.
[77] O termo é aqui utilizado para designar jogo de futebol realizado por amadores.

atrair um grande público nos finais de semana.[78] Ali poderiam ver em ação o Flamengo de D. Pretinha, o Unidos, o ABC F.C., o América F.C. ou alguma equipe visitante das cidades vizinhas.

A expressiva participação popular no carnaval macauense foi a manifestação cultural a causar uma das mais vivas impressões nos operários de salinas procedentes de outras localidades. Muitos, em se tratando de festejos momescos, jamais tinham visto nada igual em suas terras de origem. Parcela destes aderiam à novidade e caíam na folia junto com os operários da cidade. Sentiam-se especialmente atraídos pelo então famoso *Bloco da Ema*, assim chamado por tradicionalmente sair às ruas da cidade com alguém fantasiado de Ema[79], embalado pelo saxofone do Sr. Virgílio Dantas e os foliões a cantarem uma letra simples que conquistou milhares de pessoas – entre elas trabalhadores de salinas – que com o Bloco se deparavam:

> Olha o passo da Ema, olé-olá,
> Lá no meu sertão, olé-olá,
> Todo pássaro canta, olé-olá,
> Só a Ema não, olé-olá...
> (Apud FERNANDES, 1984, p.23).

Outra opção de lazer dos salineiros era enveredar no caminho que os conduziam aos bares. Nos bares localizados no baixo meretrício

---

[78] Cf. Jornal *O Povo*, nº XV de 29/11/53, p.4, (Apud BARROS, 2001, p.80).
[79] Ave que chega a atingir 1,30m de altura.

da cidade reinavam os marítimos e estivadores, com quem confraternizavam. Ali, o alcoolismo, a prostituição, o esbanjamento de dinheiro e a violência formavam um quarteto explosivo. A conjugação desses elementos era relativamente incomum para homens vindos do trabalho no campo. Na avaliação de Padre Penha, então pároco da cidade, "aconteciam coisas que quem não viveu aquela época, pode pensar que é estória. Como por exemplo: comprar caixas de cerveja para [...] dar banho no carro alugado para a farra; acender um cigarro com uma nota de cem cruzeiros [...] E outras coisas tantas" (PENHA FILHO, 1983, p.10). Era no baixo meretrício que o crescimento econômico proporcionado pela indústria salineira deixava maior rastro de ilusão: "No apogeu econômico de Macau, (...) os bordéis e cabarés faziam parte da vida mundana macauense. Foi nessa época que surgiram os cabarés históricos (...), tais como a 'Coréia','Suzana', Quatro-Bocas e (..) a'Lua' " [80] (Apud BARROS, 2001, p.153). Acrescente-se a essa lista o *Mata-Sete*, palco de fugazes amores e desmedida violência, cuja fama extrapolava os limites de Macau e horrorizava as pequenas cidades ao seu redor. Envoltos nessa atmosfera, os trabalhadores sazonais assimilaram aspectos desse *modus vivendi*. De maneira que quando voltavam aos seus lares, os salineiros das cercanias de Macau já não eram os mesmos.

[80] Cf . *Jornal de Macau*, ano II, n° 19, julho/agosto de 1995, p. 14. (Apud BARROS, 2001, p.153).

3.3 A Evolução do Sindicalismo Salineiro em Macau

O processo de estruturação do Sindicato

A organização de uma entidade representativa dos interesses da categoria foi um projeto longamente acalentado pelos trabalhadores das salinas de Macau. Suas raízes remontam a fins do século XIX com a formação da *Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal,* cujas informações a respeito hoje são raras, mas suficientes para demonstrar o ímpeto dos salineiros e marítimos envolvidos na luta pela organização dos trabalhadores. Essas raízes, envoltas em um passado longínquo, foram marcadas por conflitos com os proprietários de salinas, extremamente refratários às idéias de organização dos operários, e resultaram em uma das mais antigas greves de que se tem registro na história do Rio Grande do Norte, conforme notícia divulgada pelo jornal *O Nortista,* em fevereiro de 1892:"Em Macau deu-se, em dias deste mês, uma greve de trabalhadores de salinas da Companhia Mossoró-Assu, por causa de preços de salários; e no espaço de 3 dias não trabalharam os salineiros nem deixaram outros fazer o serviço" [81] (Apud SOUZA, 1989, p.96-97). O fato reveste-se de relevância se atentarmos para um detalhe: as organizações de trabalhadores estavam imersas, em todo o território nacional, na fase mutualista de atuação, com atividades assistenciais se sobrepondo às reivindicatórias. O apelo à greve ainda não era, portanto, algo comum entre nós.

---

[81] *O Nortista,* 26 de fevereiro de 1892, s/p, (Apud SOUZA, 1989, p. 96-97).

Entretanto, a repressão patronal destroçou a semente sindical que ousava brotar no final do século XIX. Durante anos, as mobilizações dos salineiros em Macau ocorreram de forma dispersa e acéfala. Não possuíam entidade representativa e se desconhecem registros sobre lideranças que conduzissem suas reivindicações. De concreto temos que até o final da década de 20 e início dos anos 30 o que havia eram movimentos sociais avulsos, mobilizados por militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil, que vinham ao Nordeste e atuavam na região salineira entre Mossoró e Macau, em prol da organização dos trabalhadores. Desse trabalho de mobilização emergiram o Sindicato do Garrancho, na região de Mossoró, e uma espécie de guerrilha no Vale do Assu, cuja liderança fora conduzida pelo trabalhador de salina, Manoel Torquato (FERREIRA, 2000).

O grupo liderado por Manoel Torquato por vezes cruzava a região do Vale do Assu, a região do município de Afonso Bezerra e a serra de Santo Antonio, procurando fugir das perseguições patronal e policial. Esse mesmo movimento mandava pessoas de Mossoró a Macau para realizarem atividades de organização dos operários salineiros. Em depoimento, Floriano Bezerra destacou o trabalho realizado pelos precursores do sindicalismo salineiro macauense. Trabalho árduo, lento e persistente, realizado sob pressão do patronato e da polícia, que acabou frutificando, segundo o entrevistado, graças à tática utilizada:

> Procurando abrir caminhos, horizontes, e nesse meio tempo duas figuras principais apareceram nesse trabalho [...]. O senhor João Bolacha, ou João Anastácio Bezerra[82], filho de Areia Branca, tio de Raimundo Bernardino e o senhor Miguel Moreira, filho de Lages [...]. Miguel Moreira trabalhou muito nessa região de Mossoró-Macau nesse campo de coisas [...]. E tinha também um cidadão [...], José Mariano. Essa figura também andou operando na região salineira de Mossoró, Areia Branca e Macau em trato de organização com trabalhadores em salinas. Então essas três pessoas se sobressaíram na fase preliminar a 1938. Miguel Moreira, José Mariano e João *Bolacha*[83] (Informação verbal).

As colocações de Floriano confirmam o trabalho de mobilização realizado pelo PCB e apontam para as conexões existentes entre Mossoró e Macau, cujos elos foram desdobramentos gerados pelo *Sindicato do Garrancho*. A esse respeito, Ferreira registra a presença, já em 1932, de José Mariano – o Zé Mariano – e outros elementos experientes e de confiança do Partido, enviados pela direção nacional para a região salineira. Tal fato é observado como um indicativo, "*uma pista para se pensar a importância com que era visto o trabalho na região, em termos do potencial de organização e de lutas a ser estimulado*" (FERREIRA, 2000,

---

[82] João *Bolacha*, líder partidário da região salineira potiguar, esteve detido no presídio da Ilha Grande no qual conviveu com outros militantes comunistas. Em *Memórias do cárcere*, é citado por Graciliano Ramos, como companheiro de prisão.

[83] Depoimento prestado por Floriano Bezerra de Araújo, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores de salinas de Macau, em 18 de maio de 2002.

p.91). A partir dessa percepção, é razoável supor o interesse despertado pela expressiva concentração de trabalhadores existente em Macau, até então sem entidade representativa. Esse trabalho organizatório foi interrompido com a repressão desencadeada a partir da Insurreição Comunista de 1935 [84]. Desarticulados, os trabalhadores das salinas só conseguiram efetivamente retomar a luta tempos depois. Mais precisamente em 1938, já sob a ditadura dirigida por Getúlio Vargas, que no início da década tinha proposto novos tempos nas relações entre as entidades classistas e o Estado – caracterizadas pela perda da autonomia dos sindicatos – em resposta às transformações ocorridas na sociedade brasileira (SIMÃO, 1966).

Retomando, depois de várias décadas, os ideais que nortearam a antiga *Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal*, fundada ainda no século XIX (ideais que decerto nunca foram totalmente abandonados), os trabalhadores das salinas reacenderam a chama da organização. Coube a Venâncio Zacarias de Araújo, potiguar nascido em Santana do Matos que desde de 1936 alternava o trabalho na lavoura, em Tabuleiro Alto[85], com o trabalho sazonal nas salinas de Macau, desempenhar o papel de reorganizador dos operários salineiros. Era um homem destemido e sensível às precárias condições de trabalho às quais estavam expostos. Diferia dos seus precursores imediatos. Não professava os ideais

---

[84] Para maiores informações, ver: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*.

[85] Vilarejo município de Macau, hoje subordinado ao município de Alto do Rodrigues.

revolucionários difundidos por Marx no *Manifesto Comunista* e muito menos conhecia as formulações teóricas elaboradas pelo pensador alemão em O *Capital*[86]. Enfim, não seguia a linha doutrinária que outrora o PCB tentara disseminar entre os trabalhadores de salinas. Não obstante, em 28 de agosto de 1938, Venâncio conseguiu reunir em torno do projeto de reorganização cerca de 700 trabalhadores no Rancho[87] da Salina Conde Pereira Carneiro, de propriedade da Companhia Comércio e Navegação. Também conhecida entre os trabalhadores como Salina Julião, aquela que muitos chamavam a *mãe das salinas* do município. Dessa reunião resultou a fundação da *Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau*, cuja primeira diretoria foi composta por Venâncio Zacarias de Araújo na presidência, Virgílio Bráulio Bezerra no cargo de secretário e João Batista Eusébio na tesouraria. Na prática, a fundação da Associação equivaleu à retomada do paulatino processo organizatório iniciado em fins do século XIX [88].

---

[86] Em *O Manifesto Comunista* Karl Marx conclama os trabalhadores do mundo à união. Em *O Capital*, sua principal obra, desnuda com vigor científico o processo de estruturação do capitalismo e suas mazelas para o trabalhador.

[87] Alojamento dos salineiros nas salinas.

[88] Conforme entrevista realizada em Natal com Floriano Bezerra de Araújo, ex-presidente do Sindicato, em 02/10/2001. Há quem aponte o Sr. Francisco Augusto da Rocha como provável fundador da entidade operária salineira. Essa é a hipótese levantada, por exemplo, por Dr. Laércio Medeiros Bezerra, ex-Promotor da Comarca de Macau, em entrevista de 06/06/2002. Todavia, o Livro de Registro dos Associados, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, assinala Venâncio Zacarias de Araújo e o Sr. Francisco Augusto da Rocha, respectivamente, como o primeiro e décimo associados inscritos.

Figura 6 – Antiga Praça do Cruzeiro, em foto de 1939. Em primeiro plano, o prédio que abrigou, em 1947, a primeira sede própria do Sindicato. Nessa mesma Praça foi construída uma outra sede da entidade, inaugurada em 1953.
Fonte: BARROS, Benito, 2001, p. 87.

Durante certo período, a Associação funcionou precariamente no próprio Rancho da salina Julião. A partir do convite do Sr. Raimundo Pereira Junior, um mestre marítimo que se tornara amigo de Venâncio e reconhecera sua luta, a Associação passou a funcionar no início de 1939 na Delegacia do Sindicato dos Marítimos em Macau. Lá, Venâncio Zacarias de Araújo instalou em caráter provisório os trabalhos da Associação. A partir de tal apoio logístico foram distribuídas as primeiras carteiras profissionais e da previdência na região polarizada por Macau. Essa situação perdurou até 1943, quando o líder sindical deslocou-se para o Amazonas em busca da sobrevivência nos seringais e a Associação ficou acéfala[89]. Estávamos em plena Segunda Guerra Mundial

[89] Conforme depoimento prestado por Floriano Bezerra, filho de Venâncio Zacarias, em 18/05/2002. Segundo a entrevista com Ivo Ferreira dos Santos, ex-

e os iminentes riscos na costa atlântica brasileira reduziram drasticamente a exportação do sal. Como decorrência disso, temos o acúmulo da produção nos aterros das salinas, a paralisação das atividades e o definhamento da atividade sindical. O desemprego atingiu em cheio os salineiros potiguares que em considerável número deslocaram-se para a região amazônica, engrossando as fileiras dos soldados da borracha (ALCÂNTARA, 2000).

Ao retornar da região amazônica, Venâncio, embora tivesse conseguido um emprego de fiscal do município, passou a reorganizar, à noite, todo o movimento operário das salinas de Macau, tendo em vista transformar a Associação em sindicato. A referida Associação conquistou a Carta Sindical, em 11 de novembro de 1948, referendada pelo então Ministro do Trabalho, Honório Monteiro, já sob o governo Eurico Gaspar Dutra e a redemocratização do País[90]. Pouco antes, em 31 de agosto do mesmo ano, a Associação conseguira autonomia em relação a Mossoró quando, por decisão ministerial, o município de Macau foi excluído da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

---

funcionário do Sindicato, realizada na mesma data, a Associação teria ficado, no período do afastamento de Venâncio, sob a responsabilidade do Sr. Francisco Augusto da Rocha. O seu *Chico Augusto*, como era mais conhecido, foi um dos mais antigos associados do Sindicato. Contudo, são desconhecidos documentos registrando tal substituição.

[90] Cf. Processo MTIC, nº 657 106, de 1948. Registra a Carta Sindical no livro 18, fl. 33, em 11/11/1948.

da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte[91]. Por ocasião da investidura sindical, a presidência foi confiada a Venâncio Zacarias de Araújo, liderança que conduziu a Associação durante cerca de dez anos. A primeira sede própria do Sindicato estava localizada na esquina da rua do Cruzeiro, hoje Café Filho, e fora adquirida em 1947 ao Sr. Raimundo Florêncio, filho de Manoel Florêncio. Era um casarão simples em formato retangular, composto de apenas um compartimento[92].

A partir de 1948, com a obtenção da Carta Sindical, o processo de estruturação recebeu novo impulso: "os trabalhadores passaram a entender que aquele sonho que muita gente tinha dúvida deixou de ser um sonho duvidoso para ser uma realidade[93]" (Informação verbal). Instalado oficialmente o Sindicato, Venâncio passou a planejar a construção do novo prédio da sede central da entidade, dotado de dois pavimentos e ampla área coberta. Sua localização ficava na mesma rua da antiga sede, denominada no início do século de Largo do Cruzeiro, outrora alagadiço foco de moléstias no município, cujo aterramento ocorreu durante os melhoramentos realizados na cidade pelo Coronel Francisco de Queiroz.[94] A construção começou em princípios dos anos 50 e teve como mestre de obras João Batista da Costa, ativista ligado ao

---

[91] Em despacho de 31/08/1948, o Ministro Honório Monteiro concedeu a autonomia registrada no Livro nº 16, fls. 21, do MTIC. Este ato foi interpretado, equivocadamente, como a data da investidura sindical.

[92] Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada. O prédio da primeira sede – assim como o da posterior – já não mais existe. Foi demolido e em seu lugar foi construída uma residência particular.

[93] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo em entrevista citada.

[94] Cf. *Jornal de Macau*, 22 de julho de 1916, p.

núcleo do Partido Comunista local que, posteriormente, contou com a colaboração de Bento Ventura de Moura, responsável pelo revestimento do prédio com as pedras ornamentais de Parelhas, que por muitos anos caracterizaram a fachada do Sindicato. Em 1º de maio de 1953, a obra foi concluída e inaugurada. A concretização da obra provocou considerável repercussão na região e na vida dos trabalhadores do município de Macau. De certa forma, prenunciava uma nova etapa na história do sindicato dos trabalhadores de salinas[95].

Figura 7 – Sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau, inaugurada em 01/05/1953. Foto de 1981.
Fonte: Arquivo Getúlio Moura.

[95] Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada.

Desde então se consolidou a liderança de Venâncio Zacarias, que perdurou no Sindicato até finais da década de 50, quando cresceu a influência de Floriano Bezerra. Embora tenha desempenhado o papel histórico de reorganizador da associação classista e primeiro presidente do Sindicato, Venâncio teve sua atuação contestada por vários segmentos do movimento sindical-operário salineiro. As objeções, em geral, estavam atreladas a três pontos fundamentais: as limitações do caráter reivindicatório da entidade sob seu domínio, a complacência aos interesses do patronato e a utilização personalista da estrutura do Sindicato. Sua liderança, de início, estaria vinculada aos interesses do grupo político comandado por Dr. José Augusto Varela – que 1947 assumiria o governo do estado – e João Fernandes de Melo, líder político local, cuja família dominou a Prefeitura por mais de duas décadas[96]. Entre os trabalhadores, tais contestações estão presentes em declarações do tipo:"Venâncio Zacarias [...] se transformou em presidente do Sindicato com o apoio das empresas. Então os salineiros não tinham lideranças na direção do Sindicato, e sim no movimento de reivindicação da massa salineira"[97] (Informação verbal). Para os mesmos opositores, essa situação começou a mudar a partir da ascensão de Floriano Bezerra de Araújo, filho de Venâncio Zacarias, à vice-presidência do Sindicato.

---

[96] Conforme depoimento do Dr. Laércio Bezerra Medeiros, ex-promotor da comarca de Macau, em 06/06/2002.

[97] Conforme depoimento do Sr. Bento Ventura, então ativista do movimento operário, em 26 de janeiro de 2002.

Em 1953, após passar pelos baldes das salinas e, posteriormente, trabalhar de conferente nos aterros destas, já no segundo mandato de Venâncio, Floriano foi candidato a vice-presidente do Sindicato na chapa com o pai. Viera das bases, como faz questão de ressaltar ao explicar sua sindicalização: "a minha inscrição no Sindicato deu-se como trabalhador de salina com balaio no ombro"[98]. Na época, os mandatos eram de dois anos. Com o triunfo da chapa, Floriano Bezerra de Araújo assumiu a vice-presidência, no segundo semestre de 1953. A Circular que comunicou a posse registrou a nova Diretoria: Presidente, Venâncio Zacarias de Araújo; Vice, Floriano Bezerra de Araújo; Secretário, Sebastião da Silva Seixas e Tesoureiro, Manuel Alves Guimarães[99]. A partir daí começou a sua efetiva liderança sindical que perduraria por dez anos, ao longo dos quais foi eleito por quatro vezes Presidente do sindicato salineiro.

Para observadores do cenário político macauense, a eleição de Floriano para a presidência, em 1955, deu novos rumos ao Sindicato. A situação começou a se modificar. Sua postura política tinha, segundo os observadores, significativa diferença em relação ao dirigente anterior.

Muito embora rebata com veemência as críticas dirigidas às administrações do seu genitor e rejeite comparações entre os dois, encara as diferenças como frutos de contextos históricos peculiares. De acordo

---

[98] Depoimento de Floriano Bezerra, prestado em 02 de outubro de 2001.
[99] Cf. a Circular nº 5/53, datada de 30 de setembro de 1953, no Arquivo da Câmara Municipal de Macau (apud BARROS, 2001, p.79).

com seu raciocínio, Venâncio cumpriu o papel de organizador sindical cabendo a ele, Floriano, dar seqüência a esse trabalho. Nesse sentido, defende a tese de que a liderança exercida por seu pai entre os trabalhadores foi muito mais pujante que a sua[100]. Durante suas gestões, o Brasil vivenciava um processo de gradual alargamento do espaço público[101], ampliando as possibilidades de atuação político-sindical. É no contexto dessas transformações, e não de forma isolada, que Floriano Bezerra imprime caráter reivindicatório ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau. Alia-se ao movimento nacionalista em franca expansão no País e no município, e começa a enfrentar as lutas com o patronato, como transparece nas suas palavras: *"lutas duras, difíceis, no debate, no diálogo com o sindicato patronal na Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte, com sede em Mossoró, presidido pelo Sr. Francisco Ferreira Souto Filho[102]"* (Informação verbal). A reação patronal aponta para uma realidade histórica então vivenciada em várias regiões do País: a surpreendente emergência da classe trabalhadora ao cenário público.

Mas como poderíamos aferir a especificidade do movimento operário-sindical salineiro em Macau? Como se expressou o real crescimento da estrutura do Sindicato sob a administração de Floriano

---

[100] Conforme depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 18 de maio de 2002.
[101] Espaço público, no sentido preconizado por Hannah Arendt, em *A condição humana*. Espaço dotado de amplo sentido político no qual a ação só é possível no convívio da liberdade.
[102] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 18 de maio de 2002

Bezerra? Os critérios utilizados por José Albertino Rodrigues nos oferecem uma pista significativa: "o grau de expressão e de prestígio do sindicalismo pode ser aferido de diferentes formas. A mais simples de se constatar e ao mesmo tempo a mais objetiva é a sua expressão numérica, como por exemplo, o número [...] de trabalhadores sindicalizados" (RODRIGUES, 1968, p.123). Nesse sentido, o mesmo autor apresenta uma amostragem do panorama nacional do início dos anos 60.

Ressaltando as dificuldades estatísticas no Brasil referentes ao tema, esclarece que em 1961 58% dos sindicatos brasileiros possuíam apenas 20% do total de suas categorias como associados.[103]

Se esse é um dos parâmetros de análise, é razoável aplicá-lo na resposta ao questionamento antes proposto. A nova gestão, inserida no já aludido contexto favorável, desencadeou um processo de atração dos trabalhadores, cujo resultado atingiu um índice de sindicalização acima de 30% do total da categoria. O índice de sindicalização entre os salineiros torna-se surpreendente diante da sazonalidade do trabalho por eles realizado. Essa dificuldade adicional praticamente impedia a realização de campanhas de sindicalização,"porque [...] parte dos trabalhadores [...], quando terminava a colheita, voltava à sua vida de agricultura. E mesmo assim, dado o desenvolvimento do Sindicato [...], a gente conseguiu [...] a força da organização"[104] (Informação verbal).

---

[103] Segundo o Cadastro Sindical Brasileiro – 1961. Rio de Janeiro. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, dezembro de 1962, 225 p. (apud RODRIGUES, 1968, p. 137).

[104] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 18 de maio de 2002.

Segundo o depoimento de Floriano Bezerra, a campanha de sindicalização ocorreu, de forma efetiva, quando da organização do Sindicato, na gestão de Venâncio Zacarias de Araújo. Curiosamente, esse expressivo fluxo de trabalhadores sazonais, aliado aos operários do próprio município, foi o sustentáculo do sindicato dos trabalhadores de salinas de Macau.

Com o caráter reivindicatório imprimido ao Sindicato, a massa operária adquiriu maior grau de identificação com a entidade, ao ponto de cerca de 2/3 dos trabalhadores sindicalizados corresponderem àqueles que conciliavam o trabalho agrícola com a atividade salineira[105]. Dessa forma, durante a fase da colheita do sal, o movimento sindical crescia de maneira espetacular, usando as palavras de um líder das bases, porque atingia de 18 a 20 municípios da região de Macau[106]. Essa mesma liderança, Bento Ventura de Moura, que outrora fizera oposição a Venâncio Zacarias, atesta a mudança ocorrida na condução do Sindicato sob a orientação de Floriano Bezerra. De acordo com o seu depoimento, a posição adotada por Floriano era de tal maneira diferenciada que chegou a fazer oposição ao próprio pai: "Só que era uma posição classista e não uma posição de família. O vínculo dele com o pai não interessa.

Mas a situação mudou porque ele socialmente se ligou ao

---

[105] Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, à época funcionário do SESTIS, Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, em 18 de maio de 2002.

[106] Conforme depoimento do Sr. Bento Ventura de Moura, ex-ativista salineiro, em 26 de janeiro de 2002.

movimento operário[107] " (Informação verbal). A principal diferença entre os dois posicionamentos adotados, de acordo com o depoimento aludido, diz respeito às lutas travadas em defesa dos interesses dos trabalhadores, como por exemplo, durante as Convenções Coletivos de Trabalho, uma vez que o primeiro dirigente, diferente do seu sucessor, era encarado como receptivo às pressões do patronato.

Em decorrência, o processo de estruturação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau atingiu expressivo nível no princípio dos anos 60, a ponto de rivalizar em importância no município com as entidades das categorias que no plano nacional eram denominadas de *aristocracia operária*, em alusão às suas conquistas materiais, tais como os marítimos e portuários (RODRIGUES, 1968). Marítimos contemporâneos reconhecem a expressão adquirida pela atuação do sindicato dos operários de salinas e o seu peso político na sociedade macauense, visão partilhada por José Antônio da Silva, atual representante da remanescente categoria marítima[108]. Autoridades da época referendaram essa percepção ao afirmarem que apesar de não possuir a projeção social do Sindicato dos Marítimos, o sindicato dos trabalhadores de salinas possuía o mais expressivo quadro de associados, conferindo à sua atuação significativo

[107] Idem.
[108] Depoimento de José Antônio da Silva, atual Delegado, em Macau, do Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos, em 14/11/2001.

peso político na cidade[109]. Esse, aliás, é outro parâmetro utilizado nas análises de Rodrigues quanto à relevância de um órgão sindical: "uma forma legítima de medir o grau de expressividade do sindicato é a chamada atuação sindical, que [...] levada a efeito mediante uma combatividade e um vigor [...] tornem aquela categoria respeitada por suas ações" (RODRIGUES, 1968, p.). A reconhecida estrutura do Sindicato, para além do aspecto físico, começou a ruir quando contava com 3.513 associados em seu quadro social, dos mais expressivos do estado, com o Golpe de 1964 levado a efeito por setores conservadores civis e militares[110] .

[109] Conforme depoimento do Dr. Laércio Medeiros Bezerra, ex-promotor da Comarca de Macau, em 06/06/2002.
[110] Floriano Bezerra, em entrevista citada.

As correntes internas

Figura 8 – Posse da Diretoria do Sindicato, em 08/01/58, para o biênio 58/60. Presentes, da esquerda para a direita, Geraldo França, Manoel Pereira, Antônio Chagas de Oliveira, Francisco Shem, Manuel Alves Guimarães, Francisco Soledade da Silva, Evaristo Lopes da Silva, Floriano Bezerra de Araújo, Venâncio Zacarias de Araújo, Joaquim Anacleto Pereira e Cândido de Assunção Bezerra.

O paulatino avanço do movimento sindical salineiro em Macau passou naturalmente a refletir os diferentes matizes políticos envolvidos no processo. O mais ativo era o representado pela corrente ligada ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – devido às lideranças exercidas por Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra. Depois do PTB o partido que apresentava certa influência era o PCB, na avaliação de Pretextato Cruz, então líder estivador e comunista da capital, com trânsito no movimento sindical macauense. Entre as décadas de 50 e 60, apesar da sua condição

clandestina, o PCB exerceu relativa mobilização no seio da massa salineira, chegando inclusive a fazer oposição às gestões exercidas por Venâncio[111]. Foi a partir desse trabalho nas bases salineiras que Bento Ventura foi sondado por Luís Maranhão, intelectual e um dos principais líderes do Partido, e convidado a ingressar no PCB[112].

Além dessas, havia outras correntes minoritárias no movimento sindical salineiro sem maior expressão na vida da entidade classista. Entretanto, como alerta Hobsbawm, não devemos negligenciá-las sob o risco de não entendermos alguns pontos relevantes: quais eram os membros do movimento, suas bases militantes ou simpatizantes? Como ambos concebiam o movimento? Quais eram suas relações com a política partidária, no caso PTB, PCB e demais? Quais eram os papéis e as funções do movimento e do partido político em cidades e regiões determinadas, aqui representadas por Macau e região salineira? Além disso, orienta Hobsbawm, devem ser igualmente valorizados: as bases tanto quanto os líderes; sindicalizados e não-sindicalizados e trabalhadores conservadores e radicais ou revolucionários. Em outras palavras, a história operária é um tema multifacetado e não admite visões unilaterais (HOBSBAWM, 1987).

Nesse sentido, entre as correntes minoritárias tínhamos as ligadas aos setores conservadores da política local. Esses elementos seguiam as orientações dos políticos tradicionais da cidade e referendavam o

---

[111] Conforme depoimento de Pretextato Cruz, em 27 de abril de 2002.
[112] Conforme depoimento de Bento Ventura, em 26 de janeiro de 2002.

discurso desmobilizador. Temerosos, os representantes das elites locais estabeleceram como grande meta desses evitar o avanço dos trabalhadores naquilo que eles avaliavam como prejudiciais aos seus interesses. Uma dessas correntes estava ligada ao denominado Melo-varelismo[113], facção política local liderada por João e Albino Melo no transcurso das décadas de 50 e 60. Essa corrente era ligada ao Dr. José Varela, que clinicou e fez política em Macau antes e depois de ser governador do estado. Nas palavras de Pretextato Cruz: "Aqueles caras ligados a Zé Varela levavam as influências que recebiam dele para dentro do Sindicato[114] " (Informação verbal). Esse trabalho dos conservadores, esclarece, era realizado principalmente fora do Sindicato, desestimulando o movimento. Porém existiam alguns, dois ou três, procurando desmobilizar a categoria no interior da entidade.

Mas as lideranças exercidas por Floriano Bezerra e Venâncio Zacarias tinham peso majoritário. Esse fato era inteligível entre outros motivos porque, entende Pretextato: "Macau, na época, era uma cidade tipicamente da classe operária. Eles perderam aquele controle todinho que depois do Golpe foi retomado[115]" (Informação verbal). Essa hegemonia das lideranças ligadas ao PTB, reconhece Pretextato Cruz,

---

113 ***Melo-varelismo*** *(de: família* ***Melo*** *+* ***Varela****, Dr.* ***José Augusto****)* (apud BARROS, 2001, p.269).

114 Conforme depoimento prestado por Pretextato José da Cruz, ex-líder dos estivadores de Natal, em 27/04/2002. Pretextato tinha vínculos político-partidários com Macau, no contexto analisado, e foi atento observador da evolução do movimento sindical na cidade.

115 Pretextato Cruz, em entrevista citada.

influente ator social no estado, foi responsável pela diminuta influência do PCB, no interior do sindicato dos operários salineiros, em fins dos anos 50 e início da década de 60. O Partido inicialmente tentou firmar posições e conquistar o controle do órgão classista. Essa estratégia partidária chegou a causar vários atritos com as lideranças dos salineiros; inclusive com Floriano Bezerra, que relutou em aceitá-la. À época, o PC já liderava importante organização dos trabalhadores em Macau, a exemplo da Delegacia do Sindicato dos Marítimos. Conquistar o controle da entidade salineira representaria uma expressiva conquista para as suas hostes.

Com as investidas do Partido, o relacionamento político com o PCB tornou-se delicado e Floriano resolveu expor seu posicionamento junto às suas principais lideranças no estado. Dr. Vulpiano Cavalcanti, que se tornou seu amigo pessoal e admirador da categoria salineira, e Luís Maranhão Filho, foram duas das lideranças contactadas: "Então eu consegui fazer essas duas [...] lideranças do Partido entender a nossa luta. Cheguei a nomear elementos por indicação do Partido [...] pra ser Fiscal de Campo [...], José Xavier, que morava no Porto de São Pedro"[116] (Informação verbal). Ainda de acordo com a análise de Pretextato Cruz, a atuação de Floriano, dentro e fora do Sindicato, na organização das Ligas Camponesas[117], por exemplo, consolidou a sua

[116] Conforme depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 02 de outubro de 2001.

[117] Movimento precursor do sindicalismo rural brasileiro, com ampla repercussão no Nordeste dos anos 50 e 60, cujo principal líder foi Francisco Julião. No Rio

liderança perante os trabalhadores. A partir de então, a estratégia do Partido Comunista foi apoiar e não questionar tal liderança[118].

Além das correntes já citadas, o PSP – Partido Social Progressista – teve uma pálida participação na política sindical salineira. Como sintoma disso, temos que na última eleição no Sindicato, antes do Golpe de 1964, o candidato apresentado pelo PSP e apoiado pela Companhia Comércio e Navegação, Luís Pedro de Lima, obteve 32 votos contra 548 de Floriano Bezerra de Araújo. Essa amostragem confirma a avaliação de um ex-funcionário do SESTIS – Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, órgão ligado ao Sindicato – para quem as votações de Floriano sempre foram maciças. Em torno de 90% dos associados votantes[119].

O partido hegemônico no Sindicato, o PTB, continha no plano nacional várias facções. Desde a estritamente vinculada ao estilo varguista de fazer política, até a chamada ala esquerda, de feições mais avançadas. Essa ala teve em Alberto Pasqualini uma de suas expressões, cujas idéias centrais foram sintetizadas em *Bases e sugestões para uma política social*, nas quais rejeitava os métodos revolucionários para a conquista do socialismo e pregava a gradual derrubada do capitalismo pela via parlamentar (CÂNDIDO FILHO, 1982). Floriano Bezerra se declarou

---

Grande do Norte, as Ligas Camponesas teve em Floriano Bezerra um dos seus organizadores.

[118] Conforme depoimento prestado por Pretextato José da Cruz, em 27 de abril de2002.

[119] Conforme depoimento de Ivo Ferreira dos Santos, então funcionário do SESTIS, em 18 de maio de 2002.

seguidor dessa corrente política. Nos idos de 1960, cerrou fileiras junto aos adeptos da ala cujo mentor teórico era Alberto Pasqualini e descartou a hipótese de ingressar no PCB. Avaliava que o fato de o partido estar na clandestinidade dificultaria seu trabalho de mobilização dos trabalhadores. Passou então a dirigir o Sindicato a partir das suas convicções doutrinárias atreladas aos ideais nacionalistas. O posicionamento adotado, se conquistou adeptos, também atraiu adversários dentro e, especialmente, fora da entidade classista[120].

A mais séria luta intestina pelo controle da direção sindical, contudo, ocorreu ainda no início dos anos 50 durante a penúltima gestão de Venâncio Zacarias, quando uma corrente oposicionista constituiu uma Junta Governativa e tomou a frente da entidade à revelia de sua direção. Tal Junta, porém, não foi reconhecida pela Delegacia Regional do Trabalho, sediada em Natal, possibilitando a retomada do controle por Venâncio Zacarias. Essa tentativa frustrada de se apossar do Sindicato gerou um processo no Fórum Municipal de Macau, cujo teor registra "Que a JUNTA GOVERNATIVA se constituía de Presidente: Antonio Raimundo de Oliveira, Secretário José Rosa Melo e Tesoureiro Apolinário Francisco da Silva; [...] Que a JUNTA GOVERNATIVA foi organizada por determinação da 'massa' "[121.] (apud BARROS, 2001, p.88).

---

[120] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 02 de outubro de 2001.
[121] Cf. Processo - 556/51 fls.19 e 28 dos arquivos do Fórum Municipal de Macau (apud BARROS, 2001, p.88).

A formação da Junta Governativa resultara de assembléia extraordinária, cuja finalidade era a destituição do Presidente do Sindicato, sob a acusação de postura anticlassista. Liderados por Bento Ventura, na clandestinidade, os dissidentes não conseguiram efetivar o intento[122]. Outra ofensiva pelo controle do Sindicato viria de fora, anos depois, e então seria arrasadora. Não visou apenas ao controle sobre o sindicato de uma pequena cidade interiorana; mas o domínio de todo o País.

A atuação do Sindicato.

O processo de estruturação do Sindicato adquiriu níveis consideráveis por volta do final dos anos 50 e início dos anos 60. Esse contexto histórico é relevante para compreendermos a dimensão alcançada por sua atuação. Inserido em uma conjuntura histórica favorável, o Sindicato dos Salineiros construiu sua ascensão. Extrapolou limites geográficos e alcançou reconhecimento nacional. Como ocorreu tal processo? Quais foram as principais reivindicações norteadoras das mobilizações? Como se processavam os Contratos Coletivos de Trabalho? Em quais situações ocorreram as greves e a articulação sindical entre as diversas categorias? Qual foi o alcance da atuação social? São

[122] Conforme depoimento de Bento Ventura de Moura, ex-ativista salineiro, em 10/09/2002.

questionamentos cujas respostas revelam a expressiva atuação do organismo de classe salineiro.

As precárias condições de trabalho dos operários salineiros em Macau fomentaram a agenda de reivindicações dos trabalhadores e lideranças junto ao patronato. Por longo período suas mínimas necessidades foram negligenciadas. Alguns trabalhos acadêmicos abordaram com profundidade tamanho descaso social (FERNANDES, 1995). Essa negligência patronal, que jamais deixou de ser repudiada, foi paulatinamente canalizada para uma reação que se expressou com maior nitidez quando da organização do Sindicato. As vozes que bradavam de forma isolada contra as injustiças nos tanques das salinas passaram a se articular. Decorreram daí as primeiras reivindicações conjuntas. Questionamentos acerca da remuneração, da assistência social, do cumprimento das leis trabalhistas, do fornecimento das ferramentas e do necessário Material de Proteção[123] para o trabalho nas salinas passaram a ser constantes.

Os trabalhadores de salinas não tinham salários fixos. Recebiam por alqueire[124] de sal extraído. De modo que os reajustes dos preços pagos pelo alqueire correspondiam a aumentos salariais e eram

[123] Conjunto de equipamentos, como óculos, botas, luvas e chapéus, necessários para atenuar os malefícios do trabalho insalubre nas salinas.
[124] Unidade de medida utilizada nas salinas, correspondente a 36 cuias de 5 litros. Cf. Contrato de Trabalho em 1º de setembro de 1961, com vigência até 1º de setembro de 1962, p.3.

encarados como das principais reivindicações[125]. A questão salarial, por outro lado, estava atrelada à do trabalho insalubre. Os operários salineiros enfrentavam penosas condições de insalubridade que chocavam trabalhadores de outras categorias: "Era aquela coisa de corpo de cavalo mesmo. Era o sangue descendo do ombro, o sujeito trabalhando e um cara gritando lá que é pra encher a barcaça. Era muito difícil [...] um cara suportar aquele trabalho por mais de 5 anos"[126] (Informação verbal). Depoimentos como esse atestam a questão da insalubridade como dos mais cruciais para o operário salineiro. Com o crescimento da atuação sindical, essa questão foi finalmente *atacada*.

Na gestão de Floriano Bezerra, de acordo com observadores contemporâneos à sua atuação, as taxas de insalubridade e periculosidade foram reivindicadas e conquistadas. Assim a remuneração, que era irrisória, teve um relativo acréscimo. Pretextato Cruz, líder dos estivadores da capital, graças ao trabalho de articulação sindical existente no estado, chegou a participar de várias reuniões nas quais a pauta de reivindicações salineiras era encabeçada por melhorias salariais e das condições de trabalho. Sua análise dos avanços conquistados é positiva, como se observa nas suas palavras:"os sindicatos mais combativos avançaram muito nessa coisa de salários e de material de proteção [...] da mão-de-obra. [...] por exemplo, luvas, botas, calça

[125] Conforme depoimento do Sr. Bento Ventura, ex-trabalhador de salinas, em 26 de janeiro de 2002.
[126] Conforme depoimento de Pretextato José da Cruz, em 27 de abril de 2002.

apropriada, chapéu, blusão; tudo para proteger o cara do sol intenso”[127] (Informação verbal). Essas são conquistas consideradas imprescindíveis por trabalhadores salineiros com secular passado de negação dos seus direitos.

Inicialmente foram conquistas simples, de certa forma irrisórias aos olhos dos trabalhadores atuais. Tinham, entretanto, elevado valor simbólico. Representavam o despertar na consciência dos trabalhadores, outrora desprovidos de uma entidade representativa dos seus interesses, dos seus direitos, por mais simples que fossem. As primeiras reivindicações atendidas foram, portanto, motivo de regozijo. Através da atuação sindical, os homens do mundo salineiro começavam a se fazer ouvir.

A eliminação das caçambas utilizadas no transporte do sal na antiga Salina Conde Pereira Carneiro, foi uma das conquistas iniciais. Eram caçambas pesadíssimas que somente homens de muita força conseguiam empurrar. Daí serem chamadas, de forma irreverente pelos trabalhadores, de *capa-homem*. Ainda assim, assim, grande parte do trabalho de embarque do sal era realizado através desses instrumentos de uma margem para a outra da salina. A respeito dessa luta realizada no curso do mandato sindical, afirma Floriano Bezerra:“Na primeira etapa, a gente conseguiu eliminar a utilização das caçambas. Depois, a gente conseguiu eliminar o balaio. Depois, a gente conseguiu introduzir o

[127] Pretextato José da Cruz, em depoimento citado.

carro-de-mão, que foi a substituição do balaio tradicional, secular"[128] (Informação verbal). O carro-de-mão, entre outros instrumentos de trabalho, era até então custeado pelos próprios trabalhadores. Isso desencadeou outra campanha sindical em prol do fornecimento de ferramentas pelas empresas, como pá, ferro de bater sal e o citado carro-de-mão. Algo que as empresas relutavam acatar[129].

Com o desenrolar das reivindicações e os triunfos inicias, crescia a identificação do operário salineiro com a sua entidade representativa. Os depoimentos de ex-trabalhadores apontam nessa direção: "Com o Sindicato, chegou o tempo do operário [...] adquirir os direitos que ele não tinha. É abono de família, é os direitos de acidentes, tudo o Sindicato adquiriu, né? Assistência médica,[...] foram os direitos majoritários que o Sindicato adquiriu"[130] (Informação verbal). Além disso, houve avanço na defesa de melhores salários, através da valorização das cotas de sal extraído.

Todas as reivindicações operárias eram canalizadas para as discussões em torno dos Contratos Coletivos de Trabalho. Aí afloravam as lutas em torno das propostas operárias. Os Contratos Coletivos seguiam determinados procedimentos. O Sindicato reunia-se em Assembléia Geral Extraordinária, discutia e deliberava sobre sua pauta

---

[128] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, ex-presidente do Sindicato, em 02 / 10 / 2001.
[129] Depoimento prestado por Bento Ventura, ex-salineiro, em 26 / 01 / 2002.
[130] Conforme depoimento do Sr. Francisco Araújo Neto, ex-trabalhador de salinas, em 13 de novembro de 2001.

reivindicatória para o novo Contrato Coletivo de Trabalho anual. Isso, inicialmente, em Macau, junto aos associados. Na etapa seguinte, essa pauta era apresentada para discussão e deliberação com o sindicato patronal, em Mossoró[131]. Quando não chegavam a bom termo, as discussões eram transferidas para o Rio de Janeiro, com novas rodadas de negociações entre as partes em litígio. Nesse ponto, eram incorporados à mesa de negociações representantes do Ministério do Trabalho e do IBS – Instituto Brasileiro do Sal. Durante dez anos, essas discussões tiveram resultados definitivos por duas vezes: em 1958 e 1960, em Macau e em Mossoró, na base da greve geral da categoria profissional, com resultados favoráveis aos trabalhadores. Esse processo foi resumido da seguinte forma: "a cada Contrato Coletivo, de ano a ano, a gente ia então aumentando essas conquistas"[132].

Os movimentos grevistas eram deflagrados pelo Sindicato só em última instância, segundo sua liderança, em virtude das dificuldades em organizar as paralisações da categoria. Essas dificuldades podem ser atribuídas à própria configuração geográfica de Macau, uma península com diversas salinas esparsas, ou à repressão desencadeada pelo patronato que dispendia vultosos recursos para coibir os movimentos grevistas. A tática inicial de luta era conseguir através da persuasão, da ação moral, como ressaltou em depoimento o líder sindical. Mesmo assim, duas greves foram deflagradas a partir das discussões do Contrato

[131] O Sindicato patronal, sediado em Mossoró, tinha abrangência estadual.
[132] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 02 de fevereiro de 2002.

Coletivo de Trabalho: "A primeira nós vencemos com dificuldades. Mas saímos com nossa pauta vitoriosa. A segunda nós vencemos no espaço de dois dias. O patronato não teve outra saída a não ser [...] aceitar as nossas reivindicações"[133] (Informação verbal). A força do Sindicato dos Salineiros já não podia ser ignorada e tornara a entidade um interlocutor de peso na cena política macauense.

A análise dos Contratos de Trabalho oferece um caminho para a percepção dessas conquistas. A Convenção assinada em 14 de Novembro de 1961, por exemplo, contém alguns avanços. De acordo com o documento, os produtores forneceriam as ferramentas de trabalho a cada trabalhador – ferros de cavar sal, pás, chibancas[134] e carros de mão - mediante fiança do Sindicato da categoria. Forneceriam transporte para o deslocamento dos trabalhadores em serviços de embarque, colheita e conservação, reajustariam os preços pagos em todos os trabalhos executados nas salinas: a remuneração do alqueire de sal, de 36 cuias de 5 litros, o embarque de sal a granel, o sal ensacado, o sal peneirado, a remoção por canoas, o sal moído e diária de serviço avulso, todos acrescidos de taxas de penosidade[135], fixadas em 20%. Além disso, previa-se a majoração de 100% para os trabalhos realizados em feriados e finais de semana, a partir das 16 horas do sábado, direito que embora constasse na legislação trabalhista brasileira, desde 1949, era, via de regra,

---

[133] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, ex-presidente do Sindicato, em 02 de outubro de 2002.
[134] Espécie de picareta de dupla ação: um lado cortante e o outro perfurante.
[135] Correspondente a taxas de insalubridade.

desrespeitado.[136] Ademais, rezava o Contrato: "os produtores recolherão ao Sindicato dos Trabalhadores [...] a Taxa de 10% [...] sobre 80% do líquido a pagar nas folhas de pagamento das salinas, para Material de Proteção ao trabalho nas mesmas [...][137] ". Tais conquistas representavam consideráveis avanços para os trabalhadores.

No Contrato de Trabalho subseqüente, novas conquistas reforçaram a imagem do Sindicato perante as bases. A título de ilustração, isso é dedutível na majoração dos preços, sob pressão, pagos pelo patronato. A colheita por alqueire de sal, de 36 cuias de 5 litros, levantado, lavado, transportado, rechegado[138] e empilhado no aterro, passou de Cr$ 45,82 para Cr$ 140,79. A diária de serviço avulso, por sua vez, passou de Cr$ 351,35 para Cr$1295,24 em relação ao contrato anterior. Esse novo contrato foi assinado em 13 de agosto de 1963, com vigência prevista de 1º de setembro de 1963 a 1º de setembro de 1964 [139].

Na concepção dos trabalhadores, uma das mais relevantes conquistas do Sindicato, e portanto sua também, ocorreu com a criação do SESTIS – Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de

---

[136] Cf. Artigo 9º da Lei 605, de 5 de janeiro de 1949, (apud FERNANDES, 1995).

[137] Cf. Artigo 8º, Parágrafo segundo, do Contrato de Trabalho assinado em 14 de novembro de 1961, com vigência de 1º de setembro de 1961 a 1º de setembro de 1962, p.6. O referido Contrato foi assinado por Francisco Ferreira Souto Filho, o Soutinho, e Floriano Bezerra de Araújo, respectivos presidentes das entidades patronal e dos trabalhadores.

[138] Mexido, arrumado, de modo a facilitar o empilhamento do sal, em geral, na forma de pirâmides.

[139] Cf. Artigo 8º do Contrato de Trabalho assinado em 13 de agosto de 1963, p.4-6. Os representantes das categorias envolvidas são os mesmos do Contrato Coletivo anterior.

Macau – às 10 horas do dia 25 de junho de 1960. Na ocasião, foi empossada a diretoria composta por: Floriano Bezerra de Araújo, Presidente; Evaristo Lopes da Silva, Vice- Presidente; Cândido de Assunção Bezerra, 1º Secretário; Francisco Fernandes de Araújo, 2º Secretário; Manoel Alves Guimarães, 1º Tesoureiro; Antônio Ferreira de Brito, 2º Tesoureiro. Os representantes dos trabalhadores no Conselho Consultivo foram Adauto Leite da Silva e Francisco Gomes Sobrinho. No Conselho Fiscal, foram nomeados Joaquim Anacleto Olegário e Pedro Geremias Bezerra. A Ata de Fundação registrou a euforia dos trabalhadores na ocasião, quando "usam da palavra vários associados [...] todos com elevada vibração de regozijo pela fundação do SESTIS, que dará cobertura social [...] aos trabalhadores de salinas de Macau e seus dependentes"[140]. Era a materialização de um antigo desejo da categoria.

Na avaliação de dirigentes e associados, essa foi uma das mais acirradas lutas frente ao patronato. A resistência foi de tamanha magnitude que entre as principais reivindicações da greve de 1960 estava a criação do SESTIS. A luta foi travada entre Macau, Mossoró e Rio de Janeiro. Primeiro foram realizadas assembléias com os trabalhadores em Macau. Depois, as discussões se deslocaram para Mossoró, com o Sindicato Patronal. Com o impasse nas negociações, a esfera dos debates foi deslocada para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro, à época capital do País. Ali, o Presidente do Sindicato

[140] Cf. Ata de Fundação do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau, p.17 dos Estatutos Sociais do SESTIS.

dos trabalhadores, antes de se reunir com o Ministro do Trabalho, procurou sensibilizar a opinião pública, expondo em matéria na imprensa a dramática situação dos operários salineiros. O texto tinha o seguinte título: *No mundo branco das salinas o trabalhador é mártir e herói*. Em depoimento, Floriano Bezerra esclareceu: "Esse texto eu consegui publicar com Samuel Wainer, diretor-fundador do jornal *Última Hora* e com o Dr. Otilo Costa, do *O Semanário*"[141] (Informação verbal). De modo que quando a imprensa publicou o artigo começaram as negociações no Ministério. Decorridas seis Mesas-Redondas de discussões, os trabalhadores saíram vitoriosos em seus pleitos. Ao patronato coubera acatar a decisão ministerial e o triunfo dos trabalhadores.

Durante todo o processo de negociações, o apoio maciço da categoria profissional foi decisivo. A mobilização aconteceu em reiteradas Assembléias Extraordinárias, conclamando a todos para sustentar a reivindicação da maneira que fosse necessária. Inclusive com a greve geral para só voltar ao trabalho quando do atendimento da reivindicação. Só após esse trabalho de mobilização, a liderança sindical deslocou-se para as negociações, no Rio de Janeiro:"E foi com essa reivindicação que nós conseguimos fazer a maior assistência social que até então um sindicato profissional conseguiu em nosso País. Nós

[141] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, ex-Presidente do Sindicato, em 02 de outubro de 2001.

éramos um exemplo [...] do sindicalismo brasileiro em nível de capacidade reivindicatória"[142](Informação verbal).

Concretizada a criação do SESTIS, os trabalhadores e seus dependentes tiveram acesso aos variados benefícios proporcionados por sua estrutura. Estavam à sua disposição uma das duas maiores farmácias do estado, enfermaria, alojamento para trabalhadores sem residência fixa na cidade e transporte para eventuais deslocamentos de trabalhadores enfermos para a capital do estado[143]. De acordo com um de seus antigos funcionários,"o órgão prestava assistência médica, jurídica, hospitalar e medicamentosa a todos os trabalhadores e familiares. Essa assistência, dependendo das necessidades do trabalhador, cobria tudo. Inclusive passagens aéreas para centros maiores[144] " (Informação verbal). A estrutura sindical contava ainda com gerador próprio de energia – numa época em que a própria cidade não possuía energia elétrica do sistema Paulo Afonso – e telefones nas suas principais dependências, outra raridade no município. Além disso, o Sindicato possuía aparelho de rádio-transmissão à longa distância. Tal estrutura atraiu a atenção das forças políticas de Macau e dos principais centros urbanos do Brasil.

Segundo depoimento prestado pelo ex-líder dos operários salineiros, sindicalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio

---

[142] Depoimento de Floriano Bezerra, em entrevista citada.
[143] Conforme depoimento do sr. José Gomes de Souza, á época responsável pelo serviço de enfermagem do SESTIS, em 05 de junho de 2002.
[144] Depoimento do hoje advogado, Dr. Ivo Ferreira dos Santos, à época funcionário do SESTIS, em 18/05/2002.

Grande do Sul, Paraná e Pernambuco manifestavam o desejo de realizarem intercâmbio com o sindicato de uma pequena cidade do interior nordestino. Alguns destes se propunham financiar a estada dos líderes salineiros em suas entidades para discutirem assuntos de interesse comum. A atuação do Sindicato extrapolou efetivamente o âmbito municipal, em 1961, ainda durante o governo de Jânio Quadros. Exemplo disso é o deslocamento de várias lideranças salineiras para Cabo Frio, no Rio de Janeiro –, aproveitando as discussões do Contrato Coletivo de Trabalho no Distrito Federal – em apoio aos trabalhadores de salinas da região. Com Floriano Bezerra de Araújo, representante dos operários salineiros de Macau, seguiram: José Barbalho Bezerra, seu primo, Antonio de Lima Souza, mais conhecido por Antônio Tenório e Joel Martins do Nascimento, o Joel Paulista, sindicalistas de Mossoró. Todos eles imbuídos do mesmo propósito: contribuir com a mobilização dos trabalhadores de salinas do Sudeste[145].

O líder da categoria salineira de Macau conseguiu autorização de Percival Barroso, então Ministro do Trabalho, para ingressar na Usina de Transformação do Sal, instalada em Cabo Frio com tecnologia francesa. Seguindo o raciocínio exposto em seu depoimento, enquanto os demais sindicalistas despistavam os observadores visitando as dependências da Usina, Floriano conversou com os trabalhadores acerca de suas condições de trabalho. Pregou a mobilização e a resistência, porém

[145] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, ex-líder do Sindicato dos Salineiros de Macau, em 02 / 10 / 2001

advertiu para os riscos inerentes: "Eu dizia [...]: vai haver repressão e não vai ser pouca. Todo mundo se prepare. Uns podem ser presos, outros podem ser mortos. Mas o fato é que a categoria precisa [...] sair dessa escravidão em que está vivendo" [146] (Informação verbal). Cerca de dois meses após o retorno dos sindicalistas potiguares, ocorreu deflagração de expressiva greve entre os salineiros de Cabo Frio. Como previsto, o Exército mobilizou em torno de 2000 homens na repressão, alegando infiltração comunista na cidade.

A estratégia utilizada pelos trabalhadores, porém, surtiu efeito. Os operários misturaram-se aos participantes do movimento religioso municipal em homenagem a São José. Assim, quando centenas de pára-quedistas saltaram sobre Cabo Frio, a mando do Ministro da Guerra, encontraram uma procissão de São José nas ruas do município. Os trabalhadores, a essa altura, já tinham assinado o Contrato Coletivo e a greve obtivera êxito, inserida no contexto religioso local[147]. Significativa parcela de tal mobilização ocorreu em função do trabalho realizado pelas lideranças salineiras do Rio Grande do Norte. Em meio a estas, as de Macau.

Decorreu das mobilizações alinhadas, entre outras, a repercussão nacional adquirida pela atuação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal. Em tal contexto, a categoria, em parte composta de trabalhadores do campo deslocados para o trabalho sazonal

---

[146] Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada.
[147] Idem.

nas salinas, historicamente sem voz ativa na sociedade brasileira, vê-se representada por uma entidade que reivindicava, e até certo ponto conquistava, seus direitos no campo das lutas sociais e ousava materializar a utopia. Dessa forma, o Sindicato representava para os operários de salinas de Macau, embora de início muitos não tivessem ciência, uma verdadeira *escola de cidadania*. Decorre daí sua relevância histórica, a exemplo do acontecido no País, uma vez que "para a maioria dos trabalhadores [...] o sindicato aparece como o lugar onde, pela primeira vez, tiveram acesso à noção de direitos e deveres, onde experimentaram o sentimento de pertencimento e de uma existência coletiva e social" (FERREIRA, 2001, p.30).

Trabalhadores, sindicato, política e sociedade.

A crescente importância do sindicato dos trabalhadores de salinas ganhou visibilidade material com a construção da sede própria na rua Café Filho[148]. Sua dimensão política, contudo, só despertou maior reação, quando lideranças dos trabalhadores salineiros ultrapassaram a atuação sindical e ingressaram na política partidária municipal. Em fins dos anos 50 e início dos anos 60, Evaristo Lopes da Silva candidatou-se a vereador e Floriano Bezerra a Deputado Estadual. O maior impacto,

[148] O logradouro público no qual estavam localizadas, tanto a antiga quanto a nova sede, teve três designações anteriores: Praça da Bandeira, Praça do Cruzeiro e Praça Café Filho. No início dos anos 60, por determinação da Câmara Municipal, passou a denominar-se rua Café Filho. Cf. Processo 28/60, registrado na Câmara Municipal de Macau (apud BARROS, 2001, p.87-88).

entretanto, ocorreu quando Venâncio Zacarias de Araújo ousou lançar, em 1957, sua candidatura à Prefeitura Municipal e se desvencilhar dos antigos laços que o vinculavam aos controladores da política local. Em outras palavras, a família Melo. Quando Venâncio decidiu ser candidato a prefeito de Macau o Dr.José Augusto Varela, aliado dos Melo, tentou dissuadi-lo. Argumentou que Albino Melo seria o *cabeça de chapa* e Venâncio deveria aceitar o cargo de vice. A proposta foi rechaçada por Floriano Bezerra, como está claro nas declarações de aliados: "Aí Floriano nesse tempo já tinha influência, já era 57, disse não senhor. O velho é candidato. [...] papai será candidato a Prefeito. Aí foi quando eles *abriram*. Venâncio *abriu* com os Melo para ser candidato"[149] (Informação verbal). Daí em diante, foi organizada a campanha que marcou época em Macau. Um homem de origem humilde, com o apoio do movimento sindical, desafiou a sólida oligarquia Melo, grupo que deteve o poder político municipal por mais de 20 anos. Da ousadia de Venâncio Zacarias surgiu posteriormente a facção política, cujo simpatizante era popularmente chamado de Tijibu (BARROS, 2001).

[149] Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, ex-funcionário do SESTIS, em 18 de maio de 2002.

Figura 9 – Na campanha de 1957, Albino Gonçalves de Mello (à esquerda) perdeu o controle da Prefeitura Municipal de Macau para Venâncio Zacarias de Araújo (à direita), líder dos trabalhadores de salinas.
Fonte: SILVA, Luiz Gonzaga da. 2001, p. 47-63.

A candidatura de Venâncio teve considerável repercussão na cidade e exacerbou os ânimos da população. A campanha transcorreu em clima de acentuado radicalismo e ao seu término apresentou surpreendente resultado: Venâncio Zacarias de Araújo, ex-trabalhador rural e de salinas, fundador do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, venceu a eleição derrotando Albino Gonçalves de Melo por 478 votos de maioria (SILVA, 2001). Tal campanha representou no imaginário popular a luta do rico contra o pobre e perdurou por muito tempo na memória coletiva do município, como expressa matéria publicada, em 1993, na imprensa local. Nesse contexto, o mais idoso morador da cidade, Cristino Luiz de França, à época com 99 anos, relembrou saudosista o triunfo de Venâncio

Zacarias: "Seu Venâncio [...] derrotou os ricos com o voto dos pobres"[150]. Para alguns observadores do cenário político macauense, o estreito relacionamento de Venâncio com os mais carentes foi fundamental para a sua vitória. Ele era visto como um homem que falava a língua do povo. Daí a facilidade de comunicação com as massas demonstrada em seus comícios[151].

Figura 10 – Partidário de Venâncio Zacarias comemoram sua eleição para Prefeito de Macau.
Fonte: Arquivo José Horácio de Góes.

Em 1962, ocorreram divergências internas no grupo que apoiava Venâncio Zacarias causando a fragmentação das forças de oposição ao denominado Melo-Varelismo. Na ocasião, Floriano Bezerra de Araújo apoiou a candidatura de Zacarias Francisco Rodrigues, líder dos

[150] *Jornal de Macau*, setembro de 1993, p.11.
[151] Depoimento do ex-Deputado Estadual Hermano de Paiva Oliveira, filho de Horácio de Oliveira Neto, em 26 de maio de 2002.

Marítimos, ligado ao PCB, com expressivo apoio dos trabalhadores, a Prefeito da cidade, tendo como companheiro de chapa Ivo Ferreira dos Santos, ligado ao *Sindicato dos Salineiros*[152] por meio do SESTIS. Por outro lado, Venâncio Zacarias apoiou para Prefeito Horácio de Oliveira Neto, cujo vice era Vladimir Limeira. No outro extremo, as forças tradicionais da política municipal, que inicialmente divergiram quanto à candidatura majoritária, apararam arestas e marcharam unidas em torno do nome de Albino Gonçalves de Melo, tendo José de Arimatéia como Vice. Essa divisão das forças de oposição à tradicional família Melo, cujo sustentáculo econômico incluía o controle da empresa Severo & Irmão, proprietária de salinas, foi considerada como decisiva para a derrota das forças populares[153].

Segue-se daí que: "Em 28 de novembro de 1962, Albino Melo iniciou o seu segundo mandato de prefeito, desfrutando de [...] prestígio junto a personalidades [...] do estado, tais como Dr. José Augusto Varela, Aluízio Alves, Sílvio Pedroza" (SILVA, 2001, p.50), entre outras.

A intervenção na política partidária deu nova projeção ao *Sindicato dos Salineiros*. Apesar de ter como base uma categoria formada por gente simples, em geral despolitizada e com elevado índice de analfabetismo, congregava o mais numeroso grupo de trabalhadores da cidade. Isso proporcionava, apesar das limitações citadas, um peso

---

[152] Expressão popularizada no município para designar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

[153] Visão partilhada por vários entrevistados, tais como: Ivo Ferreira dos Santos, Mery Medeiros da Silva e Hermano Paiva.

político incontestável à entidade em contexto histórico marcado pela crescente inserção dos trabalhadores ao cenário público. Nesse sentido, o apoio dos trabalhadores de salinas aliado às demais categorias, como Marítimos e Estivadores entre outras, marcou o avanço das forças que levaram Floriano Bezerra de Araújo a conquistar, em 1958, uma cadeira na Assembléia Legislativa do estado com 2.224 votos[154]. Sua reeleição, em 1962, com 2.747 votos reafirmou o apoio dos trabalhadores à sua candidatura[155].

Figura 11 - Floriano Bezerra de Araújo, em campanha para a Assembléia Legislativa. Fonte: Arquivo Floriano Bezerra.

Sem dúvida, suas consecutivas eleições eram frutos de uma coalizão de força dos trabalhadores. Não obstante, realçaram a

[154] Cf. Ata da sessão pública do TRE-RN, de expedição solene dos diplomas aos eleitos no pleito de 3 de outubro de 1958, realizada em 5 de dezembro de 1958.
[155] Cf. Ata geral de proclamação dos resultados do TRE-RN, das eleições procedidas no estado do Rio Grande do Norte, em 7 de outubro de 1962, realizada em 26 de novembro de 1962.

importância do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, por uma razão perceptível: era impraticável desvincular sua imagem e candidaturas da organização sindical. Na segunda campanha, Floriano concorreu na região de Macau com mais quatro candidatos: Leôncio Miranda, então gerente do Grupo Matarazzo no município, Dr. Gilberto Avelino, advogado, e Dr. Hélio Dantas, também advogado, que tentava a reeleição. Dos concorrentes foi o único a obter êxito em uma cidade com o eleitorado dividido entre várias opções (DANTAS, 1998).

O efervescente cenário político de princípios dos anos 60 no Brasil provocava significativa repercussão em Macau. A intensa mobilização do movimento sindical atingiu tamanho patamar que a cidade foi sugestivamente denominada de *Moscouzinho* (COSTA, 2001, p.157), em alusão à crescente influência das forças ligadas ao PC e outras correntes de esquerda, inclusive nacionalistas. Essa díspar composição de forças no sindicalismo local, de certa forma, traduzia o impasse vivenciado pelo PCB no plano nacional, dividido entre o nacionalismo em ascensão entre as classes trabalhadoras e o seu internacionalismo programático. Foi sob esse impasse que o Partido Comunista atuou no meio sindical (RODRIGUES, 1986). Como reflexo desse contexto, temos a organização, em 1959, do Diretório Nacionalista em Macau, com expressiva presença no meio sindical. Sua direção coube ao líder salineiro Floriano Bezerra, também responsável pela edição do jornal da

entidade, cuja consulta permite vislumbrar o clima político reinante na cidade[156].

Sob a orientação do Diretório Nacionalista, as comemorações do Dia do Trabalho costumavam atrair considerável participação dos trabalhadores, como as ocorridas em 1961 no coração da cidade, a Praça da Conceição. Na ocasião, estiveram presentes representações dos mais expressivos sindicatos do município[157]. Entre as mobilizações desencadeadas pelo organismo nacionalista em Macau encontra-se a arregimentação realizada durante o Plebiscito[158] de 6 de janeiro de 1963, cujo resultado foi contrário à manutenção do Parlamentarismo[159] no Brasil. Na prática, esse desfecho implicava o retorno ao Presidencialismo e apoio a João Goulart, Presidente da República que retomaria suas prerrogativas constitucionais, limitadas quando da implantação do sistema parlamentarista160. A identificação de Goulart com os setores nacionalistas da sociedade brasileira atraíra para si apreciável apoio. No

---

[156] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, líder do diretório Nacionalista em Macau, em 27 / 05 / 2002.

[157] Cf. *O Nacionalista*, nº 81, ano III, p.4. , de 07/05/2002 (apud BARROS, 2001, p.97).

[158] Resolução submetida à apreciação popular. Em 1963, o povo brasileiro foi consultado a respeito da permanência ou não do sistema parlamentarista de governo.

[159] Sistema político no qual o Primeiro-Ministro, e não o Presidente da República, respaldado pelo parlamento, exerce o efetivo governo da nação. No início dos anos 60, foi implantado no Brasil, como estratégia para reduzir os poderes de João Goulart, quando da ascensão deste à presidência por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

[160] Depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, ex-funcionário do SESTIS, à época ligado ao Diretório Nacionalista de Macau, em 18/05/2002.

Rio Grande do Norte, o resultado do Plebiscito apresentou 89,59% dos votos contrários à manutenção do Parlamentarismo. Em Macau esse apoio a João Goulart já ficara patente desde as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, realizadas em 3 de outubro de 1960. Na ocasião, Goulart teve a maior votação para a Vice-presidência no município, com 2.058 votos, o equivalente a cerca de 50% dos 4128 eleitores que compareceram às urnas[161].

Figura 12 - Desembarque do Embaixador Lincoln Gordon.
Fonte: Diário de Natal, 04/05/63, p. 6.

Outra mobilização nacionalista de impacto na sociedade local aconteceu em maio de 1963. Nessa conjuntura, o então embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, esteve em visita oficial à cidade para, entre outros objetivos, conhecer suas salinas e potencialidades do processo de mecanização.

[161] Cf. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos. 5.v. Eleições Federais, Estaduais, realizadas no Brasil, em 1960, e em Confronto com anteriores. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963, p.66.

O Diretório Nacionalista desencadeou uma série de atos de protestos em repúdio à sua presença e deslocou militantes para pichar os muros com frases do tipo *Fora Gordon* e *Abaixo o Imperialismo*. Entre eles, Ivo Ferreira dos Santos, Bento Ventura, Zacarias Rodrigues, Raimundo Sena e Zé de Damiana. A repressão não tardou. A mando do Prefeito Albino Melo, a polícia prendeu alguns membros do grupo e os demais fugiram. Estes, às 6 horas da manhã, convocaram uma Assembléia dos trabalhadores a ser realizada no Sindicato dos Marítimos. O comparecimento dos trabalhadores foi maciço nos protestos: "a cidade foi mobilizada, João Sena impetrou Hábeas-Corpus e Dr. Elias Borges deu 10 minutos para os homens serem soltos. Não foram [...] Dr. Elias foi lá [...] e soltou o pessoal; [...] saímos em passeata do Quartel de Polícia até à sede do Sindicato"[162] (Informação verbal). A mobilização transcorreu durante toda a visita do representante do governo norte-americano, com ampla participação popular e causou viva impressão entre os macauenses. Estávamos às vésperas da ascensão dos militares ao poder e não seria despropositado afirmar o razoável impacto que o episódio causara ao Embaixador norte-americano. O que dizer de tamanha mobilização dos trabalhadores de uma pequenina cidade brasileira?

Esse crescimento da força dos trabalhadores no cenário público despertou consideráveis preocupações em variados segmentos da sociedade local. Inclusive na Igreja, cuja orientação ainda tinha como

[162] Depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

base a *Encíclica*[163] *Rerum Novarum*. De acordo com o referido documento as desigualdades são naturais e necessárias ao homem, cabendo aos Estado apenas intervir para que haja colaboração entre o capital e o trabalho (CÂNDIDO FILHO, 1982). De certa forma, essa visão esteve presente nas ações da Igreja em Macau sob a liderança do Padre João Penha Filho, reverendo responsável por significativo trabalho no campo educacional, do qual resultou o primeiro colégio secundário da cidade, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição (PENHA FILHO, 1983).

A sessão de fundação do Ginásio ocorreu em 26 de junho de 1956, às 18h30min, no salão da residência paroquial, situada na Praça da Conceição. Os trabalhos foram dirigidos pelo Padre Penha que, em suas explanações, salientou "os benefícios que traria o mesmo à juventude macauense que, assim, poderia [...] preparar-se física, moral e intelectualmente no próprio meio [...] elevando o nível cultural da nossa terra" (apud BARROS, 2001, p.95). Discutido e aprovado o estatuto, procedeu-se à eleição e posse da primeira diretoria da instituição. A presidência ficou sob a responsabilidade do Monsenhor Joaquim Honório da Silveira; a vice-presidência coube ao sr. Alfredo Teixeira de Souza, a Secretaria foi assumida por Anaíde Dantas e a Tesouraria por Luís Xavier da Costa[164].

---

[163] Documento pontifício, cujas diretrizes norteiam as ações da Igreja.
[164] Cf. a Ata da Sessão de Fundação do Ginásio Nossa Senhora da Conceição (apud BARROS, 2001, p.95).

Até então, e isso perdurou por certo tempo, as famílias de melhores condições econômicas enviavam seus filhos para realizarem os estudos ginasiais em centros maiores como Natal, Fortaleza e Recife[165]. Essa dispersão dos estudantes macauenses por outros centros educacionais, aliada ao controle da Igreja sobre o primeiro colégio secundário da cidade, são elementos não desprezíveis quanto às razões da relativa ausência estudantil nas mobilizações políticas ocorridas na cidade. Paralelo a isso, o avanço das lutas sociais no Brasil acirrou os conflitos trabalhistas e encontrou em um segmento da Igreja a preocupação em amenizar tais confrontos por meio de uma postura conciliatória que, se por um prisma seguia os postulados cristãos, sob a ótica do Vaticano, por outro, freava o movimento de organização dos trabalhadores mais combativos.

A ação da Igreja em Macau, no período em análise, é vista por alguns com reservas, especialmente por essa postura *amaciante* dos conflitos entre capital e trabalho[166]. Conflitos que foram exacerbados no contexto aqui estudado. Sob a ótica de vários entrevistados, essa postura privilegiava os interesses patronais em detrimento da efetiva organização dos trabalhadores, como se pode observar na declaração a seguir: "Eu acho que Padre Penha teve um papel importantíssimo na educação dos

---

[165] Conforme depoimentos do Dr. Laércio Medeiros Bezerra, ex-Promotor da Comarca de Macau, em entrevista de 06/06/2002, e do ex-Deputado Estadual, à época estudante, Dr.Hermano Paiva, em depoimento de 26/05/2002.

[166] Interpretação compartilhada por vários entrevistados, tais como: Ivo Ferreira dos Santos, Mery Medeiros da Silva e Floriano Bezerra de Araújo.

jovens em Macau, mas também ele fazia um tipo de política que servia aos poderosos[167] " (Informação verbal). As críticas não poupam nem a atuação do Padre José Luiz, à época em Macau, justamente aquele que no entendimento de outros observadores dava uma conotação mais avançada às posições da Igreja na cidade. Para um ex-funcionário do *Sindicato dos Salineiros*, ele era um Padre de cultura européia que defendia a organização dos trabalhadores sob a estrita visão da Igreja, e não no sentido do avanço social mais amplo, inclusive político. De forma que a atuação de ambos os sacerdotes, segundo sua avaliação, acabava atendendo aos interesses do poder[168].

Outro flanco das questões presentes em tal cenário é a propagação do anticomunismo, com ampla repercussão entre os trabalhadores e suas organizações. Esse é um componente indispensável para entendermos os acontecimentos que redundaram na ascensão do grupo civil-militar ao comando do Estado brasileiro, em 1964. Convém aqui buscarmos alguns subsídios que esclarecem sua propagação entre nós. Nesse sentido, Rouquié (1984) afirma que a América Latina não era, até a década de 1950, área de alta prioridade defensiva para os EUA. Nessa região do Hemisfério Ocidental, esclarece, o comunismo ainda não representava um risco iminente para o governo norte-americano. O foco estava então na Ásia, sob os efeitos da Guerra da Coréia. Apesar

[167] Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.
[168] Depoimento do Dr.Ivo Ferreira dos Santos, ex-funcionário do SESTIS, em entrevista citada.

disso, em março de 1954, os EUA induziram a votação de uma resolução, em conferência interamericana, condenando o comunismo e alertando que "a instauração de um regime comunista no continente coloca em perigo a paz" (ROUQUIÉ, 1984, p.159-160). Essa situação mudou no início dos anos 60, com a instalação de um Estado socialista em Cuba, a cerca de duzentos quilômetros do território dos EUA.

Cuba passou a representar um risco concreto e redefiniu a política externa dos Estados Unidos para a região. O regime político instalado em Havana passou desde então a ser classificado como séria ameaça para a supremacia norte-americana sobre a América Latina. A partir disso, o conteúdo do auxílio militar americano ao Continente também foi revisto. A estratégia contra-revolucionária passou a privilegiar armamentos leves e "uma ideologia profundamente anticomunista" (ROUQUIÉ, 1984, p.160). A reorientação promovida pelo Presidente John Kennedy fortaleceu as ligações do Pentágono com as Forças Armadas da América Latina e conferiu conotação essencialmente política à colaboração norte-americana, em contraposição à subversão comunista. De modo que desde março de 1962 a junho de 1966, ocorreram nove golpes de Estado no Continente, com o beneplácito dos EUA. Em não menos de oito casos, afirma Alan Rouquié (1984, p.68-69), "o Exército eliminou preventivamente um governo considerado muito fraco diante dos movimentos populares ou do 'comunismo', ou ainda acusado, como no caso [...] do Brasil, de querer efetuar por sua própria conta reformas 'subversivas' ". É nesse contexto de alinhamento das Forças Armadas

brasileiras à órbita de influência norte-americana que devemos buscar uma das raízes da pregação anticomunista.

Em Macau, encontramos manifestações anticomunistas, entre outras, em processo de 1951, registrado no Fórum da cidade[169]. Nesse, dois indiciados, Raimundo Eugênio do Nascimento e José Ribamar dos Santos, são acusados de introduzirem na passeata que comemorava a vitória de Dix-Sept Rosado Maia ao governo do estado cartazes que, segundo as autoridades policiais, era propaganda comunista, com os seguintes teores: " 'Liberdade Sindical'; 'queremos terra para os camponeses'; [...] 'ninguém para a Coréia';[...] 'queremos água'[...]" (apud BARROS, 2001, p.72). No mesmo processo, o então Delegado de Macau, Tenente Pedro Nunes de Souza, notifica Antônio Militão de Oliveira, nos seguintes termos: uma vez que "tomara parte na passeata [...] conduzindo um cartaz de propaganda comunista, com os dizeres 'queremos água', determino a sua intimação [...] a fim de ser qualificado e interrogado sobre a acusação que lhe é feita" (apud BARROS, 2001, p.73). Não está claro no processo, qual risco traria para a sociedade macauense alguém empunhar cartazes com tais conteúdos e muito menos o que era ser comunista.

O anticomunismo, contudo, se disseminava na cidade, assim como em todo o Brasil, e gradualmente era incorporado pelo imaginário coletivo. Alguém ser acusado de comunista representava algo grave, muito embora a maioria da população sequer soubesse o porquê. Assim

[169] Cf. Processo 520/51 fls. 4, 5, 8 e 14. (apud BARROS, 2001, p.72-73).

como os hereges[170] da Idade Média foram literalmente evitados, e contrariando um princípio jurídico, eram culpados até provas em contrário. Em outro processo, este de 1950, citado pelo mesmo autor, encontramos novo indício do anticomunismo na cidade. Durante uma manifestação pública, o denunciado, José de Damiana, é acusado de arruaça e de ser simpatizante do comunismo, nos termos a seguir: "acresce notar que o dito indivíduo é tido como simpatizante 'COMUNISTA'[...]" (apud, BARROS, 2001, p.94). O que torna fatível deduzir a hipotética condição de simpatizante comunista como um agravante na acusação apresentada.

Ao contrário do que se dizia a respeito de Macau nos anos 50 e 60, a cidade nunca chegou a possuir um número significativo de militantes comunistas. Havia sim, alguns militantes do PC ligados ao movimento operário-sindical, responsáveis por considerável mobilização dos trabalhadores, em decorrência das alianças com os militantes nacionalistas e das condições favoráveis existentes no País. Entre estes, Zacarias Rodrigues, Bento Ventura, Raimundo Bernardino de Sena e José de Damiana, popularmente conhecido como *Zé Boca de Tanque*[171]. Há inclusive quem polemize e afirme que não houve um movimento de esquerda em Macau; que a pretensa esquerda era uma bandeira para a

[170] Pessoas que professam doutrinas ou idéias contrárias aos pressupostos da Igreja e que, especialmente na Idade Média, estavam sujeitas a severas punições.
[171] Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

perpetuação do poder sobre os sindicatos[172]. Não obstante, o anticomunismo se fez arraigado em Macau. Exemplo disso tivemos na campanha de 1962, para a Prefeitura Municipal, aquela cujo rompimento do grupo que apoiou Venâncio Zacarias acabou possibilitando a vitória de Albino Melo.

Nessa campanha, o candidato a Prefeito Zacarias Francisco Rodrigues, líder dos marítimos e veterano militante comunista (MEDEIROS, 1984), com o apoio dos salineiros que indicara o vice, Ivo Ferreira dos Santos, representava uma real possibilidade de vitória. O *risco* do triunfo de um candidato comunista mobilizou inclusive os representantes da Igreja no município. A partir daí, afirma Ivo Ferreira dos Santos: "Padre Penha, juntamente com Padre Zé Luiz, inventaram umas missões exatamente para pregar o anticomunismo, porque Zacarias Rodrigues era o candidato a Prefeito"[173] (Informação verbal). Não temos dados para avaliar com segurança até que ponto essas missões influenciaram, ou não, no resultado do pleito. De concreto, temos que ocorreu a derrota de Zacarias Rodrigues, resultado historicamente lamentado pelas forças nacionalistas no município.

Quando da deflagração do Golpe de 1964, esse anticomunismo tornou-se ainda mais evidente e contribuiu para que muita gente da cidade fosse presa indevidamente, como se percebe no seguinte

---

[172] Esta foi a posição externada, por exemplo, por Dr. Laércio Medeiros Bezerra, em entrevista citada.
[173] Dr. Ivo Ferreira dos Santos, entrevista citada.

depoimento: “Prenderam Zé Vicente, um velho analfabeto de pai e mãe, e perguntaram se ele era comunista, aí ele disse: ‘ora se cumpadre Venâncio é comunista eu também sou! Eu fazia exatamente o que ele fazia’ ”[174] (Informação verbal). Zé Vicente era um homem simples, figura folclórica entre os salineiros, que não tinha, segundo entrevistados, a menor idéia do que fosse o comunismo. Apesar disso, a acusação que pesava sobre ele era a sua condição de possível comunista. Em outro episódio, por ocasião da intervenção no Sindicato dos Salineiros, um militar que esperava encontrar elevada concentração de comunistas entre os trabalhadores ironizou e comentou para um companheiro de farda: “isso aqui tá fedendo a comunista”, recebendo em troca a seguinte pergunta de um operário das salinas: “o que o Sr. Quer dizer com isso? O que é comunista, me explique, por caridade, o que é ?”[175] (Informação verbal). O desfecho do diálogo foi que, de acordo com o depoimento, o Sargento que comandava o grupo de soldados concluiu tratar-se de inofensivos trabalhadores sem qualquer conhecimento acerca do comunismo.

O anticomunismo que foi responsável em Macau pelas prisões de lideranças como Floriano Bezerra e Zacarias Rodrigues, e figuras anônimas, como Zé Vicente, alcançou, de forma contraditória, o próprio Padre João Penha Filho, que chegou a ser ameaçado de prisão pelo regime instalado em 1964 (PENHA, 1983). Exatamente o pároco que

---

[174] Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.
[175] Conforme depoimento de *Luís Cachimbo,* em entrevista citada.

comandara missões anticomunistas em Macau. O fato nos lembra as reflexões de Arendt (1995), para quem a tirania ao se instalar provoca a dupla debilidade de governantes e governados a partir de sua clássica característica: a tendência ao isolamento. Decorre daí a generalizada onda de temores e desconfianças entre os vários segmentos da sociedade quando, a priori, todos são suspeitos de conspiração e má-fé.

4 A DESTRUIÇÃO DA UTOPIA

4.1 – Antecedentes: A Ampliação do Espaço Público no Brasil

Desde a emancipação política brasileira, no primeiro quartel do século XIX, até meados do século seguinte tivemos elevada restrição no acesso à cidadania, além de fugazes contatos com a liberdade e a democracia. A cidadania tem seus alicerces em três componentes: os direitos civis, políticos e sociais, dos quais os direitos ao voto, ao pluripartidarismo e à livre associação compõem a cidadania política (HAGUETTE, 1994). No Brasil, a estreita visão acerca da política conferiu, historicamente, desmedido peso à participação no jogo eleitoral. Decorreram daí constantes limitações do eleitorado, reduzindo o acesso a um componente dos direitos políticos. Foram vários os artifícios legais utilizados, desde o critério censitário[176], entre outros, até o critério da alfabetização.

Em 1872, por exemplo, a participação no sistema eleitoral brasileiro era de apenas 11% da população. Declinou com o advento da República e atingiu, em 1906 (embora extinto o critério censitário), o irrisório índice de 1,4%. Em 1930, 108 anos após a Independência, elevou-se para 5,7%. Na Era Vargas[177], com a Constituição de 1934,

---

[176] Que limita a participação no jogo eleitoral a cidadãos com renda preestabelecida.

[177] O período de 1930 a 1945 é, em geral, definido pela historiografia nacional como a *Era Vargas*.

chegou a 13,4% e só depois da redemocratização do País, no período compreendido entre 1945 e 1960, esse percentual atingiu cerca de 16,7% (FERREIRA, 2001). Os dados não deixam dúvida quanto à preocupação em restringir o eleitorado e, por conseguinte, um dos componentes da cidadania: o direito ao voto.

Outro elemento da cidadania política, o direito à livre associação – devido à sua vinculação com as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e sobrevivência – , durante longo período da nossa história, foi *combatido* no âmbito policial. Em concepção sedimentada na historiografia nacional, o governo do Presidente Washington Luís personificou a aversão das elites às mobilizações dos trabalhadores e suas organizações sindicais ao qualificar a questão social na República Velha, como caso de polícia (FAUSTO, 1972). Aqui a justificativa utilizada não tinha específica fundamentação legal, como a empregada nas restrições eleitorais. Procedia de compreensão autoritária da sociedade refratária a novos atores sociais, individuais ou coletivos, que ousassem adentrar ao cenário político brasileiro.

Assim como a história, o processo de construção da cidadania não é linear: "dependendo da correlação de forças entre as várias entidades sociais em presença – Estado, condições de desenvolvimento econômico, político e social – a cidadania poderá expandir-se, manter-se estacionária ou mesmo regredir" (HAGUETTE, 1994, p.18). Nessa perspectiva, no início da década de 1960, a conjuntura política apresentava considerável alargamento do espaço público e da cidadania

no Brasil. Especialmente se tomarmos como base concepções mais abrangentes do que sejam política e espaço público. A partir desse raciocínio, quando os homens se reúnem na prática do discurso e da ação tornam possível o que Hannah Arendt classificou de o espaço da aparência. Esse espaço, apesar de constituir a esfera pública, é anterior à sua concreta formalização. Antecede, inclusive, a composição de qualquer forma de governo. Diferente dos artefatos ou espaços fabricados pelas mãos humanas – que adquirem certa independência em relação ao criador – sua existência está literalmente condicionada à convivência entre os homens. Daí que a ação e o discurso necessitam, para a efetivação, estar envoltos naquilo que Arendt (1995) denominou de teia de relações humanas, cuja urdidura é tecida por atos e palavras no convívio entre nossos singulares semelhantes. Em outras palavras, a liberdade é um componente imprescindível para a concretização do espaço público e tal espaço é, em essência, de natureza política.

O processo de formação do espaço público – nos termos propostos por Arendt (1995) – conquistou no Brasil considerável avanço no princípio dos anos 60 do século XX. Em tal contexto, novos atores sociais foram incorporados ao cenário político nacional. Entre estes, os trabalhadores e suas organizações desempenharam relevantes papéis. Expandia-se um componente dos direitos políticos: o direito de associação. A exemplo disso, temos que, depois de importantes manifestações paredistas, foi realizado o III Congresso Sindical Nacional,

do qual resultou a criação do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores (BANDEIRA, 1983).

Na prática, a organização dos trabalhadores desdenhava a legislação vigente, contrária à formação de centrais sindicais e ocupava espaço na sociedade, fora dos parâmetros burocráticos estabelecidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. A partir de então, seguindo a avaliação de Bandeira (1983), ataques desferidos por setores conservadores contra o CGT visaram minar a estrutura sindical no Brasil, à época principal canal de participação dos trabalhadores. Assim, pretendia-se impedir a representação destes no cenário político. Como adverte Haguette (1994, p.17), enquanto processo histórico a construção da cidadania, assim como do espaço público, não é "isenta de conflitos, mas, diversamente, onde quer que se encontre, ela está envolta em conflitos". Malgrado posições em contrário, vivia o Brasil, até março de 1964, sob considerável expansão do espaço público, caracterizada na pluralidade dos atores sociais envolvidos, realidade em magnitude nunca dantes existente no País.

Figura 13 – Posse da nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – C.N.T.I., em Janeiro de 1962. A luta pela unidade era a palavra de ordem.
Fonte: Arquivo Pretextato Cruz.

É sintomática de tal contexto a declaração do Presidente João Goulart – apesar de não gozar de apoio irrestrito do movimento sindical – a respeito da emergência dos trabalhadores na cena pública: "não podemos considerar subversivos nem ilegais, movimentos pacíficos do povo [...], pois estaríamos negando a própria democracia" (BANDEIRA, 1983, p.36). Nesse sentido, o CGT representou, durante o governo João Goulart, a mais expressiva organização do sindicalismo brasileiro, simbolizando o avanço dos trabalhadores no cenário político nacional. Configurava-se um panorama caracterizado por crescente participação popular e marcante radicalização política, como atesta a seguinte análise:

"a partir das greves gerais de 1962 e [...] após Goulart ter obtido plenos poderes presidenciais no plebiscito de janeiro de 1963, o populismo [...] facilitou [...] maior participação dos líderes sindicais no processo político" (ERICKSON, 1979, p.86). As palavras do autor aludem a uma categoria utilizada amiúde para explicar, no período citado, as complexas relações entre o Estado e as organizações dos trabalhadores: *o populismo*.

Ao analisarem a trajetória histórica do conceito, recentes estudos rejeitaram as formulações que conferem às organizações sindicais papel pouco além de marionetes de um Estado que a todos manipula. Nessa percepção, contrapõem a idéia de pacto à manipulação unilateral presente em determinadas análises do populismo. Essa perspectiva enxerga relativo equilíbrio nas relações caracterizadas como populistas, uma lógica ambígua, contraditória, mas de mão dupla: "tanto autoritária quanto democrática. Um equilíbrio [...] instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos setores populares, sobretudo em situações de crise econômica ou política" (ANDRADE apud GOMES, 2001, p.42). Esse *equilíbrio instável* possibilitou que de reféns da estratégia conciliatória engendrada por líderes *populistas*, as lideranças mais combativas dos trabalhadores buscassem se desembaraçar da dependência estatal. Desse modo, vários autores relativizam a relação entre os trabalhadores e o Estado brasileiro, sob o populismo, ao caracterizá-la como "relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente" (GOMES, 2001, p.47).

As organizações sindicais dos trabalhadores utilizaram pragmaticamente o espaço político disponível e avançaram. A estruturação do CGT, por exemplo, é resultante da fase então vivenciada pelo movimento sindical brasileiro. Podemos e devemos questionar esse avanço esmiuçando suas limitações. Podemos, inclusive, circunscrevê-lo ao âmbito do amparo estatal, especialmente sob o manto do Poder Executivo, na figura do Presidente João Goulart. Mas, seria o então supremo mandatário da Nação o sustentáculo responsável pelo avanço das organizações sindicais brasileiras? Como se portaram os dirigentes sindicais, em momentos cruciais, diante das posições hostis do Presidente em relação às suas reivindicações? Alguns estudos nos fornecem dados esclarecedores e lançam luzes sobre tais questões. Sólidos indícios estão contidos na seguinte citação:

> Os líderes do CGT influíram com êxito na escolha dos membros do ministério após as greves gerais de julho e setembro de 1962; [...] em fevereiro de 1964 os mesmos líderes sindicais submeteram [...] uma lista de candidatos da qual Goulart selecionou o novo Ministro da Marinha.[...] além disso, **rejeitaram** o pedido de Goulart para cancelar as duas greves gerais de 1962 (BANDEIRA, 1983, p.188, grifos nossos).

Seria o caso de perguntarmos: existem registros convincentes de situações paralelas em nossa história? Ao se debruçar sobre essas questões, Rodrigues (1968) classificou o período aludido como a fase áurea do moderno sindicalismo nacional. Embora reafirme a persistência

de suas variadas deficiências reconhece que, sob um conjunto de fatores favoráveis, aflorou toda a potencialidade do movimento que ultrapassou o plano essencialmente sindical e instalou-se no mais amplo cenário político. Quanto ao papel desempenhado pelo Presidente diante da crescente mobilização dos trabalhadores, assim se posicionou Telles (1981, p.161), traduzindo o pensamento predominante entre os comunistas da época: "[...] o Sr. João Goulart cedia, conciliava, temendo que uma atitude mais enérgica de sua parte pudesse despertar uma ação mais vigorosa das massas".

Figura 14 – Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias do Norte-Nordeste, em Recife – PE.
Fonte: Arquivo Pretextato Cruz

Das análises dos autores, sobressai a ampliação da capacidade de pressão do sindicalismo brasileiro. Tomando-se tais depoimentos como

significativos, parece-nos razoável admitir que a ascensão dos trabalhadores na cena política nacional já não poderia ser explicável apenas com base no consentimento proporcionado pelo sistema populista. Muito pelo contrário, a dinâmica dos acontecimentos potencializou as contradições da sociedade brasileira – bem como do sistema político dominante – e desencadeou um processo que só foi interrompido com a ruptura da legalidade constitucional, em março de 1964[178].

De acordo com Erickson, novas formas de atuação sindical foram implementadas, desde que lideranças combativas substituíram, no início dos anos 60, antigos e inoperantes pelegos[179] nas direções dos mais expressivos sindicatos. A renovação das lideranças não ocorreu de forma automática e generalizada. Mas onde aconteceu, causou impacto.Essas lideranças passaram a agir com crescente autonomia, por meio de suas posições nos sindicatos e estruturas ligadas ao Estado, para obter satisfação às suas reivindicações perante lideranças governamentais. Na sua análise, conclui Erickson (1979, p.17-18): "foi esse poder que dirigiu Goulart para a esquerda, deflagrando a reação direitista que culminou com a tomada do poder pelos militares". Tal interpretação aponta em direção pouco convencional. Apesar de não negar as estreitas ligações dos

[178] Em 31 de março de 1964, ocorreu o golpe militar, respaldado por setores civis, que destituiu João Goulart de suas prerrogativas constitucionais. Para maiores informações, ver: DREIFUSS, René Armand, 1964: A conquista do Estado.

[179] Dirigentes sindicais francamente contrários à mobilização de suas categorias e cujas atuações privilegiam a conciliação com os patrões em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

sindicatos com o aparelho estatal, assinala um dado muitas vezes negligenciado ou subdimensionado: parcela do movimento sindical, inserido no expressivo processo de alargamento do espaço público no Brasil, afastou-se gradualmente do papel secundário a ele atribuído e radicalizou suas posições.

Os reflexos dessa realidade atingiram, dentro de suas peculiaridades, o estado do Rio Grande do Norte e a região de Macau. *Na Terra do Sal*[180], temos como indício desse contexto a criação do Conselho Sindical de Macau, cuja fundação ocorreu em 19 de dezembro de 1959. A sua constituição permite vislumbrar os esforços canalizados para a articulação dos principais órgãos de classe ali existentes. De sua formação participaram os Sindicatos dos Marítimos, Conferentes de Carga e Descarga, Estivadores, Trabalhadores da Construção Civil, Mestre-Arrais e Práticos, e Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau. Em outras palavras, a fina-flor do sindicalismo local. Seu reconhecimento, pela Delegacia Regional do Trabalho, em Natal, ocorreu em 11 de fevereiro de 1960 (apud BARROS, 2001, p.124). O Conselho era uma espécie de intersindical municipal, organizada pelo próprio pessoal da cidade, que atraiu a admiração de líderes como Pretextato Cruz, conforme expressa em sua declaração: "Eu estou dizendo, Macau era tão forte no Movimento que antecipou até as organizações a nível

[180] Designação atribuída a Macau, em referência à sua expressiva produção salineira.

nacional e estadual"[181] (Informação verbal). Pretextato era o dirigente do PCB, designado para realizar o elo entre o estado do Rio Grande do Norte e o movimento sindical no plano nacional. Em Macau, teve estreito contato com a organização dos trabalhadores, dos quais guardou viva impressão.

De acordo com a circular 001/60, que comunicou a sua fundação, o Conselho pretendia coordenar as reivindicações em prol do porto de Macau, e defender os interesses da "coletividade operária desta cidade salineira [...] para que as nossas idéias sejam [...] no futuro coroadas de êxitos [...] para a família operária de Macau" (apud BARROS, 2001, p.124). A primeira Diretoria eleita tinha mandato estipulado até 19 de dezembro de 1960, e da sua composição participaram os principais líderes sindicais de Macau. Na presidência, Zacarias Francisco Rodrigues, do Sindicato dos Marítimos; na vice-presidência, Floriano Bezerra de Araújo, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal; 1º secretário, Amon Gonçalves Melo, do Sindicato dos Conferentes; 2º secretário, Luiz Jeremias da Silva, do Sindicato da Construção Civil; 1º tesoureiro, Henrique Bezerra da Silva, do Sindicato dos Estivadores; 2º tesoureiro, Francisco Xavier da Silva, o Chico Mariano, do Sindicato dos Mestre-Arrais[182].

---

[181] Conforme depoimento de Pretextato Cruz, em 27 de abril de 2002.

[182] Cf. Circular 001/60, do arquivo da Câmara Municipal de Macau (apud BARROS, 2001, p.124).

Estava implícita na criação do Conselho Sindical de Macau a proposta de organização dos trabalhadores no rumo que levasse à unificação de suas lutas. Esse intento, de certa forma, vai ser alcançado quando da criação, no plano nacional, do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores – , não obstante as eventuais divergências existentes com as diversas correntes que o compunham. Ilustra a proposta de unificação das lutas o fato de que, em alguns movimentos grevistas desencadeados no Sudeste do País, no Porto de Santos, por exemplo, algumas categorias de Macau também paralisavam suas atividades por solidariedade e orientação de suas respectivas entidades[183].

No início dos anos sessenta, durante o governo João Goulart, o movimento sindical atingiu expressiva organização em todo o País. Os trabalhadores, historicamente rejeitados no Brasil, assumiram destacado papel de interlocutores no cenário político nacional. No Rio Grande do Norte, essa era a percepção de importantes lideranças sindicais, a exemplo de Pretextato Cruz: "Eu acho que esse Brasil nunca passou, desde a República Velha, um período tão fértil quanto aquele que João Goulart liderou"[184] (Informação verbal). Em Macau, iremos encontrar reflexos dessa nova configuração da sociedade brasileira. Sob tal contexto, acirraram-se os matizes políticos embutidos na atuação dos sindicatos

[183] Conforme depoimento de Mery Medeiros, então jovem militante do PCB, com acentuada atuação partidária entre os trabalhadores de Macau.
[184] Conforme depoimento de Pretextato Cruz, ex-líder dos estivadores de Natal, com sólidos contatos em Macau no contexto aludido, em 27 de abril de 2002.

ligados à extração e transporte do sal, atividades fundamentais para a economia municipal. Nesse clima, ocorreram sucessivas greves acarretando o inevitável confronto entre patrões e empregados (MARIZ, 1985).

Combativos, os líderes operários ligados aos sindicatos da área salineira chegaram a apelar para a intervenção do próprio Presidente da República na defesa dos seus direitos com razoável receptividade. Tinham, inclusive, acesso ao Palácio do Planalto. Tais fatos não são inteligíveis, caso negligenciemos a articulação e o vigor dos sindicatos em um contexto histórico favorável às lutas sociais. Em Macau, essa atmosfera foi sensivelmente percebida pelos trabalhadores e materializou-se no avanço de suas organizações. Pode-se contra-argumentar que a liberdade conquistada pelos sindicatos nos planos federal, estadual e municipal ocorreu sob os auspícios de um sistema político permeável às reivindicações dos trabalhadores, por muitos interpretado como herdeiro do populismo varguista (PAIVA,1985). Contudo, alargara-se o espaço público no Brasil com a inserção de novos atores sociais historicamente negligenciados.

Essa conjuntura favorável, na qual destacou-se entre outros o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, assegura Mariz (1985, p.18), "sustentou-se até 1964, quando a crise nacional modificou a situação local". A partir daí, as principais lideranças foram destituídas de suas funções e suas entidades sofreram intervenções, assim como ocorreu em milhares de sindicatos por todo o território

nacional. Começava um período de acentuado retrocesso na construção do espaço público no Brasil. Macau e seu movimento sindical não ficaram imunes. A significativa mobilização dos trabalhadores ali verificada há tempos atraíra as atenções das forças que articularam a conquista do poder, em 1964, e a repressão suprimiu a utopia.

4.2 Dissimulação e Intervenção Militar nos Anos 60.

O crepúsculo do governo João Goulart e a iminente vitória da coalizão civil-militar, alçada ao poder em 1964, tornou-se evidente quando, afirma Skidmore (1988), na tentativa de reverter o quadro desfavorável à sua permanência no comando da Nação, o Presidente buscou apoio do II Exército sediado em São Paulo, principal reduto militar do País, e recebeu como resposta a negativa do seu comandante. Detalhe histórico: a imposição do General Amaury Kruel para defender a legalidade estava condicionada ao imediato rompimento presidencial com as organizações operárias. A esse respeito, assegura Skidmore (1988, p.12-13):"Kruel condicionou seu apoio ao rompimento de Goulart com o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores – liderado por comunistas, e cuja influência os militares não toleravam. Mas o Presidente objetou, alegando que o apoio da classe trabalhadora lhe era indispensável". Em represália, o general confirmou a negativa anterior deixando em Goulart a convicção de que chegara ao final do seu governo. Prognóstico confirmado quando, em 2 de abril de 1964, ocorreu a adesão do III

Exército à mobilização civil-militar que destituiria o Presidente de suas prerrogativas constitucionais. Sediado no Rio Grande do Sul, o III Exército era a última esperança de resistência dos defensores da legalidade. A Goulart não restou outra alternativa a não ser cruzar a fronteira com o Uruguai em busca de asilo político (SKIDMORE, 1988).

O acirramento das lutas sociais e o avanço na organização dos trabalhadores colocaram em xeque toda uma secular estrutura elitista da sociedade brasileira. Sob a perspectiva dos setores conservadores, tamanho risco deveria ser eliminado. De acordo com Erickson (1979, p.195), "Foi exatamente o que fizeram em 1964, quando reprimiram líderes sindicais e [...] excluíram o sindicalismo organizado de participação efetiva no processo político nacional". A partir de então, o movimento sindical sofreu sério revés em todo o País, inclusive em Macau, e mergulhou na longa noite do arbítrio. O retrocesso nas liberdades democráticas, individuais e coletivas seria, daí em diante, a tônica imposta à sociedade.

Ao analisar a natureza do movimento que instalou a supremacia militar sobre a Nação, Andrade (1989) detectou três posições distintas. Na concepção de seus líderes, tal movimento foi uma revolução. Derrubou governos populistas que poderiam, no futuro, implantar uma república sindicalista ou até mesmo comunista em nosso País. Para os depostos, foi um típico golpe militar característico das repúblicas latino-americanas sob a influência dos EUA. Uma terceira corrente interpretativa defendeu a tese contra-revolucionária, levada a efeito em

reação a uma iminente revolução de esquerda no Brasil. Para estes, a repressão à ascensão dos sindicatos e aos ideais comunistas foi a meta primordial. Todavia, segundo Andrade (1989, p.13), "na verdade, em 1964, houve um golpe de Estado, quando as Forças Armadas [...] destituíram um governo legalmente constituído e impedido de realizar as reformas de base que pregava". Na avaliação do autor, a repressão política na região nordestina foi mais acentuada devido à crença reinante nos círculos do poder de que, no Nordeste, o processo de *comunização* fora mais avançado; para contê-lo, só reprimindo. A partir daí, a perseguição foi imposta a todos os suspeitos do regime. Quem reivindicava melhores níveis salariais, elevação no padrão de vida e maior participação política foi sistematicamente perseguido (ANDRADE, 1983).

No Rio Grande do Norte, sentiu-se o impacto de imediato. Ainda no dia 1º de abril de 1964, sob as ordens do exército, ocorreu a primeira detenção política no estado. O então presidente do sindicato da construção civil de Natal, Evlim Medeiros, foi preso à noite nas dependências da Prefeitura da capital. O Prefeito Djalma Maranhão chegou a esboçar uma reação, publicando, na mesma data, uma manifestação defendendo o governo constitucional de João Goulart e oferecendo o espaço físico da Prefeitura para a resistência popular, denominando-a de *Quartel-General da legalidade*. Um dos principais nomes visados pelos deflagradores do Golpe no estado, Djalma Maranhão, acabou preso na tarde do dia seguinte (GALVÃO, 1994). Assim como em todo o País, começa a desarticulação das forças nacionalistas e possíveis

reações no Rio Grande do Norte. Essa desarticulação, segundo Góes (1999), contou com o apoio do Governo Aluízio Alves, denunciado pelo próprio Djalma Maranhão como aliado dos golpistas, em 1964.

Mas como se planejou todo esse processo? Quais foram os mecanismos adotados para justificar a supressão do Estado de direito e os segmentos sociais que implementaram tamanho projeto? As possíveis respostas para tais questionamentos ficarão comprometidas se não considerarmos os artifícios ideológicos e o posicionamento das Forças Armadas – especialmente do Exército – aliadas às forças civis interessadas em conter o *risco vermelho* na desarticulação do governo constitucional de João Goulart.

A concepção de segurança nacional sob a égide militar

Desde a implantação da República, em 1889, "o Exército brasileiro sempre esteve presente nos períodos de crise" (ROUQUIÉ, 1984, p.326). De modo que, ao longo da nossa história, o Exército tem auto-assumido o papel de mantenedor da ordem indispensável ao progresso, divisa de origem positivista[185] que lhe é tão cara, sedimentada no Pavilhão Nacional. A partir dessa perspectiva, esclarece o autor citado: "os militares não são 'cães de guarda' da oligarquia ou do grande capital, mas sim os guardiões do Estado, que é liberado por eles dos agentes

[185] O Positivismo, doutrina do século XIX, elaborada por Augusto Comte, teve importante repercussão entre os oficiais que conduziram a Proclamação da República no Brasil. A divisa Ordem e Progresso, de nossa bandeira, segue a orientação dos ideais positivistas.

considerados, por eles próprios, perigosos ou inúteis" (ROUQUIÉ, 1984, p.336). Foi assim que eles justificaram todas as suas intervenções, inclusive em 1964. Convém indagarmos, então, quais seriam as razões subjacentes na elaboração da concepção de segurança nacional no Brasil dos anos 60. Teriam suas motivações raízes puramente internas ou se estenderiam para além de nossas fronteiras? Quais seriam as diretrizes básicas adotadas por seus formuladores? E suas alegadas justificativas, seriam calcadas no racionalismo ou possuem cunho ideológico[186]?

A montagem do aparato ideológico que deu suporte no Brasil à concepção de segurança nacional, esteve vinculado à organização da ESG[187] – Escola Superior de Guerra, organismo ligado ao grupo de oficiais remanescentes da Segunda Guerra Mundial, com largo prestígio nas Forças Amadas, ligados aos norte-americanos, antigetulistas e simpáticos ao capital internacional. Esse mesmo grupo desempenhou importante papel na implantação da Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina, cujas premissas concediam ao Exército o papel definidor dos prementes objetivos nacionais e justificavam sua tomada do poder, foi concebida interiorizando os valores difundidos sob o clima da *Guerra*

---

[186] O conceito de ideologia é amplo e complexo. Aqui é utilizado em sua acepção dissimuladora da realidade. Conforme Marx (1993) concebeu em *A ideologia alemã* .

[187] A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949, no Governo do General Eurico Gaspar Dutra, sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos norte-americanos e difundida entre os militares da América Latina (TOLEDO, 1983).

Fria[188], responsável pelo acirramento da bipolarização mundial pós-Segunda Guerra.

É sugestiva, para o trabalho aqui desenvolvido, a visita realizada a Macau, no princípio dos anos 60, por um grupo de estagiários da Escola Superior de Guerra. O grupo era liderado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco e tinha como objetivo oficial analisar a indústria salineira norte-rio-grandense, cujo processo de mecanização tinha iniciado pela salina *Unidos*, de propriedade da CCN – Companhia de Comércio e Navegação, à época a maior salina da América Latina. Coube a Manoel Casado, superintendente da empresa, recepcionar a comitiva visitante[189]. Pouco depois, o General Castelo Branco, assentado nos preceitos estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional, seria conduzido, por meio das armas, ao Palácio do Planalto e o processo de mecanização das salinas foi acelerado, com nefastas conseqüências sociais para a região.

Quando os EUA redefiniram sua estratégia para a América Latina – sob os efeitos da crise cubana – os oficiais *democráticos* foram prestigiados em detrimento dos nacionalistas e assumiram temporária hegemonia nas Forças Armadas brasileiras (ROUQUIÉ, 1984)). Foi precisamente a maior liderança dos referidos oficiais que esteve em Macau às vésperas de 1964. A orientação predominante no Exército,

---

[188] Designa o clima de acentuada luta entre dois blocos antagônicos, liderados respectivamente pelos EUA e pela extinta URSS, em busca da hegemonia mundial.

[189] Conforme depoimentos do ex-funcionário da CCN, Francisco de Assis Miranda, popularmente conhecido por Brizola, e do Dr. Laércio Medeiros Bezerra, ex-Promotor da Comarca de Macau, em 06 de junho de 2002.

liderada pelo General Castelo Branco, nivelou os nacionalistas aos comunistas e identificou no Governo Goulart riscos iminentes para o País. Desse modo, na perspectiva do raciocínio aqui exposto, "a mobilização contra Goulart efetua-se em nome de uma ordem constitucional considerada ameaçada pelo comunismo e a demagogia do Estado populista" (ROUQUIÉ, 1984, p.334). Contra essas ameaças, entendiam os militares, deveria ser utilizado o arsenal ideológico fundamentado na Doutrina de Segurança Naciona,l estudada e difundida pela ESG.

A amplitude da Doutrina começou a ser redefinida ainda na década de 50. À temida guerra entre o Oriente e o Ocidente, entre comunistas e capitalistas, acrescentou-se a tese do *inimigo interno*, segundo a qual, "o comunismo aparece como manipulador e incentivador dos conflitos sociais presentes na sociedade brasileira" (TOLEDO, 1983, p.110). O grupo de oficiais liderado pelo General Castelo Branco, responsável por sua implementação, é identificado como o grupo da *sorbonne* brasileira, em alusão à sua formação teórica na Escola Superior de Guerra, o que o diferenciava dos partidários da *linha-dura* pós-64.Sob inspiração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, Castelo Branco defenderia a paradoxal posição que justificaria um golpe em nome da democracia.

Contudo, essa justificativa não expressava uma posição pessoal dentro das Forças Armadas. Pelo contrário, representava todo um grupo no interior da corporação militar. Suas raízes remontam à ESG, da qual

Castelo era um dos principais teóricos. Sua prática política, quando da ascensão à presidência, apenas externaria os elementos ideológicos do seu posicionamento (FIGUEIREDO, 1980). Apesar da marcante presença de oficiais egressos da ESG, às vésperas do Golpe, o Exército não possuía uniformidade política, como se depreende da afirmação do Marechal Odílio Denys, um dos articuladores das forças que derrubaram Goulart: "Em 1960, no Exército, assim como também nas outras armas, havia elementos de esquerda que se apresentavam ostensivamente com um programa de esquerda. [...] prevendo o agravamento desse perigo [...], obtive uma frente [...] contra o comunismo" (SILVA apud ROUQUIÉ, 1984, p.360).

No começo dos anos 60, com o avanço da crise nacional desencadeada, entre outros fatores, pela ascensão de João Goulart à presidência da República[190] – em decorrência da renúncia de Jânio Quadros –, a Doutrina de Segurança Nacional ampliou sua influência na Escola Superior de Guerra e seus docentes, e dirigentes, transformaram-na em núcleo de conspiração defensiva frente ao governo legalmente constituído no Brasil. Assim, o caráter ideológico, contido na definição

[190] De acordo com o texto constitucional, à época vigente no Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, a presidência deveria ser ocupada pelo Vice-Presidente eleito, ou seja, João Goulart. De imediato, setores conservadores da sociedade reagiram de forma desfavorável à sua posse, alegando sua simpatia ao comunismo internacional. Resultou daí, séria crise política, cuja solução negociada foi a implantação do Parlamentarismo no Brasil. João Goulart assumiria a presidência com poderes limitados. Posteriormente, por meio de vitória em plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, a população optou pelo retorno ao Presidencialismo, possibilitando a Goulart assumir, de forma plena, seus poderes constitucionais.

de segurança nacional difundido pela ESG, representou significativo peso no Golpe de Estado de 1964. Apenas 15% dos generais envolvidos em sua articulação e implementação, por exemplo, não a tinha freqüentado (TOLEDO, 1983).

A partir dos fundamentos disseminados pela Escola Superior de Guerra, lideranças sindicais combativas, lideranças estudantis, e intelectuais, ligados ou não às universidades, entre outras instituições, foram definidos como *inimigos internos*, de acordo com a nova concepção de segurança nacional. Dentre seus pressupostos, as fronteiras políticas entre os países, mais que territoriais, seriam ideológicas, e o inimigo, ao invés de provir de ações externas, poderia estar no interior do Brasil. Por uma série de razões, como a intensificação das reivindicações sindicais e a ampliada participação dos trabalhadores na arena política, o perigo deslocara-se dos limites externos para o interno. Para os defensores dessa concepção, o poder político do Estado deveria ser exercido por uma instituição neutra[191], acima dos conflitos sociais de classe. Ou seja, as Forças Armadas.

Identificado o arsenal ideológico como um dos mecanismos utilizados na conquista do aparelho estatal, e conhecidos os inimigos internos definidos pela ESG, convém compreendermos como os interesses externos se fizeram presentes no Brasil, de forma perceptível na

[191] (grifo nosso). A pretensa neutralidade constitui dissimulação ideológica nos termos explicitados por Marx (1993). Em *A ideologia alemã,* Marx critica a concepção do Estado como defensor dos ideais coletivos, revelando suas íntimas relações com os interesses daqueles que o controlam.

oposição aos setores nacionalistas da sociedade, inclusos na Igreja e nas universidades, entre militares e sindicatos. Sabe-se hoje que entidades como o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – tiveram papel relevante na captação de verbas internacionais para a deposição de Goulart. As pesquisas realizadas por Fuchtner (1980, p.180), entre outros, não deixam margem a dúvidas ao esclarecerem que "as verbas [...] eram depositadas em três bancos: o Royal Bank of Canadá, o Bank of Boston e o National City Bank of New York". O auxílio financeiro externo intensificou-se com a queda do Governo Goulart, saudada pelo embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon (que esteve em Macau em 1963), como um dos grandes acontecimentos de meados do século XX, quando os militares receberam, ainda no início do governo Castelo Branco, cerca de U$ 100 milhões dos EUA. (FUCHTNER, 1980).

Assinalado os interesses externos na queda de Goulart, expressos na ajuda financeira aos conspiradores, é imperativo, para o que nos propomos, compreendermos como ocorreu a intervenção militar em um dos terrenos considerados potencialmente nocivos ao regime que se instalou em 1964: os sindicatos. Diante do exposto, sobressai uma evidência: no processo sócio-histórico construído pelo homem – já alertara Marx (1993) – não há fatos isolados. A observância dessa percepção permite-nos estabelecer nexos entre a ideologia, a concepção de segurança nacional presente entre os militares nos anos 60 e as razões da

intervenção em um longínquo sindicato do interior potiguar: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

A retração do espaço público e os sindicatos

Foi sob clima de expressiva participação popular que, em 13 de março de 1964, mais de 200.000 trabalhadores, arregimentados em grande parte pelos sindicatos, participaram do comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reivindicando a implantação das *Reformas de Base*[192] preconizadas pelo Executivo (BANDEIRA, 1983). A radicalização política representada naquele ato público, somada a outros, abriu o caminho há muito esperado pelos golpistas. Os militares defenderam a tese – com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento[193] – de que a ascensão política dos trabalhadores levaria inevitavelmente ao comunismo, desde que fosse mantida a legalidade. Portanto, sob tal ótica, era preciso suprimi-la (ALMEIDA, 1984). Essa concepção estava intimamente vinculada ao cenário político internacional regido pelo clima da *Guerra Fria*. Na América Latina da

[192] Conjunto de medidas em que se destacavam as propostas de reforma agrária e tributária, responsáveis por fortes reações de segmentos conservadores da sociedade brasileira.

[193] A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, elaborada sob os auspícios dos EUA, forneceu os fundamentos ideológicos para o ataque às organizações consideradas nocivas pelos militares. Entre estas, as organizações sindicais combativas.

década de 1960, a Revolução Cubana[194] e seus esforços de guerrilha ou mobilizações camponesas por ela estimuladas, especialmente por Che Guevara, contribuíram para o temor da revolução vinda de baixo estimulada pelos intelectuais (HOBSBAWM, 1995). Na lógica dos militares, esse risco só seria eliminável com a destruição da pluralidade, típica da esfera pública.

De 1930 a 1964, ao longo de trinta e quatro anos nos quais se desenvolveu a gradual inserção dos trabalhadores, o movimento sindical transformou-se em ator coletivo de expressiva importância no cenário público. Contudo, todo esse processo foi interrompido "quando as Forças Armadas assumiram as rédeas do Estado, em abril de 1964. Sua ascensão inaugurou a nova ordem autoritária [...] fundada na exclusão social das massas trabalhadoras [...] e no garroteamento político do movimento operário e sindical" (ALMEIDA, 1984, p.199). A retração imposta à esfera pública teve, entretanto, implicações para além do movimento operário-sindical e atingiu todos os segmentos da sociedade brasileira. Essa é a interpretação de Germano (1995, p.18), para quem os militares ao assumirem o controle do Estado, com o apoio de segmentos civis da sociedade, "implantaram um regime autoritário [...] e ditatorial, embora não se revista de uma forma totalitária. O fato é que se configura uma hipertrofia do Executivo combinada a uma existência praticamente simbólica dos demais poderes". A abrangência desse caráter autoritário e

[194] Segundo Hobsbawm (1995, p.428), "a Revolução Cubana inspirou os intelectuais em toda parte da América Latina".

ditatorial, acrescenta o autor, implicou o domínio sobre variados campos da vida em sociedade: desde as esferas econômica, política e social, até à intervenção na política educacional (GERMANO, 1993).

Desde as primeiras mobilizações de tropas, ainda no dia 31 de março de 1964, estavam proibidas aglomerações públicas, passeatas ou manifestações sindicais; especialmente mobilizações grevistas, que eram tratadas como atentados à segurança nacional. Deflagrado o golpe, um dos alvos imediatamente atacados foram os sindicatos, entidades que possibilitaram a inserção dos trabalhadores no cenário político nacional em magnitude até então sem paralelo em nossa história. A ascensão dos militares ao poder colocou por terra o alargamento das atividades sindicais ao intervir nos mais expressivos e combativos sindicatos do País (SOUZA MARTINS, 1979). A principal justificativa utilizada foi o combate à subversão, com base na Doutrina de Segurança Nacional. Tidos como território inimigo, os sindicatos foram dos primeiros alvos atingidos pela coalizão de forças elevadas ao controle do Estado, em 1964.

Esse *inimigo interno*, ao assumir relevância no cenário público, colocara em risco o domínio sob segmentos sociais historicamente reprimidos. Isso de certa forma esclarece a hostilidade dispensada à significativa parcela do sindicalismo nacional. Em suas reflexões, Marx enfatizou que as possíveis e ocasionais divergências internas da classe privilegiada esmorecem e por fim cessam "logo que surge qualquer colisão prática capaz de colocar em perigo a própria classe, ocasião em

que desaparece também a aparência de que as idéias dominantes não são as idéias da classe dominante" (MARX; ENGELS, 1993, p.73). Os sindicatos – enquanto lócus privilegiado para a organização dos trabalhadores – tinham, portanto, o perfil de suspeito número um no contexto histórico aqui analisado. Com efeito, foi por meio deles que as lideranças dos trabalhadores brasileiros ocuparam a cena pública e se fizeram porta-vozes das bases.

Repressão e desarticulação sindical em Macau

No Rio Grande do Norte, assim como em todo o Brasil, a deflagração do Golpe frustrou a todos os que acreditavam na manutenção da legalidade constitucional, não obstante o acirramento dos conflitos sociais travados na arena política. Frustração externada em citações do tipo: "O golpe, no entanto, aconteceu e o sonho dos progressistas acabou" (GERMANO, 1989, p.149). Em Macau, pouco tempo depois, o prédio sede do Sindicato – um dos orgulhos da categoria salineira – amanheceu cercado por várias viaturas do Exército, deslocadas para a cidade. Um funcionário do SESTIS – Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau – que morava ao lado do Sindicato, testemunhou a cena:"O meu colega funcionário, [...] foi abrir para apanhar água de manhã bem cedo e ele se assombrou, coitado. Quando viu, caiu com as latas. Aí o soldado disse pra ele: Quem é que tem as

chaves? Ele disse: Eu tenho. O senhor quer?"[195] (Informação verbal). Em seguida os soldados requisitaram o aparelho de rádio-transmissor instalado na sede e assumiram o controle da situação. A partir desse momento, começou a efetiva intervenção do Exército no sindicato dos trabalhadores de salinas de Macau.

Cônscios da capacidade de mobilização dos trabalhadores da região salineira, os condutores do recém-instalado regime, sediados no estado, ordenaram a detenção das principais lideranças e a desmobilização das organizações sindicais em Macau. Diversas pessoas foram detidas, entre dirigentes, trabalhadores das bases e funcionários das entidades, independente de suas convicções políticas. Os mais expressivos sindicatos da cidade sofreram intervenções e as detenções se avolumaram. Entre estes, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau foi um alvo estrategicamente visado. Além do Presidente do Sindicato, Floriano Bezerra de Araújo, foram detidos, para averiguações, seu pai, Venâncio Zacarias de Araújo, fundador do órgão classista e seu irmão José Bezerra de Araújo; Cândido Assunção e Evaristo Lopes da Silva (ambos exerceram em diferentes períodos o cargo de Vice-Presidente do Sindicato, sendo o segundo eleito vereador em duas legislaturas); Raimundo Pereira Fernandes, o *Damundo*, motorista do SESTIS, órgão de assistência social aos trabalhadores das salinas, vinculado ao Sindicato; Ivo Ferreira dos Santos e José Varela de Alencar, também funcionários do

[195] Conforme depoimento de José Gomes de Souza, ex-enfermeiro do SESTIS, em 05 de junho de 2002.

SESTIS; Antônio Félix da Silva, salineiro líder de turma; João Pereira da Silva, o *João Recurso*; Francisco Soledade da Silva, Geraldo França e José Ribamar dos Santos, o Zé de *Damiana*, todos trabalhadores de salinas; Bento Ventura de Moura, ex-trabalhador de salinas, ligado ao PCB, que em 1964 atuava na construção civil dentro da empresa salineira Severo & irmão, e José Xavier Bezerra, ativista ligado ao PCB, que fazia relativa oposição ao Presidente do Sindicato. Embora vinculados ao movimento operário-sindical, vários desses convocados para depoimentos não tinham militância política, especialmente partidária[196].

No dia do golpe, o Presidente do sindicato dos trabalhadores de salinas estava em Natal. Quando tomou conhecimento dos fatos, deslocou-se para Macau e procurou de imediato convocar a categoria para, na medida do possível, tomar providências e inclusive declarar greve na perspectiva da reação. A idéia, segundo suas declarações, era marcar posição, evitar o desequilíbrio da categoria diante da situação e avaliar o rumo dos acontecimentos: "Foi aí que aconteceu uma greve de ordem política.[...] durou 15 dias, em repúdio ao golpe militar. Conseguimos entrar em ação junto a outras categorias.[...] marítimos, conferentes e estivadores, essas três categorias estiveram com a gente" [197] (Informação verbal).

Os sindicatos das três categorias integravam o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores – fundado em Macau por Floriano Bezerra,

---

[196] Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 29 de maio de 2002.
[197] Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada.

porém dirigido pelo Presidente do Sindicato dos Conferentes, Amon Gonçalves de Melo, liderança ligada à tradicional família que controlou a Prefeitura do município por mais de duas décadas. Amon não tinha a confiança de considerável parcela do movimento operário-sindical. Contudo, esclarece Floriano, que à época já acumulava a direção de oito entidades, Amon liderava os conferentes: "categoria que a gente precisava ter perto"[198] (Informação verbal). Esses fatos, segundo Floriano, explicam a direção do CGT municipal nas mãos de uma liderança ligada às forças políticas tradicionais da cidade.

No dia 15 de abril de 1964, a liderança sindical salineira foi intimada para se apresentar na Capitania dos Portos de Macau, perante o Capitão Antônio Júlio de Souza Bruno. De acordo com seu depoimento, estavam presentes na ocasião respaldando os militares, Luiz Pedro de Lima, Afonso de Barros, Antonio Freire da Costa, Manoel Casado – representante do patronato, com ampla influência no município – e Amon Gonçalves de Melo. A presença de Amon na Capitania confirmou as suspeitas que pairavam sobre sua fidelidade ao movimento sindical. Ao contrário de outras lideranças, como as dos marítimos e operários de salinas, Amon não fora detido e, de certa forma, assessorava os representantes locais do regime de exceção, instalado no Brasil. Detido, Floriano Bezerra foi transladado para Natal, onde ficou de início sob a custódia do Major Ademar Cirilo, nas dependências do QG da 7ª Divisão de Infantaria. Posteriormente, foi conduzido pelo Capitão Dourado para

[198] Idem

o 16º RI, Regimento de Infantaria, em cujas dependências sofreu torturas físicas e psicológicas[199].

Por força de ordens superiores, alguns meses depois, foi transferido com mais três presos políticos para o presídio localizado no arquipélago de Fernando de Noronha. Conforme a reportagem veiculada pelo jornal *O Poti*, de 23 de agosto de 1964, citada por Galvão, os quatro presos políticos eram: o Prefeito da capital do estado, Djalma Maranhão, o suplente de Deputado Federal, Aldo Tinoco, o ex-Deputado Luís Maranhão Filho e o Presidente afastado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, ex-Deputado Floriano Bezerra de Araújo. Confirmando a transferência, a reportagem registrou que "o Sr. Venâncio Zacarias, pai do ex-Deputado [...] vindo [...] visitar o seu filho [...] teria recebido a informação de que o seu filho, como também os outros três presos políticos foram transferidos para a ilha de Fernando de Noronha" (apud GALVÃO, 1994, p.161-162).

De certa forma, a transferência para Fernando de Noronha representava a confirmação do peso político dos ali detidos. Lá estiveram, entre outras lideranças, o ex-governador de Sergipe, Seixas Dória e o ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, ambos depostos pelo arbítrio do novo regime, cujos defensores acreditavam estarem defendendo o Brasil de graves riscos. A saída de Floriano Bezerra do presídio da ilha só ocorreu em 28 de outubro de 1964. Porém, pouco depois, foi detido novamente. Dessa vez, em 1968, ficou nove meses

[199] Idem.

detido no quartel da polícia militar, em Macau, de onde só foi liberado em 16 de julho de 1969. Conforme seu depoimento, sua libertação ocorreu com a intervenção jurídica do Dr. Roque de Brito Alves, junto ao Supremo Tribunal Militar. Seus passos, contudo, passaram a ser monitorados[200].

As intervenções nos sindicatos e a repressão às lideranças tiveram nocivos efeitos sobre as diversas categorias que compunham o movimento operário-sindical, como evidencia a declaração: "O desmantelamento da organização operária era evidente: a grande maioria dos líderes presos, as bases trabalhadoras sem orientação, a repressão em cima dos operários, os patrões protegidos" (apud PAIVA, 1985, p.30-31). Essa era a visão de Chico Mariano, a respeito da repressão deflagrada ao movimento operário-sindical em Macau, logo após a intervenção militar. Em seu depoimento, ressaltou que, em maio de 1964, o cerco repressivo aumentou e diversas prisões ocorreram sem maiores justificativas[201]. As declarações de Chico Mariano são reafirmadas por ex-trabalhadores de salinas, como Luís José de Lima, o Luís Cachimbo: "[...] menino o negócio não era mole não. [...] a polícia ia pastorá o que a gente tava fazendo. Por certo ia brigá lá ou ia [...] achar o Presidente do Sindicato [...]. Pra ele temer, afastar, e eles chegarem lá"[202] (Informação verbal).

---

[200] Floriano Bezerra de Araújo, depoimento citado.

[201] (apud PAIVA, 1983). Trabalho realizado com base na entrevista feita pelo Professor Zilmar Bezerra, em 09 de março de 1984.

[202] Luís José de Lima, o *Luís Cachimbo*. Entrevista concedida em 13 de novembro de 2001.

Questionado a respeito das razões que ele acreditava serem as responsáveis pela prisão do Presidente do Sindicato, o mesmo veterano salineiro arrematou: "Porque se você é um chefe temeroso, aí diz assim: tira ele que os outros abre ala [...]"[203] (Informação verbal). Na sua avaliação, a prisão do líder da categoria acirrou os ânimos e dentro de suas limitações os trabalhadores reagiram à intervenção perpetrada contra a entidade organizada pelos salineiros. A despeito da repressão, os operários das salinas passaram a realizar vigílias em defesa do Sindicato. Inclusive as companheiras dos salineiros participaram da reação, dirigindo-se em considerável quantidade para a sede, armadas com pedaços de pau e outros artefatos, às escondidas, para eventuais retaliações aos possíveis agressores de seus companheiros[204].

Em outras palavras, os trabalhadores até certo ponto reagiram ao controle imposto pelos militares e não se intimidaram de imediato; muito pelo contrário, como indica a declaração: "Tinha caba que ia até de manhã lá no Sindicato; tinha esse negócio não. Isso aqui é nosso, foi nós que fundemos! E a polícia toda na rua arrudiando.[...] ali nego cagava fino quando via eles; mas tinha gente que dizia: Só saio daqui quando o sol sair"[205] (Informação verbal). Chama a atenção nas palavras do ex-operário o arraigado sentimento de vinculação e identidade com o Sindicato. A entidade é vista como algo de todos; como uma organização

[203] Idem.
[204] Idem.
[205] Idem.

construída coletivamente, na qual líderes e liderados estavam representados.

Foi em defesa desse sentimento que centenas de trabalhadores enfrentaram o ostensivo policiamento em torno da sede do Sindicato, no contexto de 1964, como fica claro adiante: "Depois que houve o golpe, aquilo ali era pastorado que nem um fio de pai que morreu. Eles tão ali tudim. Num bancaram covardia não. [...] qualquer coisa o povo ia pra lá"[206] (Informação verbal). Não tinham, decerto, a ilusão de reverter o quadro nacional. Não tinham sequer a real compreensão do que estava acontecendo no país. Visavam tão-somente defender com veemência aquilo que julgavam patrimônio deles. Daí a mobilização das bases. Aquela organização dera visibilidade pública aos salineiros de Macau e por meio dela eles pavimentavam a trilha para a cidadania.

Mas a repressão traria danosos efeitos sobre a base trabalhadora, desorientando-a. Posição externada na seguinte declaração: "Nós sofremo meu camarada; nós fiquemo abandonado [...]"[207] (Informação verbal). Essa impressão de abandono não é destituída de fundamento. Arendt (1989, p.526), em suas reflexões, já alertara que uma estratégia dos governos tirânicos é gerar o isolamento; esse isolamento, por sua vez, fomenta a impotência ao devastar as possibilidades de os homens agirem em conjunto. Decorre daí a afirmação de que "o isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicas das

---

[206] Idem.
[207] Luís José de Lima, o *Luís Cachimbo, em e*ntrevista citada.

tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas". Essas reflexões, embora atemporais, não são ahistóricas, e apresentam pertinência no contexto analisado.

Iniciada a desarticulação das bases com o respaldo militar, começaram as interferências da política municipal visando ao controle do Sindicato. Essa interferência externa contou com a efetiva participação do grupo político liderado pelo então Prefeito Albino Gonçalves de Melo. As articulações iniciais para indicar o interventor do Sindicato ocorreram via Amon Gonçalves de Melo, liderança dos Conferentes, com trânsito livre entre os militares e vínculos familiares com a família que controlava o governo municipal[208].

A missão de ser o primeiro interventor foi confiada a José Alves de Oliveira, à época vereador do PSD. Comunicado da indicação, José Alves compareceu à Capitania dos Portos e apresentou-se ao Capitão Júlio de Souza Bruno, que o convocou oficialmente para assumir a direção do Sindicato. Disposto a cumprir a missão a ele atribuída, rumou para o órgão classista. Lá, enfrentou vigorosa oposição da categoria que chegou, inclusive, a ameaçar a sua integridade física. A reação, porém, lentamente se dissipou e não trouxe maiores conseqüências. Após cerca

[208] Conforme depoimento de José Alves de Oliveira, primeiro interventor do *Sindicato dos Salineiros*, no contexto pós-64, em 29 de maio de 2002.

de três meses de interventoria, foram realizadas eleições para a direção do Sindicato[209].

Mais uma vez, os trabalhadores deram demonstração de resistência. O candidato indicado pelas empresas e apoiado pela Prefeitura, Agostinho Paulista dos Santos, feitor da salina Severo & Irmão, à época controlada por Cosme Rodrigues dos Reis, recebeu acentuada rejeição da categoria[210]. Um ex-funcionário do Sindicato assim resumiu a situação:"Aí foi um tumulto muito grande. [...] os trabalhadores não queriam aceitar aquele homem lá porque era do lado dos industriais [...] então se revoltaram [...] e começaram a dar plantões na porta do Sindicato"[211] (Informação verbal). Essa foi a tática organizada pelos operários de salinas para impedir o controle do Sindicato por alguém que julgavam hostil aos interesses da categoria. Como defende Arendt (1989, p.526), diferente do governo totalitário a tirania não anula *todos os contatos* entre os homens. Ou seja: "nem todas as capacidades humanas são destruídas".

Apesar do aparato militar utilizado para garantir as eleições, com soldados, comandados pelo Coronel Bento Medeiros, empunhando fuzis com baionetas *caladas*, apenas 17 associados, em um universo superior a 3.000, adentraram ao Sindicato e votaram sob os protestos de elevado número de trabalhadores que se posicionaram nos arredores da sede

---

[209] Idem.
[210] Conforme depoimento de José Alves de Oliveira, em entrevista citada.
[211] Conforme depoimento de José Gomes de Souza, em entrevista citada.

sindical. Segundo depoimentos de contemporâneos, os trabalhadores radicalizaram e disseram: "Coronel, o senhor pode pegar as chaves do nosso Sindicato [...] que nós ficamos muito satisfeito. Agora nós não queremos esse homem aqui de jeito nenhum [...] se deixar, antes do senhor chegar na Ponta do Aterro[212], ele tá morto"[213] (Informação verbal). De acordo com observadores da tensa situação, só não ocorreu derramamento de sangue devido à habilidade com a qual o Coronel Bento conduziu as negociações[214].

A eleição foi prontamente anulada por não preencher os mínimos requisitos legais. Também na avaliação de José Alves, ex-interventor, esse foi o fato de maior tensão durante sua gestão à frente do Sindicato. Anuladas as eleições, procedeu-se à organização de novo pleito. Com o ex-presidente Floriano Bezerra, já detido, o isolamento e a desarticulação das bases acentuaram-se. A reação foi minimizada e a categoria elegeu José Marques Filho e Valentim Chagas de Oliveira[215] para dirigir a entidade. Cumprida a missão de organizar as primeiras eleições após a intervenção militar, José Alves de Oliveira afastou-se do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de

---

[212] Istmo na entrada de Macau.
[213] Conforme depoimento de José Gomes de Souza, a época enfermeiro do SESTIS, órgão de assistência aos operários de salinas vinculado ao sindicato da categoria.
[214] Idem.
[215] A Ata da Assembléia Geral Extraordinária, de 25 de julho de 1964, já registra os novos dirigentes do Sindicato.

Macau.[216] Começava uma nova etapa na história do Sindicato, marcada por irregularidades, interferência da política externa e ausência de habilidade administrativa[217].

Em conseqüência dessa situação, aliada à reação da categoria, ocorreu nova intervenção. Dessa vez, o interventor nomeado foi o Tenente Orlando Guedes, da Marinha de Guerra do Brasil, com amplo respaldo do regime recém-instalado. O referido oficial recebeu a incumbência de manter afastada qualquer influência dos antigos líderes do Sindicato, notadamente Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra. Para tanto, procurou realizar uma fase de transição sob seu rigoroso controle. Cumprido seu propósito, passou a direção do Sindicato para os dirigentes nomeados pela DRT – Delegacia Regional do Trabalho: Anacleto Pereira do Nascimento, sindicalista de Canguaretama deslocado de Mossoró para Macau, Luís de Vasconcelos, funcionário da DRT-RN, e Raimundo Teixeira Sobrinho, respectivamente, Interventor, Secretário e Tesoureiro[218].

Em razão dos fatos antecedentes, foi preparado um esquema de segurança para assegurar a posse dos novos interventores. Ao contrário dos temores verificados, não se registraram inconvenientes e o esquema não foi acionado. Anacleto Pereira foi bem recebido pela categoria

---

[216] José Alves de Oliveira, em entrevista citada.
[217] Conforme vários depoimentos, dentre os quais o de Pedro Severiano Vital, atual Presidente do Sindicato.
[218] Conforme depoimento de José Gomes de Souza, em entrevista citada. Suas declarações conferem com a Ata da Posse da Junta Interventora.

salineira. É dele a seguinte declaração: "[...] fui bem recebido.[...] naturalmente foram eles que disseram: vem pra aí um elemento que é boa gente ou má gente; ou isso ou aquilo [...] encontrei um povo numa verdadeira beleza"[219]. Em 9 de março de 1965, às 18 horas, na presença de mais de 500 associados reunidos para assistir à sua posse, Anacleto anunciou, em discurso, que vinha em nome da lei, para realizar a necessária justiça que todos ali faziam por merecer[220]. Conclamou os trabalhadores a procurarem o Sindicato para defenderem seus direitos e procurou granjear a confiança da categoria, minando as possíveis resistências. A repercussão foi favorável, como se deduz de suas palavras: "Aí foi um troço fora do comum",[221] em referência à positiva reação dos trabalhadores.

A gestão de Anacleto Pereira do Nascimento e Luís de Vasconcelos perdurou até outubro de 1967, quando organizaram as eleições para a diretoria do Sindicato. José Francisco de Souza, o Zé *Laurentino*, foi o candidato vitorioso, com o apoio do grupo de Venâncio Zacarias que ainda mantinha relativa influência sobre os trabalhadores[222]. O triunfo de José Francisco de Souza foi interpretado como uma

---

[219] Conforme depoimento de Anacleto Pereira do Nascimento, prestado ao professor Geraldo de Margela Fernandes, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

[220] Cf. Ata da Posse da Junta Interventora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, em 9 de março de 1969. Livro de Atas das Assembléias, p.40.

[221] Depoimento de Anacleto Pereira do Nascimento, em entrevista citada.

[222] Conforme depoimento de Pedro Severiano Vital, atual responsável pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, entidade cuja existência é hoje meramente formal, em 16/04/2002.

retomada do controle do Sindicato por sua antiga liderança. Mas os tempos eram outros, e o declínio do Sindicato já se tornara visível. Na visão de um ex-dirigente, a crescente mecanização das salinas minara suas bases em conseqüência do desemprego; as ingerências da política partidária e o clientelismo desvirtuaram sua atuação[223] e a repressão isolara todas as lideranças combativas da cidade, neutralizando qualquer atividade de caráter reivindicativo que não estivesse em consonância com os ditames do regime instalado no País.

[223] Conforme depoimento de Francisco das Chagas de Medeiros, o *Chico de Juvita*, ex-presidente do Sindicato, em entrevista realizada em Macau, no dia 14 de novembro de 2001.

4.3 A Outra Face do Desmonte: A Mecanização das Salinas e Suas Implicações.

A desnacionalização da indústria salineira potiguar

A partir da ascensão dos militares, em 1964, e com maior nitidez em torno de 1968, o Brasil tornou-se o lócus privilegiado para os investimentos das multinacionais[224] na América meridional. Paralelo a isso, o País assumiu a função de *guardião do continente* por delegação dos EUA. Convém analisarmos como ocorreu tal processo e sua repercussão em Macau. As reflexões de Freire lançam luzes sobre essas questões. Ao se referir às influências do capital externo, especialmente norte-americano, sobre o Brasil, Freire (1981, p.11) afirma:"os Estados Unidos lançaram sobre ele a responsabilidade da luta contra-revolucionária [...], permitindo-lhe em troca tornar-se o pólo a partir do qual o imperialismo organizaria seu plano de integração [...] e de exploração do subcontinente". Em função disso, as intervenções dos militares brasileiros multiplicaram-se pela América Latina, atingindo desde a República Dominicana e o Chile, até os fronteiriços Bolívia, Uruguai e Argentina.

[224] "As empresas multinacionais apareceram no mundo capitalista como resultado do processo de internacionalização do capital. À medida que o capital [...] integrou a esfera internacional, os [...] países industrializados adotaram uma política de investimentos no exterior, fazendo surgir a empresa multinacional" (FREIRE, 1981, p.25).

Em contrapartida, no Brasil, concentraram-se amplos investimentos das multinacionais norte-americanas, européias e japonesas.

Com essa injeção de capitais externos é que a economia brasileira conheceu significativo impulso, enquanto outros países latinos pouco progrediram ou até enfrentaram sérias recessões no período (FREIRE, 1981). A análise de tais investimentos, e algumas de suas sombrias razões, desvenda a gestação do *milagre econômico brasileiro*[225] e auxilia a compreensão das conexões existentes entre a política, os militares, a ideologia e a economia, atreladas às relações internacionais. Esclarece, ainda, a desnacionalização do parque salineiro macauense. É em tal contexto que a problemática está inserida. Tentar interpretá-la sem levar em consideração os componentes históricos que a delinearam seria um equívoco primário.

Pouco depois da coalizão civil-militar assumir o controle do Estado, foi implementada no Brasil uma política econômica, cujas raízes têm ligações com o Acordo *sobre Garantia de Investimentos*, assinado pelo embaixador brasileiro Juracy Magalhães e o representante do governo norte-americano, David Bell, coordenador-geral da Aliança para o Progresso[226]. Embora aprovado pelo Congresso Nacional, suas desvantagens para a economia brasileira eram evidentes. Entre estas se

---

[225] Período de intenso crescimento dos índices econômicos, às custas da maciça entrada de capitais externos e arrocho salarial, levado a efeito especialmente no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

[226] Acordo de cooperação internacional instituído pelos norte-americanos, cuja finalidade básica era impedir a propagação dos movimentos contestatórios na América Latina, especialmente os de inspiração socialista.

encontravam a concessão de privilégios para investidores estrangeiros e o acréscimo da desnacionalização do parque industrial brasileiro (VIEIRA, 1995). Como uma das conseqüências daí advindas, temos que "a política econômica, desde 1964, atacou ferozmente, acima de tudo, a empresa nacional, pois o número de falências e concordatas subiu neste ano e nos seguintes" (VIEIRA, 1995, p.208). Os elementos expostos anteriormente, aliados às particularidades locais, são subsídios indispensáveis para entendermos como esse processo transcorreu em Macau.

A introdução de inovações tecnológicas em larga escala, no parque salineiro do Rio Grande do Norte, começou a ser efetivada no início dos anos 60. Em reunião com o governo do estado, industriais salineiros, autoridades estaduais, federais e o então superintendente da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Celso Furtado, para solucionar a crise instalada por ocasião das enchentes ocorridas na região de Mossoró, foi diagnosticado o caráter antieconômico do sistema produtivo salineiro potiguar. Em termos gerais, foi defendida a tese da necessária aglutinação dos produtores em uma salina única mecanizada, com o intuito de reduzir custos e dinamizar a competitividade. Quanto à administração da referida salina única, seria realizada por meio do estabelecimento de quotas entre os associados. Outra proposta ventilada foi a construção de portos salineiros em Macau e Areia Branca, hipótese naquele momento descartada pelo dirigente da SUDENE (SOUSA, 1988). Com a crise político-institucional de 1964, a

execução do projeto relativo à salina única não se realizou, postergando o combate aos problemas que afligiam a indústria salineira potiguar.

A segunda proposta debatida, a mecanização das salinas, continuou em pauta sob a pressão de dois fatores fundamentais: o aumento do consumo proporcionado pela evolução da indústria química e a necessidade de baratear os custos de produção do sal. Por conseguinte, a mecanização era avaliada como a solução das prementes necessidades da indústria salineira norte-rio-grandense. Aos proprietários de salinas do estado, dizia-se, não restavam alternativas. Resultou daí que o montante de recursos necessários para o empreendimento alijou-os do páreo, e eles acabaram cedendo o controle de suas empresas aos investidores internacionais. Em síntese, essa situação foi descrita da seguinte forma: "Apesar de algumas salinas nacionais terem conseguido se modernizar, o processo só teve continuidade com a instalação das multinacionais na área" (SOUSA, 1988, p.118).

Até meados da década de 60, somente duas empresas potiguares tinham iniciado o processo de mecanização nas suas salinas: a CCN, Companhia de Comércio e Navegação – empresa que fora visitada por uma comitiva de estagiários da ESG, liderada pelo General Castelo Branco, ainda nas vésperas da crise de 64 – e a Henrique Lage, ambas sediadas em Macau. Outras, como a SOSAL e a Salinas Guanabara, sem os devidos recursos, alienaram suas ações e perderam o controle acionário para o grupo norte-americano Morton Norwich Products Inc., com incentivos da própria SUDENE. A partir de então, com o

redirecionamento da economia efetuado pelos militares, esse quadro foi agravado com o alargamento dos benefícios concedidos ao capital externo no Brasil. De tal forma que o processo modernizador, de natureza tecnológica, da indústria salineira do Rio Grande do Norte, com ampla repercussão em Macau, ocorreu em três etapas, com vasta participação do capital internacional: a mecanização das salinas, a modernização no transporte do produto e a instalação do Porto-Ilha de Areia Branca (COSTA, 1993).

A indústria salineira do Brasil era, até 1950, cem por cento nacional. A ampliação dos incentivos fiscais aos investidores estrangeiros e a introdução da tecnologia em larga escala impeliram a desnacionalização do setor. No Rio Grande do Norte, essa problemática é aprofundada no período compreendido entre 1968 e 1975, quando três grupos econômicos internacionais adquiriram 41 empresas das 93 existentes, ou 44% do total das empresas do estado. Fatos emblemáticos dessa situação foram as transferências de controle da CCN – cuja razão social foi posteriormente modificada para CIRNE, Companhia Industrial do Rio Grande do Norte – então maior empresa brasileira no ramo e proprietária da segunda maior salina do mundo – adquirida pelo grupo AKZO, de capital holandês – e da Henrique Lage Salineira, segunda empresa salineira potiguar, adquirida pelo grupo italiano Nora Lage, ambas localizadas em Macau. A investida do capital externo foi tamanha que, no final de 1970, a única salina de porte ainda sob controle nacional, produzindo no estado, era a F. Souto Indústria, Comércio e

Navegação S/A, com sede em Mossoró (COSTA, 1993). As facilidades oferecidas ao capital estrangeiro atraíram, por exemplo, os interesses da AKZO, empresa multinacional instalada em 45 países, cuja estratégia para reduzir riscos conjunturais era a máxima diversificação de suas atividades (FREIRE, 1981). Esses dados esclarecem a sua investida sobre as salinas de Macau.

Com efeito, o processo desnacionalizador do parque salineiro potiguar não é inteligível, caso seja desvinculado da ação estatal pós-64, favorável ao capital externo, como ficou patente na posição adotada pela própria SUDENE, em favorecimento às empresas multinacionais no Nordeste. Tal posicionamento se tornou visível quando, sob orientação do governo central, foi retirado do II Plano Diretor do órgão o item que resguardava o capital interno. Daí em diante, as empresas estrangeiras passaram a usufruir as deduções fiscais, antes só concedidas às empresas de capital cem por cento nacional. "Assim, os incentivos fiscais conhecidos como 34/18 induziram os investimentos internacionais para a região Nordeste, facilitando, dessa forma, a penetração no parque salineiro potiguar" (SOUSA, 1988, p.119). Por outro lado, a entrada dos recursos estrangeiros acelerou a modernização tecnológica, o que atendia plenamente à política desenvolvimentista – de íntima vinculação com a Doutrina de Segurança Nacional – apregoada pelo Estado autoritário erigido no Brasil (ALVES, 1984).

Às favoráveis condições fiscais oferecidas ao capital externo acrescentou-se a existência de uma força de trabalho sob ferrenha política

anti-sindical. O Estado brasileiro incorporou, como uma de suas funções primordiais, a garantia de oferecer aos investidores internacionais não só mão de obra barata, mas trabalhadores dóceis. Daí advém, entre outros motivos, a meticulosa repressão imposta ao movimento operário nacional; em especial, às entidades sindicais mais aguerridas na luta contra a exploração dos trabalhadores (FREIRE, 1981). Ou seja: a região salineira polarizada por Macau apresentava, no contexto aludido, o perfil ideal para a deliberada intervenção estatal. De tal modo que a desnacionalização de sua indústria salineira, ao impulsionar a mecanização, atendia a interesses não só econômicos estritamente vinculados aos índices de produtividade e melhoria da qualidade do sal extraído. Além disso, em processo articulado, reduziu de forma acentuada a oferta de emprego e desestruturou, de modo deliberado, as organizações sindicais dos trabalhadores.

A otimização da produção e transporte do sal e o crepúsculo do emprego

Nas salinas artesanais, o capital investido canaliza-se basicamente para os equipamentos utilizados na conservação da área produtora. Nelas é incomum a utilização do cata-vento, e só em situações extremas pode ser encontrado um motor-bomba na captação das águas oceânicas. Em face do elevado índice de depreciação dos equipamentos, não raramente

compostos de palha de carnaúba, madeira, pás, picaretas e carros de mão, as inversões de recursos anuais são em geral canalizadas para suas reposições. Como são descapitalizadas, as salinas artesanais vêem-se impedidas de investir na modernização tecnológica da produção, como ainda hoje assim ocorre nas remanescentes. Isso explica o fato de que durante as décadas de 1960 e 1970 a produtividade das salinas artesanais atingia em média 101,28 Kg/m2/ano, enquanto os produtores com modernas técnicas de produção alcançavam cerca de 200-250 Kg/m2/ano, ou mais. A estimativa é baseada na área produtiva da empresa de característica artesanal, ou seja, na dimensão de seus cristalizadores (PAIVA FILHO, 1987).

Com a elevação do consumo do sal pelo incremento da indústria química no País, entre outros fatores, o Governo Federal dedicou especial atenção ao projeto de modernização tecnológica da indústria salineira nacional, principalmente no Rio Grande do Norte – com destaque para Macau –, cuja produção era a maior do Brasil. O intuito era equilibrar a oferta do produto no mercado interno e assim atender à crescente demanda (COSTA, 1993). Em tal contexto, a mecanização das salinas priorizou a substituição dos processos artesanais de extração do sal por modernas técnicas e equipamentos, visando à redução da força de trabalho e à ampliação da produtividade com maior eficiência (FELIPE, 1982). Todo esse processo tinha íntima conexão com a expansão do capital internacional na região Nordeste, sob o patrocínio do Estado, e

traria substanciais transformações para a economia norte-rio-grandense, notadamente em Macau (COSTA, 1993).

A mecanização das salinas resultou, na prática, na exclusão do homem. Restringiu a força de trabalho e disseminou o desemprego. Uma colhedeira mecânica, por exemplo, substituiu o trabalho de aproximadamente 500 homens, sendo sua operação e limpeza realizável por um único funcionário. Por sua vez, a importação pelas maiores empresas de esteira mecânica central representou a eliminação do emprego de cerca de 1000 operários salineiros (SOUSA, 1988).

Figura 15 – Esteira Mecânica.
Fonte: Arquivo Bento Ventura de Moura.

O processo de modernização atingiu, de pronto, a base da pirâmide produtiva: os trabalhadores das salinas. As mudanças foram de tamanha envergadura que colheitas do sal outrora realizadas por cerca de 2.500 homens passaram a ser realizadas com apenas 18 trabalhadores por

turno. Tal realidade representava lucros astronômicos para os empregadores. De uma só vez, reduziram-se consideravelmente as folha de pagamentos e o recolhimento dos encargos sociais (PAIVA, 1985). A drástica redução dos postos de trabalho ocorreu em todas as etapas do processo produtivo salineiro, como ressalta a análise a seguir: "Nas fases como, lavagem, transporte e empilhamento, a substituição da força de trabalho pela máquina ocorre nas mesmas proporções, fato que veio acarretar uma escalada de desemprego que, na maioria das salinas, atingiu taxas de 65%" (FELIPE, 1982, p.5-6).

À diminuta parcela de trabalhadores mantidos no emprego a mecanização impôs novas formas de exploração. Tendo sua participação reduzida no processo produtivo, os operários passaram a exercer uma única função das várias anteriormente exercidas, sendo seu salário pré-fixado. Essa aparente vantagem – a pré-fixação salarial – ampliou suas dificuldades ao submetê-los a extenuantes horas-extras. A tentativa de aumentar os rendimentos redundou no incremento da carga horária trabalhada, cuja média chegou a atingir 12 horas diárias (SOUSA, 1988). A modernização tecnológica implicou também a alteração do ritmo de trabalho. A implantação do sistema de rodízio, devido à ininterrupta produção, forçou os trabalhadores a exercerem suas funções de forma contínua, até mesmo nos domingos e feriados. Para tanto, o artifício utilizado pelos patrões foi alternar a cada dia o expediente de trabalho dos funcionários.

Na vã tentativa de se manterem competitivas no mercado, as pequenas e médias empresas do ramo incrementaram a exploração dos trabalhadores. Daí resultaram opressiva carga de trabalho e drástica redução dos já aviltados salários médios. Dessa forma, a mecanização, encarada como inevitável, colocou os trabalhadores diante de um dilema: a submissão ao incremento da exploração ou o desemprego. Desde o princípio, essa situação tornou-se clara em toda a região salineira, especialmente "na região de Macau [...], a situação agravou-se à medida que as empresas, com o auxílio dos financiamentos da SUDENE, adquiriram novos equipamentos e demitiam levas de trabalhadores" (SOUSA, 1988, p.139). Com a mecanização, à reduzida mão de obra utilizada foi exigida uma qualificação profissional que era a característica inexistente entre os tradicionais trabalhadores de salinas. A estes foi imposta, aos milhares, a expulsão do meio de sobrevivência que outrora os absorvia. (COSTA, 1993). Em Macau, essa realidade equivalia à não-absorção dos homens da periferia, entre outros logradouros, do Valadão e do Porto do Roçado, e o estancamento do fluxo de trabalhadores sazonais oriundos do campo, cuja faina nos tanques das salinas substituía as agruras da espera do inverno em suas terras de origem.

O avanço no processo de modernização tecnológica ocorrido no parque salineiro norte-rio-grandense, aliado à racionalização dos custos de produção implementados pelos grandes grupos empresariais, colocou em pauta uma outra questão crucial: a modernização do transporte do sal, até então realizado de forma precária. Várias foram as alternativas discutidas

para a consecução de tal intento (SOUSA, 1988). Prevaleceu por último a proposta de construção de um terminal salineiro em alto-mar, denominado de Porto-Ilha, que seria motivo de acirradas divergências entre Macau e Areia Branca, uma vez que ambas reivindicavam a primazia de sediá-lo. Por fim, a decisão, por muitos questionada, foi favorável à segunda cidade. "Apesar de Macau ser o município que mais produzia e produz sal no estado, correspondendo a mais de 60% da produção total, o porto acabou sendo construído em Areia Branca, por razões que até hoje são motivos de controvérsias" (COSTA, 1993, p.79).

O Porto-Ilha – à época a mais avançada obra portuária do País – requisitou vultosos recursos para a sua construção. Cerca de U$ 35 milhões, financiados pelo Governo Federal por meio do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – e o Eximbank, instituição norte-americana. Para a sua administração foi constituída a TERMISA – Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte –, cujas prioridades eram agilizar o sistema de transporte e embarque do sal e reduzir em 1/3 o valor despendido no transporte do produto. Sua construção teve início em 1971. Inicialmente prevista para dois anos[227], a conclusão só ocorreu, devido a algumas paralisações, em fevereiro de 1974, com inauguração simbólica em 1º de março desse mesmo ano. Em virtude dos problemas técnicos verificados, sua efetiva operacionalização só se deu em setembro de 1974, provocando protestos dos trabalhadores salineiros e os de

[227] Cf. *O Diário de Natal*, 09 de janeiro de 1970, p. 6.

atividades afins, na região de Macau, cuja situação social fora a partir daí agravada (COSTA, 1993).

Com a implantação do Porto-Ilha em Areia Branca concretizou-se sua finalidade básica: o escoamento da produção em sintonia com o projeto de modernização tecnológica do parque salineiro potiguar. Por outro lado, sua entrada em operação resultou na virtual paralisação das atividades dos alvarengueiros, estivadores, conferentes, e práticos de barra na cidade de Macau. Paralelamente ao barateamento dos custos das grandes empresas, ocorreu uma crise sem precedentes na sociedade local, pela não-absorção dessa mão de obra excluída e ausência de alternativas econômicas (MARIZ, 1985). O efetivo funcionamento do Porto-Ilha representou o auge do processo de modernização instaurado na produção, colheita, e transporte do sal. Com seus sofisticados equipamentos, o Porto-Ilha tornou possível o carregamento de um navio de 6.800 toneladas em questão de horas, trabalho antes realizável em cerca de nove dias (COSTA, 1993). No plano social, seus efeitos devastadores não incidiram apenas sobre os trabalhadores do município. Ao excluir milhares de pessoas do mercado, toda a economia local foi afetada, uma vez que o dinheiro circulante na cidade derivava fundamentalmente dos salários pagos nas atividades vinculadas à extração e transporte do sal.

Paulo Ferraz, antigo proprietário da Companhia Comércio e Navegação, é apontado por alguns como o idealizador do projeto do

Porto-Ilha[228]. Para tanto, teria custeado a vinda de técnicos alemães e franceses para analisar sua viabilidade em Macau. De acordo com depoimentos de figura expressiva do meio sindical dos anos 60-70, o fato que motivou a transferência do projeto para outro município foi a intervenção direta do então Deputado Federal Antônio Florêncio. Sua eleição para a Câmara Federal ocorrera com base numa plataforma política, cujo principal compromisso com o eleitorado da região liderada por Mossoró fora a garantia do Porto-Ilha para Areia Branca (PAIVA, 1985). Nos bastidores das disputas entre Macau e Areia Branca, afirmou-se que a decisão favorável a Areia Branca teve como base o aspecto político em detrimento das razões técnicas: "Macau, na época, não teve poder de barganha para reivindicar junto aos poderes públicos a construção do porto em seu litoral" (COSTA, 1993, p.83). De concreto, podemos dizer que a inauguração do Porto-Ilha agravou sobremaneira a já precária situação das categorias profissionais envolvidas com o transporte do sal, praticamente as extinguindo. Diante desse quadro, a capacidade reivindicativa dos trabalhadores definhou e as organizações sindicais sucumbiram.

As análises dos problemas sociais causados pela mecanização do processo de produção e transporte do sal[229] apontam a implantação do

---

[228] Segundo depoimento de Chico Mariano, ex-sindicalista macauense, citado por Paiva (1985, p.32).

[229] Para uma detalhada abordagem das implicações sociais provocadas pela modernização tecnológica do parque salineiro de Macau, ver: COSTA, Ademir Araújo da. Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau-RN.

Porto-Ilha de Areia Branca como o golpe de misericórdia na classe trabalhadora de Macau, envolvida na extração e transporte do sal (PAIVA, 1985). Seus reflexos nocivos, como já indicado, não se detiveram apenas aos trabalhadores vinculados à produção salineira. Como metástase em corpo enfermo, espalhou-se por todo o organismo social da cidade. Ícone máximo do processo de modernização tecnológica aqui aludido, a operacionalização do Porto-Ilha representou a outra face do desmonte ocorrido na organização dos trabalhadores em Macau. Todo o processo de mecanização trouxe, sob a perspectiva dos executivos, vários dividendos para o patronato. Era a solução para a redução dos custos, a elevação da produtividade e a desmobilização dos movimentos trabalhistas, tão comuns na região em um passado recente.

O ocaso sócio-econômico e a diáspora macauense

Até finais de 1940, Macau era a segunda mais populosa cidade do interior do Rio Grande do Norte, sendo suplantada apenas por Mossoró. Na década de 50 e até meados da década de 60, não obstante as emancipações de Pendências, em 1953, e Guamaré em 1962, ambas desmembradas do município, Macau continuou apresentando índices positivos de crescimento demográfico graças à sua pujante indústria salineira (BARROS, 2000). Esse quadro é alterado com as transformações sócio-econômicas na região de Macau, provocadas pela mecanização das salinas e a modernização do transporte do sal. Entre as perceptíveis

transformações ocorridas encontra-se o êxodo urbano. Os dados do Censo de 1980 são reveladores. Tais dados registraram que Macau tinha então 24.059 habitantes. Ocorre que, o Censo de 1970 registrou Macau com uma população de 25.800 mil habitantes, (apud FELIPE, 1985). Portanto, no espaço de 10 anos a população de Macau, sintomaticamente, regrediu.

Esse êxodo, que apresenta traços de uma diáspora[230], não pode ser desvinculado do elevado desemprego provocado pela mecanização do processo produtivo salineiro, como podemos observar na seguinte análise: "Essa redução [...] de habitantes deve-se às transformações havidas com a mecanização das salinas e a construção do Porto-Ilha de Areia Branca, que ocasionaram desemprego em massa dos trabalhadores" (FELIPE, 1985, p.10). Essa é uma posição partilhada por vários autores que se dedicaram a pesquisar os efeitos da mecanização nas salinas da região de Macau[231].

Souza (1976), analisando o processo migratório em direção à capital potiguar, constatou um incremento em torno de 100% a partir das décadas de 1960-70, em relação às anteriores. No transcorrer desse período, chegaram a Natal 60.968 novos habitantes provenientes, em sua

---

[230] O termo aqui é aplicado no sentido da dispersão ocorrida entre os trabalhadores da cidade que, embora concretamente motivada por fatores técnicos – o desemprego provocado pela mecanização – teve na propositada desmobilização um elemento político não desprezível.

[231] Importantes pesquisas realizadas na região apontam nessa direção. Além do já citado Costa (1993), ver: (FELIPE, 1982), (MARIZ, 1985), (PAIVA, 1985), (PAIVA FILHO, 1987) e (FERNANDES, 1995).

maioria, do interior do estado do Rio Grande do Norte. De acordo com os dados citados pelo autor, essa migração foi particularmente acentuada nos anos de 1966 a 1970. Em relação à procedência dos migrantes, oriundos das microrregiões do estado e outras unidades da federação, constata-se que a Microrregião Salineira Norte-Rio-Grandense ocupou o quarto lugar entre onze pólos migratórios analisados. As cidades que mais contribuíram para esse percentual foram Mossoró, Macau e Pendências, sendo esta última tradicional fornecedora de mão-de-obra para as salinas macauenses. Ocorre que centenas de trabalhadores de algumas categorias, como os alvarengueiros, estivadores e marítimos, migraram paras as cidades portuárias das regiões Sul e Sudeste do País, além das cidades-pólo da região Nordeste (FELIPE, 1985). Assim sendo, a análise das migrações para a capital do estado, procedentes de Macau, não demonstra a real dimensão do problema.

Apesar de todos os impactos sociais, à época da mecanização, o discurso dos empregadores e autoridades apregoava que "a riqueza seria multiplicada e a pobreza seria equacionada com o progresso advindo da modernização tecnológica do parque salineiro de Macau" (COSTA, 1993, p.35). Como se pode constatar, um discurso de estreita vinculação com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, preconizada pela Escola Superior de Guerra, cujos princípios defendiam um modelo de desenvolvimento capitalista com ampla participação das empresas multinacionais e relegavam a segundo plano os programas sociais dirigidos para as necessidades básicas da população de baixa renda. Dessa

forma, esclarece Alves (1984, p.51): "Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas primordiais e relevantíssimas, segundo enfatiza o manual da ESG, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações".

Convém aqui reafirmar alguns pontos esclarecedores. Em 1970, Macau apresentou a expressiva marca de 68% da sua população economicamente ativa (PEA) na condição de desempregados. Tal situação transformou a cidade em um verdadeiro reduto de trabalhadores aposentados e pensionistas, cuja principal fonte de renda era os *benefícios* concedidos pelo então INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (FELIPE, 1985). O acentuado índice de desemprego impressiona ainda mais se atentarmos para o fato de que faz alusão ao período anterior ao funcionamento do Porto-Ilha. Posteriormente, quando começou a operar, a situação tornou-se ainda mais severa: foram dispensados praticamente todos aqueles que ainda trabalhavam no transporte do sal. Calcula-se que cerca de 4.500 pessoas, entre trabalhadores e dependentes, foram diretamente atingidas, com reflexos imediatos na economia local (COSTA, 1993).

A conjugação dos variados elementos envolvidos nas transformações ocorridas no País, ampliado pelas peculiaridades locais, agravaram sobremaneira a situação econômica e social do município. O desemprego atingiu índices alarmantes e uma das suas mais visíveis conseqüências foi a busca desenfreada pelos benefícios do INPS, encarado como a solução. Para um dos protagonistas desse cenário, essa

estratégia de sobrevivência ocorreu porque"o número de gente desempregada não tinha para onde ir, não tinha onde se alojar, o ouro de Macau era o marítimo, só sabia fazer aquilo. O marítimo não sabia tirar sal na salina, o salineiro [...] não sabia navegar [...] aí a situação pegou" (apud PAIVA, 1985, p.32). Nas palavras transcritas, percebemos uma visão parcial do problema.

O observador da sociedade macauense percebia a categoria dos marítimos como a elite dos trabalhadores da cidade e a denominava o *ouro* de Macau. Trata-se de equívoco, embora compreensível. O *ouro* de Macau era o seu produto de sustentação: o sal. O processo de modernização da colheita, refino, embarque e transporte do sal atingiu em cheio a classe trabalhadora macauense, principalmente os envolvidos em tais processos, e condenou todos, indistintamente, ao desemprego. O produto continuou em ascensão, batendo sucessivos recordes de produtividade. Enquanto isso, os trabalhadores amargaram a perda do sustento. Milhares ficaram entregues à própria sorte. Chico Mariano, o aludido observador, em depoimento de 1984, afirmou a esse respeito: "quem teve de sustentar foi o Instituto [...]. Então os médicos colaboraram com o próprio governo, para que o problema social não crescesse mais. E hoje Macau é uma cidade que vive só de Instituto, só... Todo mundo fica em casa" (apud PAIVA, 1985, p.32).

Sem uma viável alternativa econômica, no período, capaz de absorver o contingente de milhares de trabalhadores desempregados, Macau entrou em uma crise sem precedentes na sua história. Diante das

críticas quanto à ausência de planejamento dos poderes públicos perante a calamidade social, o governo estadual tentou implantar projetos como as agrovilas da Serra do Mel. Tendo como cultura básica o caju, o projeto pretendeu a instalação de cerca de mil famílias, com direito a lotes de 50 hectares, localizados entre os vales do Piranhas-Assu e do Apodi, abrangendo assim as áreas de quatro municípios: Mossoró, Assu, Carnaubais e Areia Branca. Sua implantação, contudo, por uma série de contratempos e ausência de infra-estrutura não representou uma concreta alternativa para o problema do desemprego em Macau. Em pesquisa na Serra do Mel, constatou-se a inexistência de trabalhadores egressos da área urbana de Macau (COSTA, 1993).

A elaboração do Projeto Camarão foi outra investida governamental no sentido de amenizar as críticas recebidas. Com financiamento do governo federal, o projeto propunha a criação de camarão nas dependências das pequenas salinas e nos manguezais norte-rio-grandenses. Sua meta era a fomentação de algo em torno de vinte mil novos empregos. Tal medida também não atingiu sua finalidade: amenizar, de fato, os delicados conflitos sociais oriundos da mecanização das salinas potiguares, especialmente em Macau. (SOUSA, 1988). Outro projeto, esse sugerido por pessoas do município, propunha a criação de uma empresa pesqueira como alternativa ao desemprego. Constava do projeto a instalação de uma fábrica de beneficiamento do pescado e o aproveitamento do camarão. Contudo, não recebeu o respaldo do

governo estadual e careceu de maior empenho das autoridades locais em cobrar a sua concretização (COSTA, 1993).

O projeto com maior potencial gerador de riquezas para a região, a fábrica de barrilha[232] da ALCANORTE – Álcalis do Rio Grande do Norte S.A., cuja proposta era extrair matéria-prima local, dinamizar a economia e gerar milhares de empregos diretos e indiretos teve seu lançamento em 1974, consumiu milhões de dólares e jamais foi concluído. Hoje não passa de imponentes prédios inacabados nas proximidades da entrada da cidade (COSTA,1993). Com efeito, para Macau os projetos governamentais se mostraram ineficazes. Diferentemente do ocorrido na região de Mossoró, onde as possibilidades se mostraram mais favoráveis, haja vista a canalização de políticas públicas fomentadoras de emprego, notadamente na construção civil, aliadas à maior capacidade de pressão de suas lideranças políticas junto ao governo estadual (COSTA, 1993).

Em Macau, as implicações da crise foram de tamanha magnitude que o êxodo e a desenfreada busca pelos benefícios do INPS foram as alternativas para a sobrevivência. Muitos daqueles que não conseguiam a aposentadoria, por não contabilizarem o tempo necessário, apelaram para engenhosos artifícios. A simulação da loucura foi um destes, como podemos verificar na seguinte declaração: "Muitos [...] conseguiram o

[232] Designação comercial dos carbonatos de sódio e de potássio. Matéria-prima essencial para diversos ramos industriais e da qual o Brasil é importador. A efetiva implantação da fábrica de Barrilha em Macau representaria o caminho para a auto-suficiência do País em uma área da indústria química considerada estratégica.

atestado de louco para poder se aposentar. Eu vi muitos dizerem que iam sair correndo, se fazendo de louco para não perder os seus direitos" (apud COSTA, 1993, p.114). Outra estratégia utilizada foi a mutilação do próprio corpo, radical alternativa para obter a aposentadoria por invalidez, tipo de aposentadoria cuja maior incidência encontramos entre os ex-trabalhadores de salinas; justamente aqueles que apresentavam maior dificuldades em comprovar o tempo de serviço perante a previdência social. Entre estes, o índice de aposentadoria por invalidez atingiu cerca de 83% (COSTA, 1993).

Por outro lado, a outrora posição de liderança ocupada pelo município na região salineira foi seriamente abalada e o seu declínio tornou-se por demais visível, seja no aspecto político, econômico ou social. Nesse contexto, apesar de ainda possuir relativa relevância regional, essa posição, em absoluto, equivale à dos áureos tempos idos. Tal situação, por sua vez, reforçou o adágio popular *Macau é a terra do já teve*, que há várias décadas teima em ecoar pelas ruas da cidade e incorporou-se ao seu imaginário coletivo (apud BARROS, 2000). Como essa deterioração das condições sócio-econômicas se refletiu na organização dos trabalhadores é outro elemento indispensável para compreendermos a desmobilização sindical ocorrida na cidade.

Crise e desmobilização sindical

A introdução da tecnologia em larga escala no processo de extração e transporte do sal trouxe, além dos problemas sociais, sérios embaraços às atividades sindicais em Macau. Ao desempregar milhares de trabalhadores, o patronato, pelo manto modernizador do processo produtivo, atingiu os sindicatos que assistiram impotentes à destruição de suas bases. Já previamente desarticulados pela repressão imposta a partir de abril de 1964, os trabalhadores não tiveram forças suficientes para reagir a mais esse ataque desferido contra as suas organizações. Para Sabino (1985), a ameaça representada pelos sindicatos à hegemonia política local foi fundamental para os industriais do sal agilizarem a mecanização das salinas e a implantação do Porto-Ilha, desmobilizando deliberadamente os trabalhadores em função do desemprego.

Tudo isso em sintonia com os ideais de *desenvolvimento com segurança*, definidos pelo governo militar para quem uma das principais preocupações era "a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional" (ALVES, 1984, p.51). Em síntese, o modelo econômico implantado no Brasil, que defendia abertamente a *domesticação* dos trabalhadores em benefício do capital internacional, foi posto em prática em Macau. Reprimidas as lideranças, algumas dessas torturadas, como a dos trabalhadores de salinas, atravessando períodos de intervenções e com o definhamento das bases pelo desemprego, os sindicatos da cidade eram, no início dos anos 70, meras caricaturas do que foram até 1964: arremedos de organizações que em nada lembravam o vigor do passado.

A inserção no espaço público voltara a ser nula e a luta agora se resumia a conseguir a sobrevivência.

Quando a mecanização das salinas desencadeou o desemprego em massa, a atuação do sindicato dos trabalhadores de salinas em defesa dos seus associados se esboçou no pleito ao Ministério do Trabalho pela extensão dos benefícios do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – à sua categoria. Era o começo dos anos 70, os tempos eram outros, e o Sindicato já não tinha a força de pressão característica do início da década de 60. Apesar de contar com o apoio de alguns parlamentares na Câmara Federal, a reivindicação não foi atendida pelo Ministério (SOUSA, 1988). Ao analisar esse contexto, Costa (1995, p.102) ressaltou as dificuldades encontradas pelos sindicatos do município, no sentido de reagirem aos efeitos nocivos da modernização tecnológica, afirmando: "os sindicatos pouco puderam fazer [...]. O golpe [...] de 1964 e as disposições autoritárias empreendidas a partir de então contra os trabalhadores já haviam diminuído bastante o poder de pressão dos sindicatos".

Em determinadas categorias, a crise não só desmobilizou e enfraqueceu a organização sindical. Foi além, ultrapassando todos os limites toleráveis pelos trabalhadores. Com o acentuado desemprego provocado pela mecanização, categorias inteiras desapareceram da sociedade macauense e, com elas, sucumbiram seus sindicatos. De fato, a crise desencadeada no seio da classe trabalhadora macauense apresentou entre os desdobramentos de maior visibilidade, a destruição da maioria

dos sindicatos ligados à extração e transporte do sal, como pode ser comprovado no depoimento do início dos anos 90: "Existiam em Macau 10 sindicatos dessas categorias. Atualmente [...] se resumem em dois: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau e o Sindicato dos Arrumadores" (COSTA, 1993, p.102). Esses remanescentes, por sua vez, ficaram em situação de penúria[233].

No caso dos operários salineiros, a especificidade de sua força de trabalho tornou-se um agravante na desmobilização. Com o desemprego em massa, provocado pela modernização da produção e transporte do sal, foi estancada a migração sazonal em direção às salinas de Macau. O movimento dos trabalhadores se esfacelou e enfraqueceu ainda mais na região. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, que chegou a contar na época da intervenção militar com um número de associados superior a 3.000, ficou sem condições de exercer efetiva pressão sobre as autoridades locais na busca de novas alternativas para a grave crise ali instalada e limitou-se a ser, quando requisitado, o intermediador de trabalhadores para as empresas. Essa percepção das limitações do papel do Sindicato ficou clara em depoimentos prestados por ex-lideranças do período pós-64, a exemplo de Francisco das Chagas de Medeiros, o *Chico de Juvita.*[234] Com a redefinição do papel do Sindicato, imposta por duas condições articuladas – a repressão política e

[233] Conforme depoimento do ex-promotor da Comarca de Macau, Dr. Laércio Medeiros Bezerra, em entrevista citada.
[234] Conforme depoimento prestado por *Chico de Juvita* em entrevista citada.

o desemprego – o histórico caráter reivindicativo da entidade classista foi neutralizado e o trabalhador perdeu sua condição de interlocutor no cenário público. Até mesmo a burocrática atuação na área da assistência social, determinada na própria legislação sindical (SOUZA MARTINS, 1978) definhou e, por fim, sem os recursos necessários, foi suprimida. De modo que em junho de 1970, o SESTIS – Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau – um dos maiores orgulhos da categoria salineira macauense, foi extinto.[235]

A reivindicação dos direitos trabalhistas e o avanço na atuação política dos trabalhadores, típica de uma conjuntura histórica favorável (pré-64), cedeu lugar ao temor e à inércia, caracterizando um retrocesso no rumo da cidadania. A repressão política, aliada às implicações da modernização tecnológica do processo produtivo salineiro, colocara os trabalhadores de Macau na contra-mão do gradual ressurgimento do movimento sindical brasileiro. Esse retrocesso local, em descompasso com a situação nacional, tornou-se evidente a partir de 1974, quando *o milagre econômico* dava sinais de esgotamento e a crise do regime autoritário acentuou-se, possibilitando a retomada da atividade sindical reivindicativa (GATO, 1979). Em Macau, pelo contrário, esse período marca o agravamento da situação local, com a operacionalização do Porto-Ilha de Areia Branca e seus desdobramentos.

---

[235] Conforme depoimentos de Anacleto Pereira do Nascimento (ex-interventor do Sindicato no pós-64) e Francisco das Chagas de Medeiros (o *Chico de Juvita*, ex-presidente em várias gestões a partir de 1970), prestados ao professor da UFRN, Geraldo de Margela Fernandes, em entrevista citada.

Alguns depoimentos recolhidos entre ex-trabalhadores de salinas ressaltam o declínio da atuação do sindicato da categoria. "O sindicato fazia algo antes de 1964, depois acabou-se, pois prenderam o presidente e os outros dirigentes só faziam o que os empresários queriam. Desapareceu todos os nossos direitos" (apud COSTA, 1993, p.103). Um ex-presidente do Sindicato, por sua vez, assim se pronunciou em referência à desmobilização ocorrida: "Macau [...] após 64, passou a ser uma cidade onde as pessoas [...] não têm nenhum poder de organização. Vemos [...] um retrocesso na conscientização política [...]. Não acredito que o homem tenha poder de organização sem as condições mínimas de sobrevivência" (apud COSTA, 1993, p.102). Ainda que partam de perspectivas diferentes, em ambas as declarações, o ano de 1964 aparece como o marco divisor entre a organização e a desmobilização.

Essa crise, que atingira os campos político, econômico e social alargou-se e abrangeu o campo simbólico. Alguns dados esclarecem essa afirmação. No princípio dos anos 70, com a drástica redução no quadro de associados e as dificuldades no repasse das contribuições, as dívidas do Sindicato perante a previdência social começaram a tomar proporções que de muito suplantavam a sua capacidade de saldá-las.

Figura 16 – Prédio construído na gestão de Pedro Alves dos Santos, onde funcionou, de 1988 a 2000, a sede do Sindicato. Atualmente, funciona nos fundos da oficina ao lado.
Fonte: Arquivo Francisco Carlos.

Os débitos acumularam de tal forma que a própria sede, maior símbolo material do Sindicato, em 1977, foi alienada como forma de pagamento. Aquela estrutura que, desde 1º de maio de 1953, representara os trabalhadores das salinas de Macau deixara oficialmente de pertencer-lhes. Desalojado o Sindicato de suas dependências, o edifício ficou abandonado nos anos seguintes e entrou em processo de deterioração para, finalmente, no dia 4 de janeiro de 1993, sofrer o golpe de misericórdia: o início de sua demolição. Em outras palavras, a sua literal destruição. No mesmo local, pouco depois, teve início a construção do novo edifício da Previdência Social na cidade. Moradores do entorno do Sindicato testemunharam todo esse processo de desmobilização que culminou com a destruição da sede da entidade. Um deles, ao presenciar o início da demolição, como que pressentindo o momento histórico, pediu ao operário que desferia golpes de picareta que preservasse a placa

inaugural do Sindicato. Não conseguiu retirá-la intacta, mas recolheu seus fragmentos no esforço de preservar a sua memória[236].

[236] Conforme depoimentos prestados, em 12 de junho de 2002, pelos irmãos Raimundo Fernandes Pereira Filho e Eliane dos Santos Pereira, filhos de Raimundo Fernandes Pereira, popularmente conhecido como *Damundo*, ex-motorista do Sindicato, cuja família há décadas reside nas proximidades onde outrora existiu a sede da entidade.

Figura 17 – ***Visão da atual Sede do Sindicato.***
Fonte: Arquivo Francisco Carlos.

O atual Sindicato só tem existência no plano formal. Ocupa uma sala nos fundos de uma oficina mecânica localizada na rua São Vicente, nº 5, e limita-se a homologar possíveis rescisões de contrato do exíguo número de trabalhadores de salinas sem, no entanto, contabilizar um único associado[237].

[237] Conforme depoimento de Pedro Severiano Vital, atual presidente do Sindicato, em entrevista citada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstituição das lutas dos trabalhadores de salinas de Macau em defesa da organização sindical revela algo mais amplo: a trajetória dos salineiros em busca da cidadania. Se essa trajetória foi reconhecida pelo conjunto de atores sociais nela envolvidos é algo que se pode questionar. Todavia, muito da história humana foi construído sem a devida compreensão do que se estava processando. Essa constatação não anula a importância daquilo que foi edificado. Essas lutas foram travadas no seio de uma sociedade elitista, de natureza patrimonialista, cujas raízes estão fincadas em nosso passado colonial. Um passado que moldou as relações do Estado brasileiro com as elites, privilegiando interesses privados em detrimento dos interesses coletivos, males da nossa formação social reforçados pela herança escravista, cuja principal resultante é o desprezo pelo trabalhador braçal. Tal desprezo tornou-se mais acentuado com o camponês. Contudo, adquiriu maior nitidez quando os trabalhadores urbanos buscaram a organização em defesa de seus direitos. Em conjunto, essas características dificultaram a inserção dos trabalhadores na construção do espaço público em nosso País.

Historicamente afastados daquilo que Arendt (1995) denominou espaço público, ambiente por natureza aberto à pluralidade de atores sociais, os trabalhadores brasileiros relutaram em acatar o isolamento político-social decretado pelas elites. Se na política partidária as possibilidades de participação eram remotas, a via sindical abriu novos

horizontes. Embora jamais tenha abdicado das lutas perante as elites que comandaram o País, o avanço na organização dos trabalhadores adquiriu novos contornos a partir dos anos 30 do século XX. Entretanto, conquistou real projeção em fins dos anos 50 e início da década de 60, não obstante a sempre aludida manipulação das suas reivindicações por estratégia política, hoje sob reavaliação, denominada de *populismo*. Fenômeno, aliás, não restrito ao Brasil, mas, entende-se, típico das economias periféricas do capitalismo acossadas, entre outros fatores, pelo incremento da urbanização, o avanço da industrialização e as crescentes reivindicações dos trabalhadores. Em tal contexto, o Estado brasileiro tornou-se permeável às pressões dos trabalhadores e, de certa forma, abriu espaço às reivindicações do segmento mais combativo do movimento operário-sindical.

É nesse cenário, marcado pelos avanços das lutas sociais no Brasil, que os trabalhadores das salinas de Macau adquirem visibilidade. Sua emergência na cena pública foi marcante e só é inteligível se levarmos em consideração a conjuntura nacional favorável. Ao se organizarem em sindicato, os trabalhadores de salinas adquiriram um canal institucional de reivindicação que paulatinamente atraiu apoios, ocupou espaços e assumiu seus principais pleitos. Esse avanço, contudo, era para alguns intolerável. Para setores conservadores da sociedade, os trabalhadores extrapolaram limites historicamente *definidos*. Determinados exemplos são ilustrativos do período: com o apoio de outras categorias da cidade – algumas delas sob a liderança do PCB – representantes dos operários

salineiros ultrapassaram as fronteiras físicas e institucionais do Sindicato e se apresentaram no jogo eleitoral do município. Lograram êxitos em eleições para a Câmara Municipal, para a Assembléia Legislativa do estado e, inclusive, para a Prefeitura Municipal. Era algo inadmissível para as lideranças conservadoras; a histórica herança patrimonialista fora *profanada*.

Os fatos adquirem maior dimensão se atentarmos para alguns componentes: concretizaram-se em pequeno município do Nordeste brasileiro, com peculiaridades econômicas e sociais que o distinguia da realidade agrária regional, mas também sujeito ao arraigado conservadorismo das elites do interior brasileiro, incapazes de separar os interesses públicos dos interesses privados. Ao longo da nossa história, o sistema político brasileiro desdenhou os trabalhadores impondo dificuldades à sua legítima representação, o que confere relevância aos triunfos eleitorais obtidos por seus representantes em Macau. Além disso, a base do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau era composta por cerca de dois terços de trabalhadores sazonais procedentes do campo. Algo insólito na história do nosso sindicalismo e dificuldade adicional no trabalho de organização.

O alargamento do espaço público e a relativa inserção dos trabalhadores verificada no plano nacional – com reflexos significativos em Macau – traria implicações. Era preciso, sob a perspectiva conservadora, restabelecer a *ordem* das coisas. Esse projeto estaria vinculado a condicionantes externos e internos. A conexão externa estava

relacionada à bipolarização mundial em dois grupos antagônicos no pós-Segunda Guerra; naquilo que a historiografia definiu como a Guerra Fria, clima de beligerância no qual duas superpotências passaram a ditar os rumos da geopolítica internacional. De um lado os defensores do capitalismo e seus postulados, liderados pelos EUA. De outro, os partidários dos princípios socialistas comandados pela então URSS.

O Brasil ficou circunscrito à esfera de influência norte-americana, com fundamentação ideológica na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, apregoada pela ESG – Escola Superior de Guerra. Segundo tal doutrina, os riscos para a segurança do Brasil não estariam apenas além de suas fronteiras. A esse risco foi acrescida a teoria do *inimigo interno*, entre os quais estavam inclusos os sindicatos combativos. Em Macau, o sindicato dos trabalhadores de salinas, entre outros, apresentava o perfil definido pelos elaboradores da Doutrina. Com a radicalização política dos anos 60, esse artifício ideológico foi utilizado para suprimir liberdades individuais e coletivas, de modo que respaldou o Golpe de 1964, engendrado por uma coalizão civil-militar, de acentuado caráter anticomunista, nos termos da Guerra Fria.

A intervenção militar no Sindicato, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi a primeira via utilizada para obstruir o descontínuo processo que dera aos operários salineiros – milhares deles oriundos do campo – voz no cenário político-social. Em Macau, trabalhadores historicamente preteridos conquistaram direitos e pavimentaram o acesso à cidadania por meio de uma entidade de classe.

O golpe de 1964, em si, não esclarece a intervenção no Sindicato. Mas, uma razão subjacente a esse golpe: a Doutrina de Segurança Nacional tinha caráter seletivo em sua aplicabilidade repressora, o que *isentava* ou condenava determinados sindicatos. Caso contrário, todas as entidades sindicais seriam atingidas de forma indistinta. Em Macau, esse ardil ficou evidente quando da não-intervenção no Sindicato dos Conferentes, muito embora seu Presidente, em 1964, ocupasse a presidência do CGT na cidade. Suas manifestas vinculações às forças conservadoras da cidade conferem inteligibilidade a esse fato.

Contradizendo a lógica da força, os operários salineiros, de início, reagiram à ingerência externa visando proteger a organização classista. Rejeitaram interventores e enfrentaram simbolicamente as forças da repressão. Pode-se alegar as limitações dessa resistência diante do triunfo da coalizão de forças alçadas ao poder central no Brasil. Elas são inegáveis, mas não anulam a constatação de que a resistência tem formas variadas e é proporcional às condições históricas nas quais está inserida. Em abril de 1964, impossibilitados de continuar resistindo, os trabalhadores de salinas, isolados perante a situação nacional e sob a ameaça das armas, sucumbiram. Daí em diante, foi imposto o silêncio a esses interlocutores indesejáveis.

A outra via na desarticulação do movimento-operário salineiro, vinculada à primeira, foi o processo de modernização tecnológica das salinas e transporte do sal, cujo ápice ocorreu em 1974, com a implantação do Porto-Ilha de Areia Branca. Tal processo resultou de um

projeto modernizador autoritário, assentado na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, implementado pelos governos militares do pós-64. Está fora de questão a necessidade da modernização do processo produtivo e do transporte do sal, iniciado de forma incipiente ainda antes dos governos militares. Porém, já sob inspiração da aludida Doutrina, como ficou patente na visita de alguns de seus mentores às salinas de Macau, às vésperas do golpe que destituiu o Presidente João Goulart. O que queremos sublinhar aqui é a sua articulação autoritária com o projeto desmobilizador dos trabalhadores. A modernização de natureza tecnológica desencadeou o desemprego em larga escala na região de Macau, desarticulando, de forma deliberada, o movimento operário-sindical. As alternativas contra o desemprego se revelaram ineficazes e milhares de trabalhadores de salinas, e de outras categorias, em precárias condições de sobrevivência, apelaram inclusive para aposentadorias simuladas, como saída sócio-econômica.

Em Macau, o cerco aos sindicatos se fechara com o desemprego. Os canais de mobilização dos trabalhadores foram desestruturados, mutilados e, muitos deles, extintos. Para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, a drástica redução dos associados, provocada pelo desemprego em massa, foi capital para o acúmulo de suas dívidas perante a Previdência Social. Daí vêm os golpes fatais para a sua desmobilização: a penhora da sede e sua posterior demolição. Foi assim que, em janeiro de 1993, junto com suas paredes, ruiu a utopia salineira.

O Sindicato representava para os operários de salinas de Macau, embora de início muitos não tivessem ciência disso, uma verdadeira *escola de cidadania*. Nossa experiência histórica, ao imprimir conotação negativa ao trabalho manual, dificultou a formação de uma identidade entre os trabalhadores. Em contrapartida, a construção dessa identidade, obstruída em outras áreas, encontrará abrigo nas organizações sindicais. Nesse ambiente, os trabalhadores conquistaram subsídios para a compreensão de seu papel na sociedade. Decorre daí sua relevância histórica enquanto escola de cidadania em nosso país (FERREIRA, 2001).

Decerto os tempos são outros e já não encontramos hoje as mesmas características do sindicalismo que há cerca de 40 anos oscilava entre o heroísmo e a ingenuidade. O que nos impele a perguntarmos: quem atualmente defenderia o *Sindicato dos Salineiros*, como no passado recente ocorreu, perante soldados de armas em punho? Assim, entendemos que não basta escrevermos sobre o passado, mas tentar explicá-lo estabelecendo nexos com o presente. Enfim, o que nos orientou foi muito mais a busca de *por que* ocorreu todo o descontínuo processo aqui analisado e não a mera procura do *que* aconteceu. A esse respeito cabe ainda enfatizar: "é importante lembrar, de vez em quando a nós mesmos, que não conhecemos todas as repostas sobre a sociedade e que não é simples o processo de descobri-las" (HOBSBAWM, 1990, p.30). Sem dúvida, essa percepção da pesquisa histórico-sociológica é aplicável à análise da trajetória da utopia salineira macauense.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Meine Siomara. Sindicato do Garrancho: um ideal nunca morre. Natal: Santos Reis, 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; SORJ, Bernardo.(Orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasliense, 1984.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Ideologia nacional e nacionalismo. São Paulo: EDUC, 1995.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. 1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto. 1989. (Coleção repensando a história).

_____. O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1995.

ARAÚJO, José Prata de. A construção do sindicalismo livre no Brasil. Belo Horizonte: Lê, 1993. (Projeto Coleção Sindicalismo).

A'RBOCZ, Istvan Inre Lászlo. Ensaios sobre a história econômica do RN. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1986.

ARENDT, Hannah. A condição humana. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

_____. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A REPÚBLICA, Natal, 21 de Setembro de 1942, p. 3.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção retratos do Brasil, n. 110).

BARROS, Benito. Macauísmos: lugares e falares macauenses. Macau: ICEC, 2001.

BEZERRA, Fernanda Maria et al. Prostituição em Macau: ontem e hoje. Macau: UFRN/PROBÁSICA, 2000. (mimeo)

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos. Eleições federais, estaduais realizadas no Brasil, em 1960, e em confronto com anteriores. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

CÂNDIDO FILHO, José. O movimento operário: o sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____.Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do Integralismo no RN. Natal: Clima: Fundação José Augusto, 1986.

COSTA, Ademir Araújo da. Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau-RN. Natal: UFRN, 1993.

COSTA, Homero de Oliveira. A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

_____. A reforma política no Brasil & outros ensaios. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

CRUZ, Dalcy da Silva. O sindicalismo rural e a luta pela terra. Natal: CCHLA, 1992. (Coleção Humanas Letras, 3).

DANTAS, Hélio. Memória de Macau. Natal: Gráfica Santa Maria, 1998.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1997. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série1. História, 14).

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FELIPE, José Lacerda. Aspectos geo-sócio-econômicos da região de Macau: o espaço regional, In: Notas sobre a região de Macau. Natal: UFRN; PRAEU; CRESM, 1985. p. 9-14. (Projeto Camundá, Coleção Textos Acadêmicos).

FEMERNICK, Tomislav Rodrigues. Aspectos da economia salineira no Rio Grande do Norte. Mossoró: ESAM, 1991. (Coleção Mossoroense, série "B", 987).

FERNANDES, Aparício. Macau: canto de amor e saudade. Rio de Janeiro: Campeão Gráfica Editora, 1984.

FERNANDES, Geraldo Margela. O sal: uma economia em questão. Natal: UFRN, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do garrancho. 2.ed. Mossoró: Depto. Estadual de Imprensa, 2000. (Coleção Mossoroense, Série C; v. 1014).

_____.Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

_____.Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais. Cronos. Natal: v.2., n.1, p. 11-32, jan./jun. 2001.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.(Coleção básica brasileira).

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do Presidente Castelo Branco. Rio de Janeiro: Graal, 1980. (Biblioteca de Ciências Sociais: Série Política, 18).

FREIRE, Paulo. Multinacionais e trabalhadores no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FUCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de Ciências Sociais, n. 14).

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985. São Paulo: Cortez, 1993.

GÓES, Moacyr de.(Org.). Dois livros de Djalma Maranhão no Exílio. Natal: Célula de Produção Gráfica do Banco do Nordeste, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. O cidadão e o Estado: a construção da cidadania brasileira. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

HOBSBAWM Eric J. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahrar Editor, 1990. p.19-33.

_____. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História, 2)

_____. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 36.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

HUGO, Victor. Os miseráveis. São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Anuário estatístico do Brasil. Guanabara: Serviço Gráfico do IBGE, 1964.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JORNAL DE MACAU, 22 de julho de 1916, p. 1.

_____. Setembro de 1993, p. 11.

LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Elogio da Filosofia).

MARIZ, Marlene da Silva. Macau – história: origem e sociedade. In: Notas sobre a região de Macau. Natal: UFRN; PRAEU; CRESM. 1985. p.15-20. (Projeto Camundá; Coleção Textos Acadêmicos).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENEZES, Fagundes de. O vale dos cataventos. Rio de Janeiro: Antunes, 1960.

MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte: 1945 e 1947. Natal: [s.n], 1984.

MELO, Gilberto Freire de. Manoel Torquato: herói e vítima da guerrilha. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1999. (Coleção Mossoroense, Série C, 1102).

MORAIS FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

O DIÁRIO DE NATAL, 04 de maio de 1963, p. 6.

_____. 09 de setembro de 1970, p. 6.

PAIVA, Marlúcia. Chico Mariano: calafate, alvarengueiro...boêmio. In: Notas sobre a região de Macau. Natal: UFRN / PRAEU / CRESM. 1985. p. 26-33. (Projeto Camundá; Coleção Textos Acadêmicos)

PAIVA FILHO, Francisco das Chagas. Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1987.

PENHA FILHO, Pe. João. 25 anos depois: Macau: [s.n], 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Estudos Brasileiros, 5).

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 27).

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). Sindicalismo e sociedade. São Paulo: DIFEL, 1968.

_____.O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. (Dir.) História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, 1981.

ROUQUIÉ, Alan. O Estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. (Biblioteca Alfa-Omega de Cultura Universal. Série 1, 16. Coleção Esta América).

SABINO, Geraldo. História do sindicalismo no Rio Grande do Norte. Natal: Clima, 1985.

SILVA, José Luiz. O santo de Macau. [Macau]: [s. n.], [197-].

_____.Macau: ilha do bom destino. [Macau]: [s.n.], [1975].

SILVA, Luiz Gonzaga da. História de Macau e seus dirigentes: 1935-2000. Macau: Sergraf, 2001.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo: São Paulo: Dominus, 1966.

SKDIMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLAUGHTER, Cliff. Marxismo, ideologia e literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SOUSA, Márcia Maria Lemos de. A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte: 1965-1974. 108 f. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. Departamento de História. São Paulo: 1988.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

_____. Migrações para Natal: Natal: Ed. Universitária, 1976.

SOUZA MARTINS, Maria Helena de. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1979.

SPINELLI, José Antonio. Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935. Natal: EDUFRN, 1996.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. (Coleção a questão Social no Brasil, 1).

THOMPSON, E. P. Tradicion, revuelta e consciência de clase. 2.ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo João Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VASCONCELOS, José Mauro de. Barro Blanco. 20. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.

VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1987.

WEFFORT, Francisco C. Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo. São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

XAVIER, Getúlio Moura. Um Rio Grande e Macau: cronologia da história geral. Macau: ICEC (Prelo).

ANEXOS

Anexo A – Salinas de Macau no contexto da *República Velha*.

As Salinas do Rio Grande do Norte (Macau e Assú)

Nomes das Salinas	Municípios	Nº de Cristalizadores	Área dos Cristalizadores em m²	Proprietário
Conde Pereira Carneiro	Macau	164	459.860	Pereira Carneiro & Cia Limitada
São Pedro	Macau	136	226.014	Lage & Irmão
Araguassú	Assú	50	90.000	Bezerra, Caldas & Cia Limitada
Trapiche	Macau	63	89.267	Antônio B. do Monte e outros
Dois Irmãos nº 2	Macau	56	87.297	Severo & Irmão
Furado Avelino	Macau	47	87.166	Pereira Carneiro & Cia Limitada
Rio Novo	Macau	36	86.400	Fonseca, Brazil & Cia
Santa Ignez	Assú	36	82.411	Francisco Varela
Casqueira	Macau	40	80.000	Lage Irmão
Raminho	Macau	36	64.378	Francisco Solon
Cariello	Macau	25	62.222	Pascoal Cariello & Cia
Tainha	Macau	30	57.898	Pereira Carneiro e Cia Limitada
Charéu	Macau	30	48.026	Theófilo Câmara
Valentin	Macau	31	46.232	Pereira Carneiro & Cia Limitada
Damasceno	Macau	18	40.716	
Rio Branco	Assú	16	38.139	Dr. João Gurgel de Oliveira
Assuy	Assú	20	36.000	Lauro Monte e Saboia Filho
Tetéo	Macau	22	35.000	Feliciano Tetéo
Ferraz	Macau	22	26.752	Pereira Carneiro & Cia Limitada
Mundo Novo	Macau	08	24.834	Theófilo Câmara
Hermeto	Macau	15	23.420	Fernando Rodrigues & Cia Ltda
Conchila	Assú	12	17.208	Misael Osório
	TOTAL	913	1.809.340	

Fonte: FARIA, Juvenal Lamartine de – Mensagens apresentada à Assembléia Legislativa, Natal, *Imprensa Oficial*, 1929, p. 22, (Apud. SOUZA, 1989, p. 37).

Anexo B - Produção salineira brasileira.

110 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

III — MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS

3. PRINCIPAIS PRODUTOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1961/63

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO					
	Quantidade (t)			Valor (Cr$ 1 000)		
	1961	1962	1963	1961	1962	1963
SAL MARINHO						
Pará	—	10	—	—	15	—
Maranhão	36 750	47 997	36 983	33 074	73 436	117 088
Piauí	15 095	11 809	13 990	13 585	18 068	44 292
Ceará	103 373	127 816	98 434	93 036	195 558	311 642
Rio Grande do Norte	498 840	886 640	719 032	449 065	1 356 559	2 276 455
Paraíba	103	644	869	309	3 220	8 256
Pernambuco	725	1 405	790	2 175	7 025	7 505
Alagoas	4	20	5	12	100	48
Sergipe	21 700	26 000	25 072	65 100	130 000	238 184
Bahia	12 814	5 366	3 481	38 442	26 830	33 070
Rio de Janeiro	199 538	132 695	216 445	598 614	663 475	2 056 227
BRASIL	888 942	1 240 402	1 115 101	1 293 412	2 474 286	5 092 767

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Delegacia do RN.
Anuário Estatístico do Brasil, 1964, p. 110.

Anexo C – Carta Sindical concedida à Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau.

O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FAZ SABER a quantos esta CARTA virem que, atendendo ao que requereu a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO SAL, DE MACAU

com sede em Macau no Estado do Rio Grande do Norte

, resolve aprovar os respectivos estatutos e reconhecê-la, sob a denominação de SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO SAL, DE MACAU

como sindicato representativo da categoria profissional dos trabalhadores na indústria da extração do sal na base territorial do Município de Macau, com sede em Macau no Estado do Rio Grande do Norte de acôrdo com o regime instituido pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

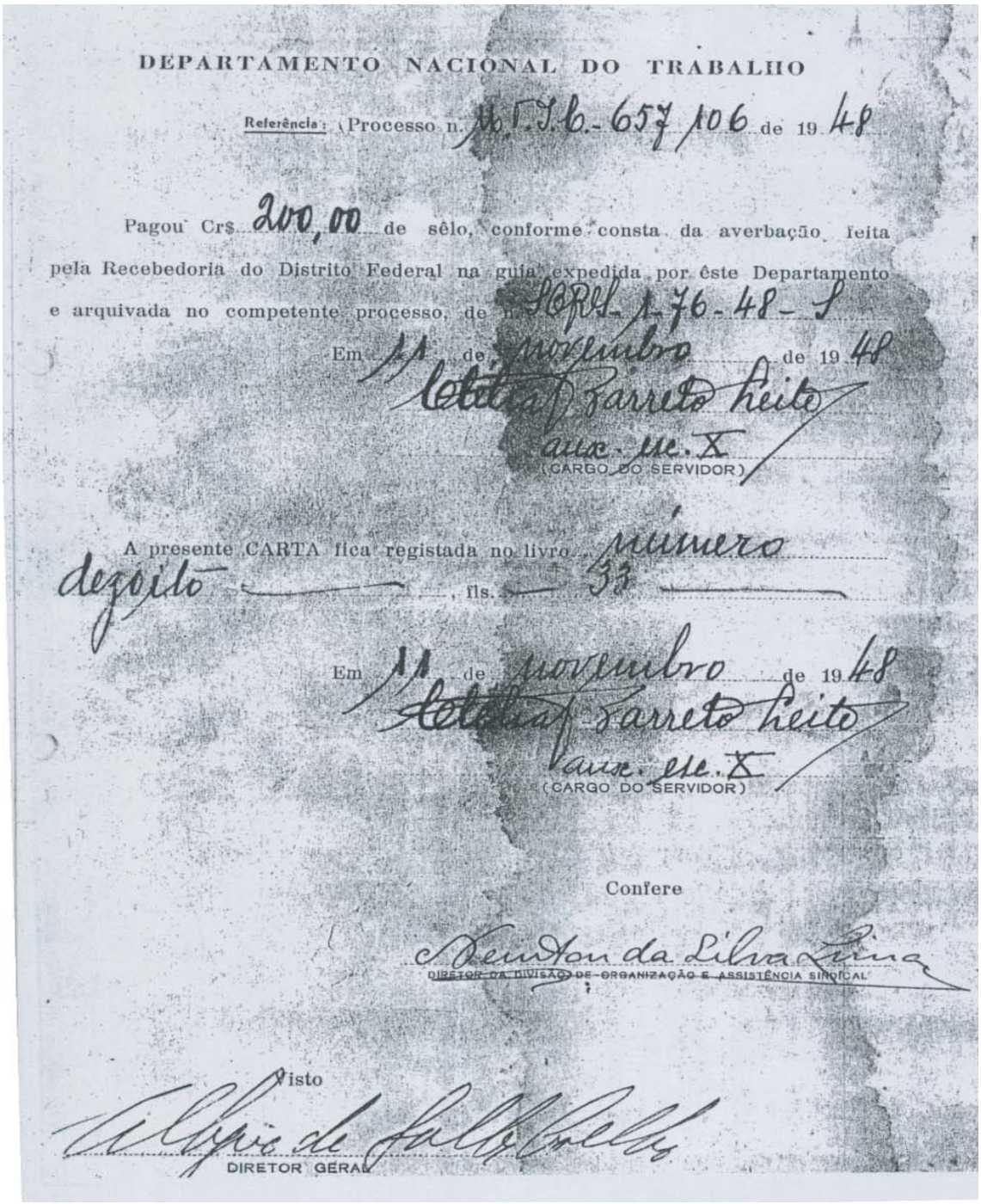
E, para firmeza, mandou passar a presente CARTA, que vai por ele assinada.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943.

2º Cartório Judiciário
MACAU-RN
Esta XEROX confere com o original, dou fé.

Fonte: DRT-RN. Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte.

Anexo D – Verso da Carta Sindical, concedida à Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau, em 11/11/1948.



DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

Referência: (Processo n. M.T.I.C.-657/106 de 1948

Pagou Cr$ 200,00 de sêlo, conforme consta da averbação feita pela Recebedoria do Distrito Federal na guia expedida por êste Departamento e arquivada no competente processo, de n. SCRS-1-76-48-S

Em 11 de novembro de 1948

Cletilia Barreto Leite

aux. esc. X

(CARGO DO SERVIDOR)

A presente CARTA fica registada no livro número dezoito, fls. 33

Em 11 de novembro de 1948

Cletilia Barreto Leite

aux. esc. X

(CARGO DO SERVIDOR)

Confere

Newton da Silva Lima

DIRETOR DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SINDICAL

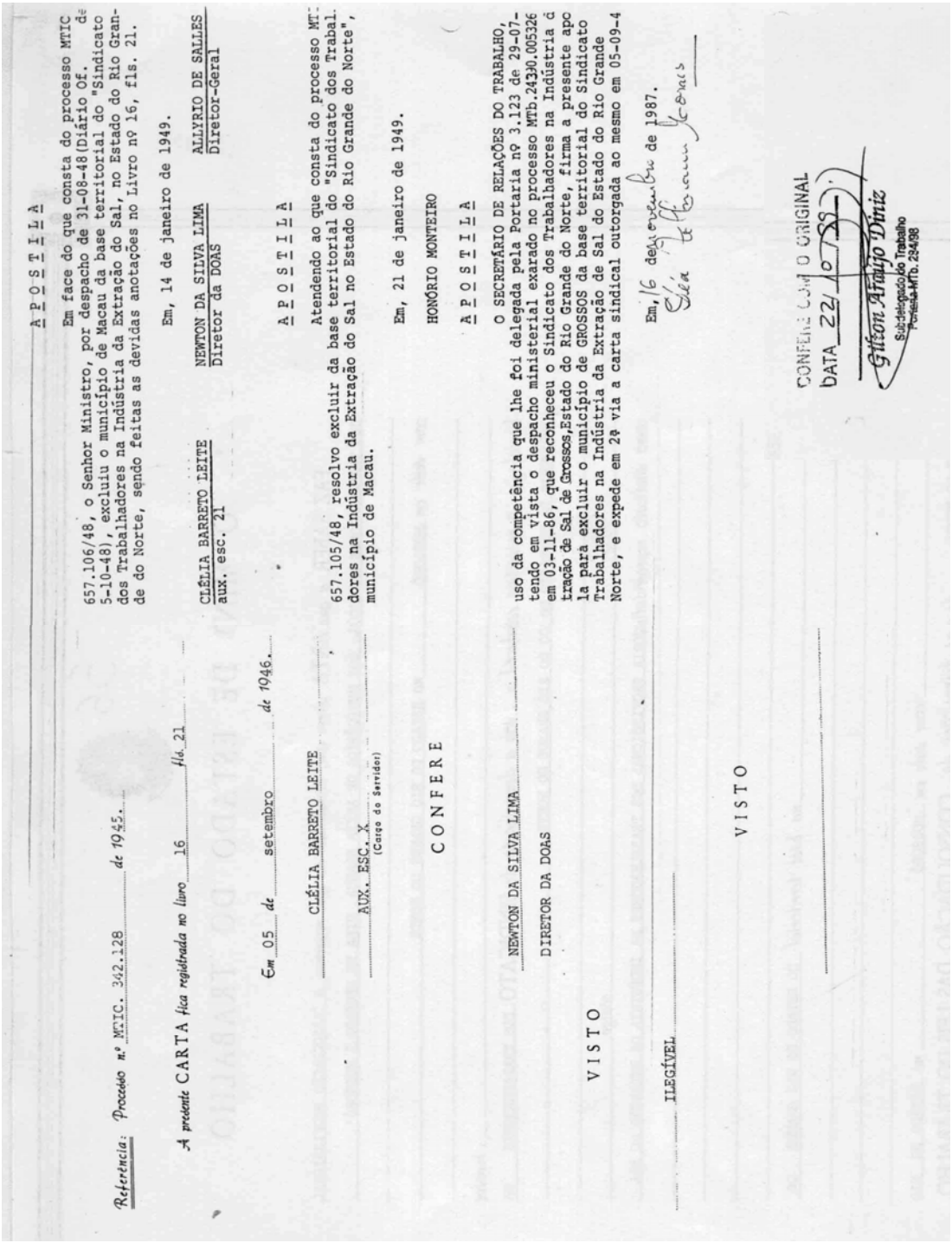
Visto

Alfredo de Salles Coelho

DIRETOR GERAL

Fonte: DRT-RN – Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte.

Anexo E – Exclusão do Município de Macau da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal do Rio Grande do Norte, conforme Processo MTIC 657.106/48.



A P O S T I L A

Em face do que consta do processo MTIC 657.106/48, o Senhor Ministro, por despacho de 31-08-48 (Diário Of. de 5-10-48), excluiu o município de Macau da base territorial do "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal, no Estado do Rio Grande do Norte, sendo feitas as devidas anotações no Livro nº 16, fls. 21.

Em, 14 de janeiro de 1949.

NEWTON DA SILVA LIMA
Diretor da DOAS

ALLYRIO DE SALLES
Diretor-Geral

Referência: Processo n.º MTIC. 342.128 de 1945.

A presente CARTA fica registrada no livro 16 fls. 21

CLÉLIA BARRETO LEITE
aux. esc. 21

Em 05 de setembro de 1946.

CLÉLIA BARRETO LEITE

AUX. ESC. X
(Cargo do Servidor)

C O N F E R E

NEWTON DA SILVA LIMA

DIRETOR DA DOAS

V I S T O

ILEGÍVEL

V I S T O

A P O S T I L A

657.105/48, resolvo excluir da base territorial do "Sindicato dos Trabal. dores na Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte", município de Macau.

Em, 21 de janeiro de 1949.

HONÓRIO MONTEIRO

A P O S T I L A

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 3.123 de 29-07- tendo em vista o despacho ministerial exarado no processo MTb.24330.005326 em 03-11-86, que reconheceu o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria d tração de Sal de Grossos,Estado do Rio Grande do Norte, firma a presente apo la para excluir o município de GROSSOS da base territorial do Sindicato Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal do Estado do Rio Grande Norte, e expede em 2ª via a carta sindical outorgada ao mesmo em 05-09-4

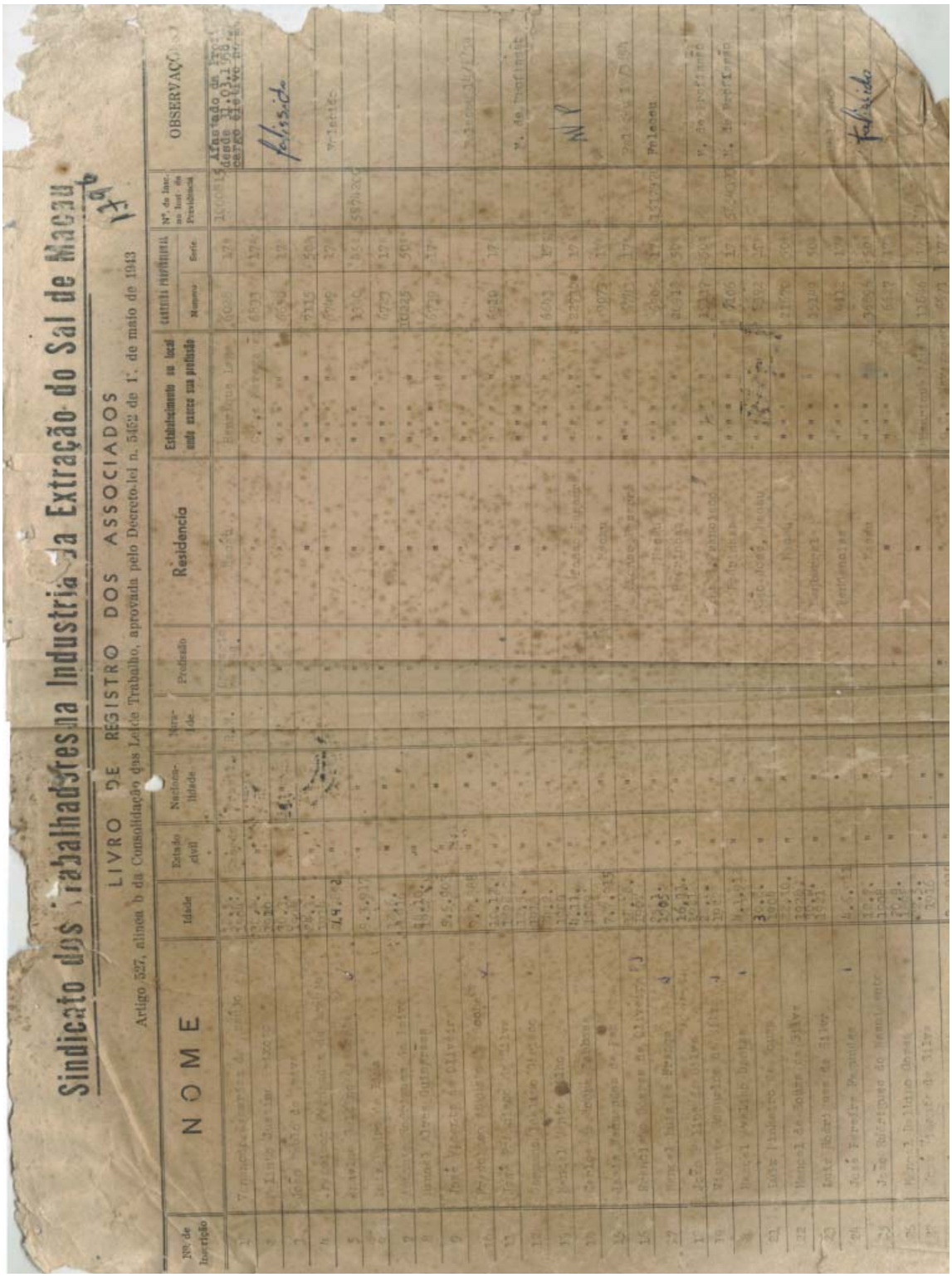
Em, 16 de setembro de 1987.

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA 22/10/88

Gilson Araújo Diniz
Subdelegado do Trabalho
Portaria MTb. 234/88

Fonte: DRT-RN – Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte.

Anexo F – Registro com os primeiros associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.



Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Extração do Sal de Macau

LIVRO DE REGISTRO DOS ASSOCIADOS

Artigo 527, alínea b da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5452 de 1º de maio de 1943

Nº de Inscrição	NOME	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Naturalidade	Profissão	Residencia	Estabelecimento ou local onde exerce sua profissão	Carteira Profissional Número	Carteira Profissional Serie	Nº de Inscr. no Inst. de Previdência	OBSERVAÇÕES
1	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
9	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
10	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
11	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
12	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
13	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
14	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
15	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
16	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
17	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
18	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
19	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
20	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
21	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
22	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
23	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
24	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
25	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
26	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
27	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

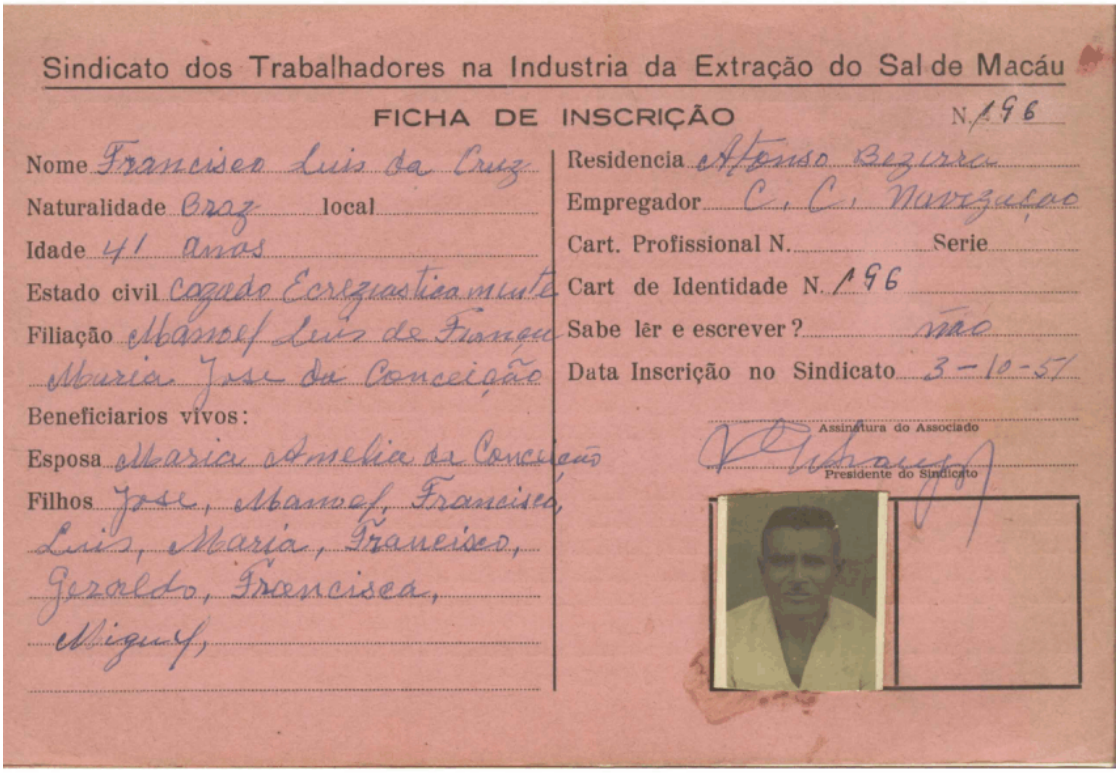
Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Anexo G – Primeiros associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME
1	Venâncio Zacarias de Araújo
2	Felinto Justino Peixoto
3	João Paulo de Paiva
4	Francisco Fernandes de Araújo
5	Anselmo Galdino da Costa
6	Luiz Pedro de Lima
7	Antônio Rodrigues de Paiva
8	Manoel Alves Guimarães
9	José Vicente de Oliveira
10	Francisco Augusto da Rocha
11	José Francisco da Silva
12	Germano Idalino Ciríaco
13	Manoel Bento Filho
14	Carlos da Rocha Barbosa
15	Isaís Fernandes da Paz
16	Francisco Soares de Oliveira
17	Manoel Luiz de França
18	João Felipe da Silva
19	Vicente Romualdo da Silva
20	Manoel Avelino Dantas
21	Luiz Pinheiro de Souza
22	Manoel de Souza da Silva
23	Luiz Rodrigues da Silva
24	José Ferreira Fagundes
25	João Rodrigues do Nascimento
26	Manoel Balbino Gomes
27	José Vicente da Silva
28	José Romualdo da Costa

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Anexo H– Fichas de Associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.



Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Extração do Sal de Macáu

FICHA DE INSCRIÇÃO N. 196

Nome Francisco Luis da Cruz
Naturalidade Cruz local
Idade 41 anos
Estado civil Casado Eclesiasticamente
Filiação Manoel Luis da Cruz
Maria José da Conceição
Beneficiarios vivos:
Esposa Maria Amelia da Conceição
Filhos José, Manoel, Francisco, Luis, Maria, Francisco, Geraldo, Francisca, Miguel,

Residencia Afonso Bezerra
Empregador C. C. Navegação
Cart. Profissional N. Serie
Cart de Identidade N. 196
Sabe lêr e escrever? não
Data Inscrição no Sindicato 3-10-57

Assinatura do Associado
Presidente do Sindicato

Está Embarcado

Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Extração do Sal de Macáu

FICHA DE INSCRIÇÃO N. 1.902

Nome Francisco Ximoro da Silva
Naturalidade R. G. N. local
Idade 27-9-1912
Estado civil Casado
Filiação Silvanoel Ximoro da Silva e Josefa Pereira da Silva
Beneficiarios vivos:
Esposa Izabel Morais da Silva
Filhos Maria, Luiz, Francisco, Terezinha, Elizabete, João, Helena, Irene, José, Antonia

Residencia Estaçadinha
Empregador C. C. N.
Cart. Profissional N. Serie
Cart. de Identidade N.
Sabe lêr e escrever? Sim
Data Inscrição no Sindicato 21-9-1957

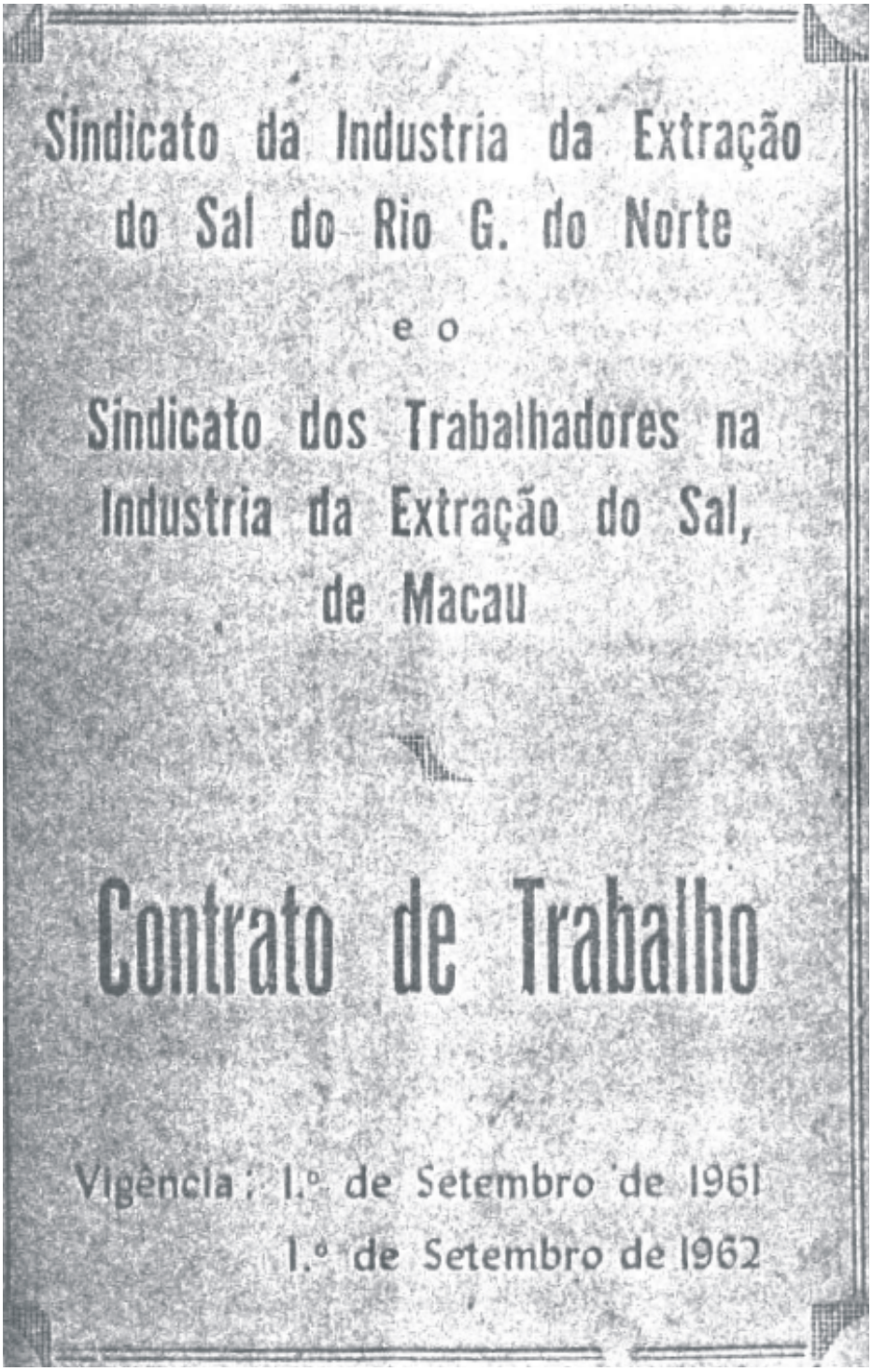
Francisco Ximoro da Silva
Assinatura do Associado
Presidente do Sindicato

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Anexo I – Capa dos Estatutos Sociais do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau (SESTIS).

Fonte: Arquivo Floriano Bezerra de Araújo.

Anexo J – Capa do Contrato de Trabalho firmado entre o Sindicato da Indústria da Extração do Sal no estado do Rio Grande do Norte e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.


Sindicato da Industria da Extração do Sal do Rio G. do Norte

e o

Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Extração do Sal, de Macau

Contrato de Trabalho

Vigência: 1.º de Setembro de 1961
1.º de Setembro de 1962

Fonte: Arquivo Floriano Bezerra de Araújo.

Anexo K - Ata da Sessão Pública de Expedição Solene dos Diplomas aos Eleitos no Pleito de 03 de Outubro de 1958. (Registra a eleição de Floriano Bezerra de Araújo, liderança dos trabalhadores de salina de Macau - grifo nosso).

NUMERO

- ATA DA SESSAO PUBLICA DE EXPEDIÇÃO SOLENE DOS DIPLOMAS AOS ELEITOS NO PLEITO DE 3 DE OUTUBRO DE 1958, conforme o disposto no parag.3o., do art. 35, da Resolução n. 5.876, de 18 de agosto de 1958 do T. Sup.Eleit.

Pelas nove horas, do dia 5 (cinco) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, sob a presidencia do Exmo. Sr. Desembargador JOSÉ AUREO LINS BANIA e presentes os Exmos. Srs. Desembargadores ODILON COELHO DE ALBUQUERQUE, JOÃO MARIA FURTADO, doutores AMERICO DE OLIVEIRA COSTA, EMMANUEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, JOSE FERNANDES VIEIRA e OSCAR MOTEN DE SIQUEIRA, foi aberta a sessão, não tendo comparecido, por motivo justificado, o Dr. MANOEL VARELA DE ALBUQUERQUE, Procurador Regional. Iniciando os trabalhos, com a palavra o dos. Presidente, comunicou que a presente sessão tinha sido convocada especialmente para entrega dos diplomas ao candidatos eleitos no pleito de 3 de outubro de 1958, conforme ordenava o paragrafo terceiro do artigo trinta e cinco, da Resolução n. 5.876, do Tribunal Superior Eleitoral, e para os fins do art. 4º da mesma Resolução, isto é, fazer contar desta data o prazo para interposição de recurso competente. A seguir, determinando que por mim secretario fosse feita a chamada dos eleitos que, anteriormente, na Secretaria, tinham prestado a necessaria quitação com o serviço militar, verificou-se que compareceram e receberam seus diplomas das mãos do Exmo. Sr. Des. Presidente os seguintes: Suplente de Senador - José Bezerra de Araujo - Deputados Federais: Tarcisio de Vasconcelos Maia, e Clovis Coutinho da Mota - Deputados Estaduais: Manoel Avelino Sobrinho, Luiz de Gonzaga Barros, José Bezerra de Araújo, Moacir Torres Duarte, Márcio Djalma Maranhão, Antônio Morais Netto, Edgard Borges Montenegro, Sávio Luiz Bezerra Filho, - Olavo Lacerda Montenegro, Luiz Inácio Maranhão Filho, Radir Pereira de Araújo, Ramiro Pereira da Silva, Floriano Bezerra de Araújo, José de Vasconcelos da Rocha, Joaquim Inácio de Carvalho Neto e Carlos Borges de Medeiros.. Não havendo comparecido a máioria dos candidatos eleitos, determinou o Exmo. Sr. Des. Presidente que os seus diplomas fossem entregues na Secretaria, observadas as prescrições legais, tendo, antes de encerrar os trabalhos, se congratulado com o ato que se realizára, por significar o término do pleito de 3 de outubro último. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que para constar, eu, [illegible], Oficial Judiciário -M-, secretário das sessões, lavrei d tilografando a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

PRESIDENTE

F. P. [illegible] Proc. Regional.

* Eleitos Deputado Fed. - Dr. Fernando Maia

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Anexo L – Certidão concedida à Liga Camponesa do estado do Rio Grande do Norte.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Município e Comarca de Natal—Estado do Rio Grande do Norte

PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS
JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
TABELIÃO PÚBLICO
Rua Vigário Bartolomeu, 583—Fone 1138

CERTIDÃO

Certifico em razão de meu ofício e em virtude de pedido verbal de pessoa interessada que, os Estatutos da " LIGA CAMPONESA " do Estado do Rio Grande do Norte, fundada no dia 26 do mês de Setembro do ano de 1963, com séde e fôro juridico nesta cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, publicados no "Diário Oficial" do Estado, edição do dia 4 de Outubro de 1963, acham-se inscritos no Registro Civil das Pessôas Juridicas, desta Comarca, ás fls. 1, sob o numero de ordem 695, no Livro A.- Nº 5, em data de 16 de Outubro de 1963, neste Cartorio do Primeiro Oficio de Notas, privativo do mencionado Registro. Do que para constar, fiz datilografar a presente, conferi, achei-a conforme, subscrevo e assino. O referido é verdade e dou fé.

Natal, 16 de Junho de 1965

(Jairo Procopio de Moura)
Of. do Reg. Civ. das Pess. Juridicas

ISENTO DE SELOS
Art. 17-Lei 1493, de 13/12/951

1º. Oficio de Notas
Jairo Procópio de Moura
Tabelião Público
Rua Vigário Bartolomeu, 583
FONE 1138
NATAL-RIO G. DO NORTE

Fonte: Arquivo Mery Medeiros da Silva.

Anexo M – Certidão concedida à Liga Urbana do estado do Rio Grande do Norte.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Município e Comarca de Natal—Estado do Rio Grande do Norte

PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS
JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
TABELIÃO PÚBLICO

Rua Vigário Bartolomeu, 583—Fone 1138

CERTIDÃO

Certifico em razão de meu ofício e em virtude de pedido verbal de pessoa interessada que, os Estatutos da " LIGA URBANA ", do Estado do Rio Grande do Norte, fundada no dia 18 do mês de Janeiro do ano de 1964, com séde e fôro jurídico nesta Cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do / Norte, publicados no "Diário Oficial" do Estado, edição do dia 23 de Janeiro de 1964, acham-se inscritos no Registro Civil das Pessôas Jurídicas, d esta Comarca, ás fls. 18 do livro A,- Nº 5, sob o numero de ordem 713, em data de 24 de Janeiro de 1964, neste Cartorio do Primeiro Oficio de Notas, privativo do mencionado Registro. Do que, para constar, fiz datilografar a presente, conferi, achei-a conforme, subscreva e assino. O referido é verdade e dou fé.

Natal, 16 de Junho de 1965

(Jairo Procopio de Moura)
Of. do Reg.Civ.das Pess.Jurídicas

1º. Oficio de Notas
Jairo Procópio de Moura
Tabelião Público
Rua Vigário Bartolomeu, 583
FONE 1138
NATAL-RIO G. DO NORTE

ISENTO DE SELOS
Art. 17-Lei 1.403, de 13.12.951

Fonte: Arquivo Mery Medeiros da Silva.

Anexo N – Ata de Posse da Junta Interventora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal, de Macau

Fundado a 28 de Agosto de 1938, e
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho,
Indústria e Comércio
a 31 de Agosto de 1948

Séde Própria:
Praça Café Filho, N.º 12
M A C A U
Rio Grande do Norte
End. Telegrafico: SINTIESAL

-CÓPIA AUTÊNTICA-

"ATA DA POSSE DA JUNTA INTERVENTORA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO SAL,DE MACÁU,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE."

Aos nove dias do mêsx de março de mil novecentos e sessenta e cinco, às dezoito horas,na Séde do Sindicato dos Trabalhaodres na Indústria da Extração do Sal, de Macáu, sita á Rua Café Filho s/n, nesta cidade, e sem a presença do Sr.José Marques Filho, que vinha Presidindo à Diretoria do referido Sindicato,pois que se encontrava ausente e em lugar ignorado, mas, na Presença dos Srs.Valentim Chagas de Oliveira e Pedro Lourenço Martins, respectivamente,Secretário e Tesoureiro, e com a presença tambem de mais de quinhentos associados do mencionado Sindicato,e, em cumprimento á Portaria nº nove de vinte e seis de fevereiro p/. findo, do Sr.Delegado Regional do Trabalho, nêste Estado, tomaram posse como Interventores do aludido Orgão de Classe, os Senhores Anacleto Pereira do Nascimento, Luiz de Vasconcelos e Raimundo / Teixeira Sobrinho, respectivamente, Interventor,Secretário e Tesoureiro.-

Nos momentos que antecederam o ato da posse dos dirigentes, o Interventor a ser impossado, deu ligeiras explicações aos associados presentes e mandou que fosse lida pelo Secretário tambem a ser impossado, a Portaria que decretou a intervenção, a qual depois de lida e feita ligeiras explicações sobre as circunstâncias que obrigaram ao Sr.Delegado Regional do Trabalho, tomar tal medida, ouvindo-se longa salva de palmas partidas do auditório, que regosijadamente e em alta vóz disiam "A intervenção custou, mas,chegou". Em seguida, o Sr.Interventor facultou a palavra aos associados que dela quisesem usa-la. Pedindo a palavra , falou o Sr.Francisco Mendes da Silva, discorrendo sôbre sua satisfação em ver, naquele momento, os destinos do Sindicato nas / mãos de pessôas que muito poderiam fazer para restabelecer a ordem, o respeito e a dignidade do Sindicato, há tempos distruida pela inresponsabilidade da Diretoria passada.

Em seguida, falou o Sr.Francisco Solidade da Silva, disendo da sua satisfação em ver, agora,os destinos do Sindicato sobre responsabilidade de homens, que consideram capazes de dirigir com acerto os destinos do Orgão de sua Classe, posto que o mesmo vinha sendo delapidado pelos imponsados Diretores que naquela hora eram substituidos.

Em continuação falou o Sr. Manoel Balbino Gomes,analizando o desrespeito, a desonestidade e a falta de critério/ dos antigos dirigentes do Sindicato, que avançaram impiedosamente no Patrimônio do Sindicato, e, para o que pedia punição para os repsonsáveis.-

Finalmente, falou o Sr. Raimundo Malaquias de Figuerêdo,elogiando o Sr.Delegado Regional do Trabalho,pelo acerto praticado, intervendo no Sindicato, pois muito embora pertencesse á Diretoria passada como membro do Conselho Figcal, nunca pode exercer seu mandato, por disrespeito a sua pessoa por parte do Presidente destituido. (Vale salientar que foi o único,pertencente á Diretoria passada, que se manifestou a repeito). Em seguida dado o adiantado da hora, o Sr.Interventor deu por encerrada a Sessão, marcando uma Assembléia para o dia 13 do corrente, saba-

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau.

Francisco Carlos Oliveira de Sousa nasceu em Macau-RN. Realizou a Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado – na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituição onde também concluiu o curso de Mestrado em Ciências Sociais. Lecionou na rede de educação estadual, municipal e privada e foi pesquisador da SEMURB. Atualmente é professor de História do CEFET-RN e integra o Núcleo de Pesquisa em Cultura, Arte e Sociedade.

Este livro revela uma perspectiva pouco usual sobre um período de grande interesse e importância na História do Brasil. As lutas sindicais foram um modelo de resistência à dominação. Seus atores organizaram-se de modo a influir, inclusive, nos embates político-partidários. É isso o que nos conta Francisco Carlos Oliveira de Sousa.

A busca incessante, uma necessidade do historiador, associada à sólida formação teórica no campo das Ciências Sociais, permitiu a Francisco Carlos passear por duas das principais vertentes interpretativas: a visão elitista, segundo a qual se procura justificar as divisões em termos de conflitos entre lideranças e de disputa pessoal pelo poder, e uma outra que valoriza a articulação entre os conflitos políticos e seu embasamento socioeconômico, o que enfatiza a existência de diferenciação na estrutura social que se manifesta em contradições políticas. Intelectual maduro, Francisco Carlos aborda a primeira vertente e percorre mais detidamente o acidentado caminho da segunda, estabelecendo um balizamento nítido com relação ao complexo período por ele analisado, no qual o sistema político e as lutas sindicais sofrem transformações não apenas aparentes. A sua interpretação é abrangente o suficiente para resgatar os fatores explicativos da clivagem política e ideológica ao longo de quase cinco décadas de história e abre novas perspectivas para o estudo da história política e sindical do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Francisco Carlos registra o seu nome com letras fortes, razão por que o seu trabalho representa menos um estudo regional fechado e mais uma maneira de tratar o regionalismo em termos de processo brasileiro.

Sérgio Luiz Bezerra Trindade
Professor de História do CEFET-RN
Mestre em Ciências Sociais

CEFET-RN Editora
funcern